

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PAULO VINÍCIUS APRÍGIO DA SILVA

NAS PÁGINAS O QUE ESTÁ ESCRITO?

O Archivos do Museu Nacional e a promoção das ciências no oitocentos

Rio de janeiro

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PAULO VINÍCIUS APRÍGIO DA SILVA

NAS PÁGINAS O QUE ESTÁ ESCRITO?

O Archivos do Museu Nacional e a promoção das ciências no oitocentos

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências das Técnicas e Epistemologia – HCTE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História das Ciências das Técnicas e Epistemologia.

Orientador: Ricardo Silva Kubrusly

Rio de janeiro

2012

PAULO VINÍCIUS APRÍGIO DA SILVA

NAS PÁGINAS O QUE ESTÁ ESCRITO?

O Archivos do Museu Nacional e a promoção das ciências no oitocentos

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências das Técnicas e Epistemologia – HCTE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História das Ciências das Técnicas e Epistemologia.

Aprovada em

Ricardo Silva Kubrusly (Ph.D) HCTE/UFRJ

Antonio Carlos Sequeira Fernandes (D. Sc.) Museu Nacional/UFRJ

José Carlos de Oliveira (D. Sc.) HCTE/UFRJ

Silva, Paulo Vinícius Aprígio da.

Nas páginas o que está escrito? : o Archivos do Museu Nacional e a promoção das ciências no oitocentos. - Rio de Janeiro: 2012.
135 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História das Ciências das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientador: Ricardo Silva Kubrusly

1. Ciências - periódicos. 2. Museu Nacional - periódicos. 3. Archivos do Museu Nacional. I. Kubrusly, Ricardo Silva. II. Título.

CDD: 505
500.10740981

Resumo

SILVA, Paulo Vinícius Aprígio da Silva. **Nas páginas o que está escrito?** O Archivos do Museu Nacional e a promoção das ciências no oitocentos. Rio de Janeiro, 2012, Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Técnicas e Epistemologia/HCTE, Universidade Federal do Rio de Janeiro)

A presente pesquisa tem por finalidade destacar o papel das práticas científicas estabelecidas no Museu Nacional como partícipe do projeto de construção do ideal nacional durante o século XIX, em especial durante o Segundo Reinado. A partir da trajetória da Instituição e dos intentos de movimentos literários, artísticos e de letramento em geral, é montado um quadro com uma das questões mais latentes do período: a construção das referências acerca das identidades nacionais. A definição, ou melhor, as definições e percepções acerca da construção de uma imagem de Brasil, e do brasileiro, eram desafios constantes das gerações que atravessaram o período. Fazia-se necessária a invenção dos mitos de fundação, de raízes simbólicas e de tradições que serviriam à construção da nação. Nesse cenário destaca-se a atuação do Museu Nacional como veículo do Estado brasileiro no tocante às atividades científicas e de sua publicação com maior destaque em tal conjuntura: o *Archivos do Museu Nacional*. A partir de tal articulação é desenhada mais uma contribuição para o desenvolvimento dos estudos acerca da história das instituições científicas brasileiras, de suas práticas e da relação entre Estado, Ciência e Nação no século XIX.

Palavras-chave: História das Ciências, Museu Nacional, Nação, Archivos do Museu Nacional.

Abstract

SILVA, Paulo Vinícius Aprígio da Silva. **In the pages that is written?** National Museum Files and promotion of the sciences in the 19th century. Rio de Janeiro, 2012, Dissertation (MA in History of Science and Epistemology Technical / HCTE, Federal University of Rio de Janeiro)

The purpose of this research is to highlight the role of the scientific practices set in the National Museum as a participant of the project of construction of the national ideal during the 19th century, especially throughout the Second Reign. From the history of the Institution and the intents of literary, artistic and literacy movements in general, a framework is made with one of the most latent questions of the time: the construction of references about national identities. The definition, or rather, the definitions and perceptions about the construction of an image of Brazil and the Brazilian were constant challenges of the generations who lived this period. It was necessary to create myths of foundation, symbolic roots and traditions that would help build the nation. In this scenario, the participation of the National Museum stands out as a vehicle of the Brazilian State with respect to scientific activities and its most prominent publication in such circumstance: the *Archivos do Museu Nacional* (*National Museum Files*). From this articulation, it is designed another contribution to the development of studies about the history of the Brazilian scientific institutions, their practices and the relationship between State, Science and Nation in the 19th century.

Keywords: History of Science, National Museum, Nation, Archivos do Museu Nacional.

À querida vovó Geraldina e ao saudoso professor Manoel Salgado.

Agradecimentos

A praxe nos move apesar da não exigência. Vejo a seção *agradecimentos* como uma lista de casamento que alguns são cortados, outros esquecidos e alguns lembrados. Quase respondi ao impulso de listar aqui o nome de cada um que me interpelou com interesse sobre a pesquisa que se apresenta e que no final, ao não entender nada, respondiam com um simpático *interessante* para não me deixar deslocado. Esses, contribuíram enormemente para que eu pudesse continuar estudando, deram-me sede para poder entender melhor as minhas dúvidas. A você, amigo, conhecido, ou similar, que me fez caminhar em direção às incertezas, meus sinceros agradecimentos.

Não poderia deixar de registrar a importância da família: mamãe que sempre respondia com risadas toda vez que eu dizia que estava escrevendo e com toda a sua sabedoria respondia: “você não vai terminar isso nunca?” A essas risadas tão confortantes sou de todo grato. Serei eternamente grato às minhas irmãs que me fizeram sempre desafiar a vida de peito aberto e que sempre me apoiaram, material e afetivamente. E por ultimo, mas não menos importante, meu sobrinho Léo, com quem sempre tenho discussões epistemológicas profundas, apesar dos seus 9 anos. Afinal, não há filósofo no mundo que possa compreender a complexidade das dúvidas de uma criança.

Agradeço imensamente a aqueles que colaboraram diretamente com a produção deste trabalho: Ana Carolina Dantas (antes mesmo da primeira linha já prestava grande ajuda), Maria José Veloso, Silvio César Rodrigues e Sheila Leal: obrigado pela atenção e carinho prestados.

Aos amigos, todos, meu mais longo abraço. Aos do Colégio Pedro II, aos do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, aos do Museu Nacional, aos do HCTE, aos do Caderno Universitário de História, aos do Samba, aos de Sala de Aula, vocês fazem do meu existir uma alegria sem tamanho.

Aos meus alunos, deixo o exemplo: não importa de *onde* você é e sim quem você *é*. E, claro, quem você deseja ser. Nunca deixem que algo pareça impossível de mudar.

Mulher Pássaro e Respifala: vocês levaram-me pelos caminhos da introspecção. Mais do que qualquer referência são a ideia do que pretendo ser.

Ao meu querido orientador Ricardo: você é a prova de que minhas escolhas foram acertadas. Tens meu respeito, minha admiração e o meu mais sincero carinho.

A querida Regina Dantas: quando entrei naquela sala no Museu Nacional não sabia que ganharia outra mãe, irmã e amiga. Se sou historiador e futuro mestre: a culpa, também, é sua. Carregue isso para o resto da vida!

Aos professores do HCTE: vocês são promessa de um mundo novo. Não desistam dele!

Aos professores José Carlos e Antônio Carlos que compõem a minha banca: obrigado por dedicarem seu tempo e atenção a vãs palavras. Obrigador por acreditarem nos saberes, nas ciências e nas letras!

E a minha companheira de toda essa estrada: Karina, sem seu passo não saberia mais o caminho.

Abaixo a musa acadêmica! Não tenho que fazer dessa velha deslambida! Invoco a musa familiar, a citadina, a viva, para que ela me ajuste a cantar os bons cães, os cães emporcalhados, aqueles que todos evitam, por empestados e piolhentos, salvo o pobre, de quem são parceiros, e o poeta, que os fita com um olhar fraterno.

Baudelaire

Sumário

Introdução.....	12
1. As musas e os trópicos.....	19
1.1 Uma corte europeia em terras americanas	20
1.2 Um museu além do equador.....	31
1.3 Pondo ordem na casa	42
2. Consolidar um Estado, forjar uma nação.	52
2.1 A invenção da Nação	56
2.2 As palmeiras da terra	61
2.3 O sopro de <i>Clio</i>	69
3. <i>In media res</i>	81
3.1 Um lugar de fala	86
3.2 A nova roupa do rei	96
3.3 Nas páginas o que está escrito?	102
Considerações Finais.....	115
Referências Bibliográficas	122

Introdução

É próprio do ofício do historiador a eloquente presença da dúvida. É ela que o move a vasculhar os arquivos, a debruçar-se sobre as fontes, a percorrer os meandros das páginas amareladas, das linhas tortuosas, das notas de rodapé insólitas do tempo. É indelével a marca da pergunta. Ela é quem tira o sono, ou impede de dormir, afastando uma verdadeira possibilidade de descanso ao cerrar dos olhos. Justifica as olheiras, o ar perdido em conversas vãs, um olhar para o mundo torpe embebido de outra ótica. É ela que permite ao historiador a possibilidade de enxergar as dobras do tempo escondidas entre dados, números, argumentos, monumentos. Cada homem que se dedica ao saber vê o mundo com suas cores: o historiador vê todas as vivas cores do hoje encobrendo o inexorável desgaste do passar dos segundos.

Ao historiador das ciências não caberia outro caminho. É a pergunta que continua por movê-lo, que o leva às questões que serão o escopo principal do seu trabalho e, indubitavelmente, seu intento mais importante. Portanto, é indispensável que ao se analisar algum trabalho dessa natureza, por mais simplória que seja a sua exposição, faz-se necessário conhecer, ainda que minimamente, qual o caminho foi percorrido. Um autor não pode ser considerado somente uma lombada no livro físico, ou uma nota em um trabalho outro. Ele é o principal agente das operações históricas que são realizadas para que surjam as questões e com elas todas as proposições posteriores.

Apesar de todos esses caracteres não serem expressos, o que Michel de Certeau (1982) chamou de *não dito*, o caminho percorrido, as escolhas, os pares, tudo está loquazmente colocado, apesar de inaudito. E essa deve ser uma preocupação constante daquele que procura analisar algo com mais afinco: as linhas não contêm somente o discurso que enunciam, expressam também as escolhas que foram realizadas. Com este trabalho, outrossim, não seria diferente. Apresentar as escolhas que levaram à construção dos caminhos que percorreram os enunciados dessa dissertação não é tarefa fácil. De certa forma, o desafio maior não é, certamente, justificar a existência do trabalho, nem a importância do tema, e sim explicar o porquê dessa escolha.

Do último quartel do século passado até os dias correntes os estudos acerca da história das ciências no Brasil sofreram uma larga expansão. Dos primeiros autores que

se dedicaram a tal certame, como Oliveira Viana e Fernando Azevedo, até aqueles que nas últimas décadas temáticas, como é o caso de Sozo Motoyama, Maria Amélia Mascarenhas Dantes, Maria Margareth Lopes, Silvia Figuerôa, Lorelai Kury, Carlos Ziller, entre tantos, muito alargado foi o horizonte de possibilidades analíticas. É certo que as marcas da institucionalização das ciências no Brasil não se prendem mais a chegada do ideal universitário a esse país. O crescimento dos estudos que se dedicam à análise oitocentista, ou mesmo setecentista, das práticas científicas no Brasil são prova de que o campo a que aqui nos referimos está em franca expansão.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que a consolidação dessas linhas de pesquisa é resultado de um árduo trabalho de estudiosos que se dedicaram a inverter as lógicas predispostas e considerar, em um sentido mais *lato* as possibilidades de compreensão dos intentos científicos existentes antes mesmo dos marcos de fundação que se tornaram clássicos no século XX. Saliente-se que não se trata da superação de uma corrente anterior pela posterior, nada disso, a negação é nesse sentido, indubitavelmente, o maior reconhecimento que se pode fazer a um trabalho das ciências humanas, sociais e afins. E é justamente nesse espaço que procuramos inserir este trabalho.

No ano de 2003, quando ainda cursava o segundo ano do ensino médio no Colégio Pedro II, fui selecionado para o Programa de Iniciação Científica jr., parceria entre essa Instituição de ensino e o Museu Nacional da UFRJ. Como estagiário da Seção de Memória e Arquivo – SEMEAR foi-me dada a oportunidade, ainda durante a formação escolar básica, de ter contato direto com a realidade de pesquisa em história. O SEMEAR é o responsável pela identificação, organização e guarda do acervo documental do Museu, um dos principais acerca da história das ciências no Brasil durante o século XIX e seguinte.

A origem da Seção remonta o início dos anos 90 do século passado quando um grupo de funcionários do Museu Nacional decidiu reunir esforços para coligir, identificar e organizar informações acerca da história da Instituição que atravessa então no período um complicado momento material: nascia o *Projeto Memória do Museu Nacional*. Gradativamente o projeto foi ganhando espaço, e fôlego, para dar início a uma série de estudos acerca da história das duas trajetórias que ocupam um gigantesco espaço na Quinta da Boa Vista: o Palácio de São Cristóvão e o Museu Nacional. Na passagem para o século seguinte foi montada a Seção de Memória e Arquivo que absorvera o

antigo Arquivo Histórico juntamente com outras tipologias documentais que foram ofertadas pelos inúmeros departamentos de pesquisa da do Museu.

Ao ser selecionado para o projeto de iniciação científica fui então vinculado a um projeto desenvolvido pela SEMEAR, com coordenação da historiadora Regina Dantas, denominado *Guia do Acervo de D. Pedro II existente no Museu Nacional / UFRJ*. Seu principal intento era identificar o acervo, espalhado entre os diversos departamentos, seções e exposições do Museu, que tivessem alguma ligação com o passado monárquico, e em especial, com a figura do próprio Imperador D. Pedro II. É louvável que em um país que apresenta tantas limitações impostas ao ensino básico e superior existam iniciativas como essa. Quiçá as musas que inspiram os poetas e trovadores não inspirem os governantes para que o horizonte que reunião ensino, pesquisa e extensão não seja tão distante e tão utópica.

A entrada em tal programa de iniciação científica foi fundamental para a consolidação do curso de história como escolha de formação superior. É indelével a experiência adquirida nos dois anos de participação no projeto marcando completamente o futuro acadêmico que se começava a construir. Durante a graduação foi dada continuidade às atividades anteriormente iniciadas, promovendo o aprofundamento da própria prática diária da pesquisa. O gradativo crescimento do repertório de instrumentos de pesquisa e a lapidação do olhar e das percepções históricas acompanham o decorrer do curso, sendo as atividades desenvolvidas no Museu um constante misto de teoria e prática. Depois de mais de sete anos de contato constante com as fontes, com os trabalhos de pesquisa desenvolvidos, com pesquisadores e consultentes, algumas questões tornaram-se cada vez mais recorrentes.

Como explicar a ligação entre a história da Instituição e das ciências no Brasil? Como entender as constantes referências do governo Imperial à Instituição e às suas atividades? Como entender a atuação de um conjunto tão heterogêneo de cientistas, naturalistas e demais personagens nesse espaço tão específico? O que de fato pode ou não ser entendido como uma produção de conhecimento nacional no século XIX? Como o Museu ocupou o Palácio de São Cristóvão? O que estudavam os cientistas, a que se dedicavam, qual objetivo pretendiam alcançar? Esses não são questionamentos fáceis de serem respondidos, quiçá não exista tempo hábil em toda uma vida de pesquisas para chegar a uma conclusão contundente a tantas perguntas.

O primeiro exercício mais concreto, que procurava apresentar respostas a algumas das questões acima, foi desenvolvido na monografia apresentada como requisito para a

conclusão para a obtenção do título de bacharel em História. O trabalho buscava compreender a ocupação do Palácio de São Cristóvão pelo Museu Nacional. Orientado pelo professor Manoel Luís Salgado Guimarães, tal trabalho buscou compreender os interesses do governo republicano, recém inaugurado, em ocupar os antigos espaços de significação monárquica, e com a ex residência imperial não seria diferente. Reuniam-se duas estratégias ao transpor-se a Instituição Científica para o Palácio: a, da direção do Museu em conseguir melhor alocação e salvaguardar parte das coleções do ex Imperador que ainda se encontravam em São Cristóvão, e a do governo republicano preocupado em afastar as marcas da memória monárquica. A função de um trabalho de conclusão de curso é possibilitar ao graduando um exercício de compreensão prática dos elementos que constituem o ofício do historiador.

A partir daí, a escolha pelo caminho de reflexão sobre a história das ciências foi uma consequência quase lógica. A vivência no curso de História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia contribuiu para o refinamento de uma série de incômodos que passaram, a cada dia, a ganhar mais forma. É inquestionável o papel dos diálogos estabelecidos no seio do curso: o caráter multifacetado de seus componentes, sejam eles do corpo discente ou docente, aumentam os limites analíticos inicialmente propostos para quaisquer trabalhos que sejam propostos. Sendo assim, pode-se afirmar com grande certeza que o que agora será apresentado é fruto de um mosaico de experiências e incômodos que ajudaram a (re)formular as perguntas e questionamentos iniciais e contribuem para as conclusões possíveis de serem determinadas.

Existem duas perguntas que norteiam cada página que compõem esse trabalho: “é possível enquadrar as práticas científicas desenvolvidas no Museu Nacional entre os seus congêneres do Velho Mundo no século XIX?”, e a segunda é “quais os propósitos das constantes intervenções do Governo Imperial no Museu durante as décadas de 70 e 80 do oitocentos?”. Foi a partir desses dois incômodos que se tornou perceptível um elemento de destaque no período tratado: os *Archivos do Museu Nacional*. A entrada do periódico no horizonte analítico tratado tornou-se nodal no percurso de depuração das ideias e argumentos que colocaram-se no correr da pesquisa.

O primeiro capítulo, *As musas e os trópicos*, trata das condições de criação e existência do Museu Nacional. Nele é identificada uma preocupação do Estado Português em desenvolver no seu Império um conjunto de pesquisas e estudos desde a chegada da ilustração com maior intensidade na administração lusitana desde o século XVII. Essa tradição estende-se nas práticas relacionadas às letras, às artes e às ciências no início do

século seguinte, marcado, no Velho Continente, pelas decorrências do processo revolucionário iniciado na França em 1789, bem como pela expansão implementada por Napoleão Bonaparte pouco tempo depois. Tal conjuntura foi responsável pela criação da conjuntura que conduziu à decisão de transpor a Família Imperial e a Corte Portuguesa para o Brasil.

Tal transmigração mudou, sensivelmente, o contexto colonial brasileiro, levando a elevação à condição de Reino Unido e, posteriormente, contribuiu para o processo de quebra das amarras com Portugal. No curso desses acontecimentos, foi criada uma série de aparelhos para atender as demandas da Corte e da nova condição de centro do Império Português. A criação do Museu Nacional, então Museu Real, em seis de junho de 1818, por decreto de D. João VI e por intermédio de seu Ministro de Estado e Negócios do Reino Thomaz Antônio de Vilanova Portugal, insere-se em tal contexto, ao lado da Biblioteca Real, à Imprensa Régia, à Mesa de Desembargo do Paço, entre outros elementos. Criavam-se elementos para o desenvolvimento de práticas letradas, para a circulação de ideias, e formação de uma elite local ligada por redes de comunicação impressa e direta.

Criado para propagar os estudos e as ciências naturais no Reino do Brasil, acabaria, o Museu por se tornar um dos principais centros de difusão das práticas científicas a partir de então. Atravessa os acontecimentos que conduziram à emancipação brasileira e adentra no primeiro reinado, ganhando posteriormente o nome de Museu Imperial Nacional. A primeira organização institucional viria somente em 1842, já durante o segundo reinado, período de maior desenvolvimento da Instituição. Gradativamente o Governo Imperial veria no Museu potencialidades que poderiam ser explorados não somente no campo científico, como no simbólico.

O segundo capítulo dedica-se à compreensão da construção do ideal de nação durante o século XIX. *Consolidar um Estado, forjar uma nação* trata dos caminhos percorridos para a montagem dos elementos que montam o cenário de identificação nacional: a atuação de órgãos como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e também tendências artísticas/literárias como o movimento romântico brasileiro.

A atuação do IHGB estava atrelada à constituição de uma composição de imagens acerca do Brasil: era necessário definir o personagem brasileiro, sua história, sua terra e seus costumes. Através da promoção e patrocínio de pesquisas, concursos, publicações e sendo uma das *meninas dos olhos* do próprio Imperador.

Junto à atuação do IHGB destaca-se a expansão do romantismo no Brasil. Influenciados pela estética desenvolvida, sobretudo na Europa, escritores brasileiros dedicaram-se em transportar o estilo, e as temáticas desenvolvidas, para cá. A primeira denteção do romantismo, profundamente identificada com a causa indianista, passa a debruçar-se sobre a questão nacional e a desenhar um programa que respondesse às demandas de definição de um determinado *ethos* embebido de *brasilidade*. Em linhas gerais, pode-se afirmar que esse movimento acabaria por fundar uma tradição analítica que marcaria um novo paradigma acerca da constituição do ideário nacional. Ressalte-se a importância dada pelo próprio Governo, em especial por D. Pedro II, às temáticas, à forma e os percursos apontados pelos inúmeros entusiastas e partícipes do movimento, que acabava por sintetizar, em parte, o projeto que se colocava em curso no tocante à edificação da nação.

Em meio a esse cenário, quais as contribuições que as práticas científicas podem oferecer? Como o projeto de construção de uma ideia constitutiva de nação no Brasil pôde ser construída? Essa é a principal preocupação do terceiro capítulo *In media res*. A partir de uma análise que conduz para o ocaso imperial, penetra-se nas duas últimas décadas de monarquia no Brasil, chamando a atenção para a mudança da postura do Estado com o Museu Nacional.

Em meio a inúmeros problemas ligados à estrutura do edifício e das necessidades materiais para o desenvolvimento das atividades científicas o Museu viveu entre as décadas de 60 e 90 do século XIX inúmeras transformações. A mudança de ministérios, do Interior para o de Agricultura, Comércio e Obras públicas, acabou significando um dínamo para as transformações que estavam por vir. Os pedidos de reformulação da Instituição foram aceitos e em 1876 um novo regulamento passou a normatizar a sua vida burocrática e científica. Assumiria, em definitivo, Ladislau Netto a direção do Museu Nacional, tornando-se um dos nomes mais importantes em termos administrativos e significativos do oitocentos.

O novo regulamento traria, para além da anteriormente já citada, uma disposição colocada por decreto imperial: a obrigação dada ao Museu Nacional de produzir uma publicação contendo compêndios e resultados das atividades científicas desenvolvidas, das coleções, e trabalhos que desvelassem as riquezas e exuberâncias da fauna e flora nacional. O periódico, *Archivos do Museu Nacional*, cumpriu um importantíssimo papel para a Instituição: ser um canal de diálogo com outras congêneres, constituindo-se como moeda de troca e barganha por espécimes, coleções e exemplares naturais, tanto no Brasil como no

exterior. Deve-se salientar que apesar de não cumprir a exigência da periodicidade trimensal inicialmente colocada, rapidamente o *Archivos* ocupou lugar de destaque dentre os esforços do Museu Nacional. Entre 1876 e 1889 foram sete números contendo trabalhos dos renomados cientistas de cada seção do Museu, tendo espaço para a publicação da Flora Brasiliense do Frei Veloso e uma reunião de trabalhos de Frederich Hartt publicados postumamente. Na última grande exposição do século XIX, a Universal de Paris, o Museu Nacional foi premiado pelo conjunto publicado em seu periódico até então.

Nas páginas, o que está escrito? É antes uma provocação do que uma assertiva. Procura oferecer uma contribuição para o estudo das ciências e práticas científicas no Brasil oitocentista, assim como ser mais um dos trabalhos a alimentar o conjunto de produções acadêmicas que possuem uma preocupação em valorizar as instituições científicas brasileiras, seus nomes e sua trajetória. Mais do que uma conclusão hermética procura oferecer uma análise construída de forma mais didática possível pensando as relações entre Estado, Ciência, Cultura, Política e Projeto Nacional.

1. As musas e os trópicos.

Efeméride

e.fe.mé.ri.de

sf (gr ephemerís, ídos) Comemoração de um fato, geralmente auspicioso.¹

Vive-se o tempo das incertezas. Os estudos que procuram entender as estruturas do tempo, do presente e do futuro produzem discussões que tentam aliviar do hodierno o peso de não produzir mais um sentido específico, de não apresentar uma *estrela polar*, um ponto fixo que de forma teleológica uma direção. O pensamento linear deu lugar a redes que se interligam formando complexas *nuvens* de informação, sobre as quais não se tem certeza de sua dimensão. O que se projeta sobre o futuro próximo é incerto ou pouco distante do presente vivido.

Se incertas são as projeções sobre o futuro, o mesmo não se pode afirmar sobre o passado: seu consumo como produto está cada vez mais presente. Não são necessários estudos profundos, com levantamentos de gigantescas bases de dados para comprovar tais afirmativas, bastando transitar pelas ruas, observar bancas de jornal, revistas, filmes, livros. Uma sensação de nostalgia coletiva sobrevoa as sociedades ocidentais preenchendo o espaço que caberia às elucubrações sobre o futuro, com leituras confortáveis sobre o passado. Em tal cenário, a produção, ou reprodução, de efemérides pode ser entendida como sintoma do contemporâneo ou tomada como possibilidade de criação de novos discursos, de outras análises. Indubitavelmente, capta a atenção de estudiosos e leigos.

O final da primeira década do século passado foi marcado por uma enxurrada de trabalhos que apresentavam como tema o bicentenário da transmigração da corte lusitana² para terras americanas. Congressos, palestras, programas de televisão, seriados, livros, revistas, encartes: toda a sorte de falas era produzida tendo como temática tal comemoração. É relevante salientar que “comemoração” aqui figura

¹ CUNHA, Antônio Geraldo da. Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. 4ª Edição. Lexikon, Rio de Janeiro: 2010

² Mais precisamente o ano de 2008 que é aquele no qual foram celebrados os duzentos anos da chegada da corte portuguesa ao Brasil. Contudo também estava na ordem do dia os estudos que chamavam a atenção para o centenário da morte do escritor Machado de Assis e para as 4 décadas passadas do ano de 1968, apontado como um dos mais significativos em termos políticos e culturais da segunda metade do século XX.

diferente do sentido de um simples festejo. Seu sentido abriga a ideia de emergir uma memória coletiva que deve ser salientada, ou seja, uma forma de trazer coletivamente um evento, que deva ser repensado, revisitado, reanalisado.

Contudo, não era essa a primeira vez que tais eventos seriam discutidos com tamanha vivacidade. No terceiro quartel do século passado, por ocasião das comemorações do sesquicentenário da independência inúmeras foram as produções que perpassavam ou tangenciavam o assunto, apesar de o foco ser a (re)interpretação da quebra dos laços entre a América Portuguesa e sua antiga metrópole. As enunciações produzidas em 1972 marcaram profundamente a historiografia brasileira, produzindo análises, hoje tomadas como clássicas, como a organizada por Carlos Guilherme Mota³. Isto em um momento marcado pelas teorias estruturalistas que procuravam organizar o passado colonial e independente do país tendo como diretrizes a intencionalidade do capital mundial, ao mesmo tempo em que se vivia internamente um regime de exceção.

Nesse sentido, por diversos matizes a vinda da corte funcionaria como irradiador, ou ainda como intensificador, de uma série de transformações que marcariam a realidade da América portuguesa e futuramente do Brasil independente. Assim sendo, pode-se perceber a forma como as efemérides tornam-se oportunas: são alimentadoras de um espírito analítico que se esforça em produzir leituras, em proporcionar novas análises.

1.1 Uma corte europeia no Novo Mundo

Grande parte das teses que procuram explicar os motivos que levariam o príncipe regente português, D. João, a decretar a retirada da família real, e da nobreza que a cercava, trata das pressões que eram impostas tanto pelo expansionismo

³ Trata-se de MOTA, C. G. 1822: *Dimensões*. S. Paulo: Perspectiva, 1972. Reunindo inúmeros lentes em história do Brasil e história luso-brasileira foram produzidos artigos que versavam sobre os alcances de 1822 para a formação brasileira, enquanto estado e enquanto nação. Segundo Jurandir Malerba: "... o organizador agrupou o ensaio em dois níveis: "Das dependências" e "Das Independências". O primeiro de escopo **geral**, onde, "... ao lado da indagação mais teórica, ficam indicados alguns mecanismos de passagem do Antigo Sistema Colonial para o sistema mundial de dependências, permitindo discutir, tanto do lado europeu como do brasileiro os significados de 1822". ... O segundo "nível", sempre de acordo com o organizador, seria "mais **localizado**", perscrutando as nuances regionais de enfrentamento da Independência nas várias partes do Brasil." (MALERBA, 2005, p. 102 - 103)

napoleônico, quanto pelas ameaças inglesas⁴ ao conjunto do Império Português e aos seus interesses econômicos. Portugal permanecera aliado ao Reino Unido e cada vez era eminente a invasão francesa, inicialmente apoiada pelo reino de Espanha.

Em 8 de março de 1808 a corte portuguesa desembarcava no Rio de Janeiro. Em nenhum momento das relações colonialistas entre o continente europeu e o americano tal estrutura fora transmigrada. Como já exposto anteriormente, a chegada da Família Real Portuguesa é um evento sobre o qual foram, e estão sendo, produzidas inúmeras análises que tentam dar conta de seu alcance e de sua importância. Não é intento desse trabalho deitar-se de maneira profunda sobre tal evento, contudo, faz-se necessário identificá-lo como promotor de uma nova realidade que conduziria a novas necessidades políticas, econômicas, sociais. Os impactos foram profundos. Mudanças estruturais, de ocupação, de dispersão pelo território mudariam o cenário da cidade colonial⁵. Era preciso ambientar o Rio de Janeiro à sua nova função, ou seja, transformá-lo no novo centro do Império português.

Promover-se-ia um conjunto de medidas que forneceria os alicerces para o desenvolvimento intelectual, cultural e científico da então colônia que respirava ares metropolitanos. O novo centro desse Império de administração transmigrada deveria passar por profundo processo de (re) invenção. Em tal sentido, a intencionalidade de tornar civilizado⁶ é indispensável: o contraste entre a realidade marcada pela escravidão e os intentos do poder instituído eram claros e deveriam ser vencidos. A cidade deveria afastar-se da imagem de ser o centro irradiador da colonização e de suas práticas para dar cabo aos atos estabelecidos pelo teatro da Corte então instalada. O espaço que fora dínamo econômico do Império Português nos setecentos, assumiria o papel de seu

⁴ A aliança permanecera firmada entre Portugal e Inglaterra em uma convenção secreta realizada em Londres em outubro de 1822. São signatários da mesma assinada pelo plenipotenciário português Domingo de Sousa Coutinho e por George Canning, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros da coroa britânica. A Biblioteca Nacional de Portugal disponibiliza os termos desse acordo, assim como inúmeras fontes através do site <http://purl.pt/index/livro/PT/index.html>. Acessado em: 22/04/2012

⁵ Traço claro de tais transformações diz respeito à densidade demográfica da região. Segundo Ilmar Rohloff de Mattos, “a sua população era de quase 43.376 habitantes em 1799, elevou-se para cerca de sessenta mil em 1808; em 1819 já era de aproximadamente oitenta mil pessoas, alcançando um total de 112.695 habitantes no ano do regresso da Família Real para Portugal. Parece-nos que tal crescimento não pode ser creditado apenas ao número de indivíduos desembarcados com D. João, e sim ao aprofundamento das funções que a cidade exercia (...) Como nova sede da monarquia portuguesa, a cidade ampliou suas funções de centro administrativo, além daquelas eminentemente mercantis.” (MATTOS, 1999, p. 48)

⁶ A noção de civilização aqui é embasada no conceito proposto por Norbert Elias ao estudar a formação e consolidação da ideia de *corte* na Europa Moderna.

centro político no século seguinte, vivendo, como propõe Afonso Carlos Marques dos Santos, um projeto *civilizatório*: fenômeno que corresponde à construção de uma corte nos trópicos, ou melhor, que transforma o Rio de Janeiro em um autêntico laboratório da civilização. Trata-se de um projeto de ocidentalização, que comporta tanto a importação de padrões civilizatórios europeus como uma tentativa de inserir esta parte do mundo no Ocidente, na sua história e nas duas tradições. Uma tentativa de construir o que há muito tempo, chamamos de “Europa possível” (SANTOS, 2007, p. 29).

Vivia a monarquia portuguesa uma situação singular e, como já anteriormente exposto, sem nenhum precedente a servir de exemplo. Seria agora o Rio de Janeiro a nova sede instituída do Estado Português, logo todas as decisões deveriam ser tomadas e efetivadas a partir dessa cidade. Uma verdadeira inversão é verificável nesse sentido. O *locus* colonial assumiria um *status* de metrópole como verifica Maria Odila Silva Dias em seu clássico estudo acerca da “Interiorização da Metrópole” (DIAS, 1972, p.160-184)⁷. Tal (re)arranjo da ordem colonial acabaria por lançar as bases da construção de um estado na então América Portuguesa.

Para organizar o novo centro administrativo-lusitano inúmeras ordenanças, licenças e alvarás foram realizados já em 1808. A primeira é a famosa Carta Régia conhecida como “Abertura dos Portos”, que põe fim a um dos enlaces de dominação colonial mais importantes⁸. Tal ato marca a inserção da então colônia, oficialmente, como ponto de recepção e envio de produtos diretamente para o Velho Continente, sem passar pela chancela metropolitana e devendo, assim, ser compreendido na tona dos acontecimentos que isolavam a Corte em terras brasileiras e confirmavam os acordos anteriormente firmados com os ingleses. Além dos interesses econômicos e políticos luso-ingleses, abria-se a entrada de novidades e transformações para uma nova realidade. Foram criados Ministérios e Secretarias de Estado⁹, instalada a mesa de

⁷ Tal trabalho compõe a obra organizada por Carlos Guilherme Mota anteriormente citada.

⁸ Carta Régia - de 28 de Janeiro 1808 – Abre os Portos do Brasil ao comércio direto estrangeiro com exceção dos gêneros estancados. (Coleção das Leis do Império do Brasil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 1-2). Abria-se o mercado brasileiro para entrada de produtos estrangeiros das nações que permanecessem “amigas” de Portugal. A proeminência das mercadorias inglesas seria notável, ainda mais depois de uma série de acordos firmados em 1810 que garantiam maiores vantagens alfandegárias à Inglaterra.

⁹ Todo o conjunto de alvarás, cartas régias e demais ordenanças encontram-se disponíveis no site <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica>

Desembargo do Paço ¹⁰, a Intendência de Polícia ¹¹, revoga-se alvará que proibia a instalação de fábricas e manufaturas, cria-se uma Fábrica de Pólvora, o Erário Régio e o Conselho de Fazenda, um Banco Nacional, dentre outras tantas ações tomadas naquele 1808. Assim, afirma Sérgio Hamilton da Silva Barra:

é essa nova função atribuída à cidade do Rio de Janeiro que vai guiar as ações edilícias da Intendência de Polícia. Estas intervenções, ao procurar adequar o espaço urbano do Rio de Janeiro à sua função de Corte, tornavam a cidade mais *civilizada*, segundo a mentalidade dos homens do início do século XIX. Isso, apesar de haver, durante o período joanino relativamente pouco investimento na construção de imóveis para abrigar as novas instituições culturais de todo o aparato burocrático-administrativo do Império. Construções essas que poderíamos denominar de *marcos físicos de poder e Civilização*, e cuja presença no espaço urbano deveria refletir através de sua arquitetura e de sua função, a magnificência, poder e a *Civilização* do Império. Havia-os, como por exemplo, o Real Teatro de São João (situado no Largo do Rocio e inaugurado em 1813), a Casa da Moeda (situada na rua do Sacramento e concluída em 1814), o Quartel do Campo de Santana (concluído em 1818), que abrigava divisões da Guarda Real de Polícia e Regimento das Tropas de Linha, ou a nova Praça do Comércio (inaugurada em 1820). (BARRA, 2006, p. 60-61)

Dentre as inovações trazidas pela Corte uma que se destaca é a criação da Imprensa Régia. Mas qual a função do impresso em uma sociedade constituída por um universo tão grande de não leitores? Ou ainda, qual a função prática, e simbólica, da reprodução de escritos?

Em um presente no qual o material, palpável, dotado de corpo, cor, dimensão, cheiro, dá lugar ao virtual, ao cibernético, a função do impresso perde-se de vista, talvez até mesmo na lembrança, ou estranheza, de alguns. Contudo, boa parte da história da humanidade está ligada à escrita, ao papel e ao impresso. Desde a prensa de Gutenberg a disseminação de ordens, ideias, injúrias e tudo mais o que for escrito e pensável depende das prensas de reprodução. No século XVIII tentativas frustradas de reprodução de textos na colônia foram reprovadas pela autoridade metropolitana. Ora, não só por se tratar de um período de vasta circulação de ideias – o século das luzes –

¹⁰ Erguia-se a estrutura administrativa para o funcionamento político do Império Português agora com sede em terras americanas sendo a mesa de Desembargo do Paço era um dos instrumentos de funcionamento do Estado Português mais importante.

¹¹ A Intendência de Polícia tinha como função gerenciar a vida da cidade e ordenar o novo cotidiano que se instalara com a chegada da Corte.

mas por se tratar de um interessante negócio pelas vinculações econômicas, a impressão no Brasil setecentista não logrou êxito¹².

Com a Corte instalada no Rio de Janeiro o mesmo imperativo proibitivo não continuou expresso. Em alvará de 13 de maio de 1808 era então criada a Imprensa Régia:

tendo-me constado, que os prélos que se acham nesta Capital, eram os destinados para a Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra; e attendendo á necessidade que ha da officina de impressão neste meus Estados; sou servido, que a casa, onde elles se estabeleceram, sirva interinamente de Impressão Regia, onde se imprimam exclusivamente toda a legislação e papeis diplomáticos, que emanarem de qualquer Repartição do meu real serviço; e se possam imprimir todas, e quaesquer outras obras; ficando interinamente pertencendo o seu governo e administração à mesma Secretaria D. Rodrigo de Souza Coutinho, do meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, o tenha assim entendido, e procurará dar ao emprego da Officina a maior extensão, e lhe dará todas as Instrucções e Ordens necessárias, e participará a este respeito a todas as Estações o que mais convier ao meu real serviço. Palácio do Rio de Janeiro em 13 de Maio de 1808. Com a rubrica do Príncipe Regente Nosso Senhor¹³.

Segundo Juliana Gesuelli Meirelles o documento não colocava a introdução da imprensa no Brasil como algo extraordinário, mas sim como uma forma de atender as demandas administrativas necessárias para o estabelecimento da Corte em terras americanas (MEIRELLES, 2006, p. 55). Pelas prensas saíam os papéis diplomáticos, que a partir de então não mais seriam necessariamente manuscritos, e também obras literárias aqui produzidas ou em além mar. Era o surgimento de uma atividade própria das práticas letradas que incluíam o Brasil no campo da produção e reprodução do conhecimento. Segundo Márcia Abreu (ABREU, 2010, p.41-67), apesar dos esforços de inúmeros pesquisadores em precisar o que de fato fora produzido naqueles anos iniciais (até 1822) é difícil chegar a uma conclusão final devido a inexistência de documentos sistematizados e completos sobre o assunto. Prestar-se-ia, ainda, à impressão de todo tipo de escritos, obras que iriam das Belas-Letras à Medicina, do Direito à História e Teologia, além de periódicos e livros didáticos. Estavam lançadas as bases para o

¹² Bragança trata em recente artigo, *Antônio Isidoro da Fonseca e Frei José Mariano da Conceição Veloso: percursores*, dos intentos de estabelecimento da reprodução de livros no Brasil anterior à chegada da Família Real Portuguesa. Expõe as dificuldades enfrentadas que faziam com que apesar da existência de um promissor mercado de leitores as dificuldades de implantação da reprodução de impressos eram grandes (BRAGANÇA, 2010, p. 25-41).

¹³ Coleção das Leis do Império do Brasil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 29-30.

desenvolvimento da disseminação mais facilitada das informações e ideias na nova capital do Império Português.

O primeiro periódico a ser impresso no Brasil foi a *Gazeta do Rio de Janeiro*¹⁴, com funcionamento iniciado em 10 de setembro daquele ano. Tinha por função divulgar avisos e notícias vindos da Europa e sobre o Brasil, além dos atos e diplomas legais. Guardava semelhança com a *Gazeta de Lisboa*, seguindo os padrões dos jornais estrangeiros, sendo dividida e, duas partes seção noticiosa e anúncios, que segundo Meirelles,

no primeiro campo, a folha circunscrevia a fala do redator, incluía artigos escolhidos de diversos jornais europeus, apresentava cartas de militares e políticos de relevância no período, inseria informações burocráticas – como o balancete financeiro da Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro – e também noticiava o cotidiano da realeza: das graças do monarca para seus súditos civis e militares como, por exemplo, a distribuição de títulos de nobreza às diversas festividades do calendário real, como os aniversários do príncipe regente e as peças de teatro. A prestação de serviços também era o foco do jornal e estava destinada à seção dos anúncios. Neles incluíam-se as publicações que se relacionavam ao universo cultural da cidade: informações marítimas, saídas de correio, vendas de livros e periódicos, mapas, vendas de escravos e imóveis, leilões etc. eram constantes e delineavam a relação existente entre a imprensa e a sociedade joanina no Rio de Janeiro, no início do século XIX. (MEIRELLES, 2006, p. 57)

Contava com tiragens iniciais aos sábados, posteriormente também as quartas e, excepcionalmente, quando houvesse necessidade de divulgação extraordinária. Contudo, enquanto a *Gazeta do Rio* guardava um tom mais informativo, das terras inglesas partiria outro periódico com tom muito mais crítico e autoral. Hipólito da Costa¹⁵ publicou durante 14 anos o *Correio Braziliense*, de Londres, onde era protegido pelo Duque de Sussex, filho do rei Jorge III. A publicação circulava clandestinamente no Brasil, assim como em terras portuguesas, devido ao tom ácido com que tratava o governo. Ao contrário da *Gazeta do Rio*, a publicação possuía um caráter muito mais crítico e trazia em seus artigos declinações políticas, filosóficas e de opinião sendo ao todo produzidos foram 175 fascículos em seus anos de existência. Segundo Isabel Lustosa,

a forma que Hipólito achou para trabalhar pela mudança foi a palavra impressa e livre de censuras, tal como ele via a ser prática no país que o

¹⁴ A Biblioteca Nacional disponibiliza todos os números da *Gazeta do Rio de Janeiro* entre 1808 e 1822 digitalizados através do site http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta.htm.

Acessado em: 04/06/2011

acolhera. A Inglaterra era um país livre, onde a monarquia constitucional era um fato; onde o Parlamento realmente funcionava e limitava o poder do rei; onde havia uma imprensa livre. Hipólito percebia a importância dessas duas instituições para o funcionamento das outras. Além do mais, sendo amigo do filho do rei, o Duque de Sussex, sentia-se protegido pelas leis inglesas e sentia-se seguro para fazer observações e críticas à administração dos negócios portugueses que nenhum outro súdito português ousara até então. (LUSTOSA, 2003, p. 13-14)

Além dos periódicos supracitados, outro que conseguiu destaque, tanto em seu tempo quanto dentre os estudos sobre a atuação junto à imprensa do período, foi o jornal *O Patriota Jornal Litterario, Político, mercantil, &c*¹⁶. Apesar do curto período de circulação (1813-1814), contando com apenas 18 números impressos, teve uma profunda interferência no mundo letrado brasileiro do período. Seu editor era Manoel Araújo Guimarães, que depois viria a ocupar o mesmo cargo na *Gazeta do Rio de Janeiro*, e teve como colaboradores nomes como os de José Bonifácio de Andrada e Silva, Silvestre Pinheiro Ferreira, Domingos Borges de Barros, futuro Visconde da Pedra Branca, Mariano Pereira da Fonseca, futuro Marquês de Maricá, Manoel Inácio da Silva Alvarenga, dentre outros nomes, sempre ligados a uma intrincada rede de letrados luso-brasileiros com íntima ligação com o Estado. O público não poderia ser menos restrito. Composto por assinantes da nobreza instalada nos trópicos tinha leitores como D. Carlota Joaquina, o Conde dos Arcos, o Conde da Palma, o Conde da Ponte, o Barão de Torres Novas, o Barão do Rio Seco, dentre outros.

Com tiragens mensais, posteriormente bimestrais, contava edições que iam comumente das 110 às 130 páginas, que versavam sobre os mais diversos temas, tais como: Artes, Agricultura, Medicina, Literatura, Gramática Filosófica, História, Política, Comércio, Química, Botânica, Geografia e Mineralogia, sendo os artigos tanto traduções, que podem ser enquadradas nas lógicas do periodismo enciclopédico. Inserido no contexto literário que passava a reinterpretar as reverberações da ilustração, já impactada por decorrência das transformações políticas europeias, principalmente as que envolviam a Revolução Francesa e a emergência cada vez mais intensa das teorias, e práticas, liberais, podendo ser caracterizado como o primeiro periódico *brasileiro* a apresentar um cunho “científico”¹⁷.

¹⁶ Encontra-se disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/64> Acessado em 20/01/2012

¹⁷ Para maiores informações consultar *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813 – 1814)*.

A interferência causada pela ocupação alcançava os mais distantes pontos de ocupação da cidade. Nas áreas próximas ao porto pululavam as novidades vindas pelo Atlântico e desenhavam-se novos ritos sociais, estendendo-se grandes agitações até as proximidades do campo da Igreja de Santana e do Largo do Rocio. O Príncipe Regente abrigar-se-ia na *Quinta* de um comerciante luso-libanês, Elie Antun Lubbus¹⁸, e a Corte espalhar-se-ia pelas melhores moradias nas freguesias mais diversas. Do outro lado da cidade, nas possessões que eram banhadas por uma lagoa, conhecida como a de *Rodrigo de Freitas*, mudanças também seriam verificadas. Para instalar a Fábrica de Pólvora, decretava assim o Príncipe Regente:

Manda incorporar aos proprios da Corôa o engenho e terras da Lagôa de Rodrigo de Freitas. Sendo-me presente a grave e urgente necessidade que há de erigir sem perda de tempo uma fabrica de polvora, onde se manufacture este tão necessario genero para a defesa dos meus Estados, e igualmente para o mesmo fim outra fabrica para a fundição, forneação e perfuração das peças de artilharia, o que tudo exige não só um local espaçoso, mas ainda abundancia de aguas, para o movimento das differentes machinas, por cujo meio se hão de executar todas as necessarias operações; e constando-me outrosim que o engenho e terras denominadas da Lagôa de Rodrigo de Freitas, seja o logar mais proprio para estes grandes estabelecimentos: sou servido ordenar que pelo Conselho da Fazenda se proceda logo a incorporar nos proprios da minha Real Corôa e a escrever nos livros delles o sobredito engenho e terras da Lagôa de Rodrigo de Freitas, procedendo-se primeiro á competente avaliação, cujo valor com o augmento estabelecido pelas minhas Leis que mando sempre dar áquelles cujos bens se tomam para o serviço publico, será pago pelo meu Erario Régio, logo que seu dono, ou quem por elle se achar legitimamente autorizado, assim o requerer e mostrar que nada obsta a que se lhe faça a mesma entrega; ordeno outrosim, não havendo embaraço legal, que até a época em que possa ser embolsado, se lhe pague sempre o mesmo que actualmente percebe do arrendamento que tem feito; o que tambem se continuará, si a sobredita fazenda for vinculo, até que possa mostrar a compra de outra do mesmo valor que possa sobrogar-se a esta que ora mando tomar para o meu real serviço e publico, dando todas estas providencias a fim de que o legitimo proprietario ou administrador, não soffra damno em seu haver, e dispensando para o preciso effeito destas minhas reaes ordens em todas e quaesquer Leis que possa haver em contrario, como se das mesmas aqui fizesse expressa menção. O Presidente do meu Real Erario e do Conselho da Fazenda assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Junho de 1808.

¹⁸ Na forma portuguesa Elias Antônio Lopes. A casa era estruturada nos padrões orientais no formato de um quadrado com um pátio interno e varandas, ou galerias, de vinte colunas, encimado de um primeiro andar. O comerciante recebeu a quantia de 21:929\$000 – vinte e um contos, novecentos e vinte e nove mil réis – referentes ao pagamento das obras já realizadas e uma mensalidade para a conservação do edifício. Além disso, foi agraciado com o título de Cavaleiro Fidalgo da Casa Real, com a graduação de Alcaide-Mor da Vila de São João Del Rei e de Provedor e Corretor da Casa Adjunta do Comércio, tendo, contudo, pouco tempo para usufruir de suas honrarias, falecendo no ano de 1815. (KHATLAB, 2002, p. 19)

Nessas terras destinadas a produzir artefatos e artifícios para a defesa da Corte aqui instalada, também seria instalada uma das criações do período cuja existência prolonga-se até a contemporaneidade: trata-se do hoje conhecido Jardim Botânico do Rio de Janeiro. A origem dos jardins botânicos remete ao século XVI, quando se destinavam aos estudos de plantas, arbustos e toda a sorte de folhas, flores e frutos, que pudessem vir a ter algum uso medicinal. Atravessando a Idade Moderna constituir-se-iam como espaços dedicados aos estudos científicos e seriam existentes em inúmeros espaços do Velho Continente, como França, Inglaterra, Holanda, Espanha, entre outros, assim como em suas colônias no Novo Mundo e Ásia principalmente.

Em Portugal o Jardim Botânico da Ajuda representara a atuação do Estado Português na implantação de uma política ilustrada na qual a Coroa seria o principal agente ²⁰ (Berdiaga, 2007, p. 1134). Ainda, segundo a autora,

Juntamente com a reforma da Universidade de Coimbra, em 1772, e a criação da Academia de Ciências, em 1779, formou um tripé em que o movimento ‘ilustrado’ encontrou formas de aprimorar seu pensamento e, ao mesmo tempo, construir e implementar sua política. De fato, o ‘complexo científico’ organizado em torno do Jardim Botânico de Ajuda tornou-se importante centro de recebimento, descrição e cultivo da flora enviadas das colônias do Império Português.

Herdeiro de uma tradição já existente em Portugal e em franca expansão também em terras americanas, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro fora criado com finalidades expressivas de aclimação de espécimes, especialmente de *especiarias*. Pesara a atuação de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a quem fora confiada a Fábrica de Pólvora e também a organização das atividades desenvolvidas no Jardim. Ao contrário do que

¹⁹ Decreto de 13 de Junho de 1808. (Coleção das Leis do Império do Brasil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891., p. 52).

²⁰ Acerca do mesmo tempo chama a atenção Nelson Sanjad: “O governo português começou a estruturar uma rede para o cultivo de espécies vegetais a partir da década de 1760, quando foi criado o Jardim Botânico da Ajuda, com o fim explícito de coordenar a coleta e a classificação dos produtos naturais provenientes das colônias. Essa iniciativa estava vinculada a uma política de Estado fortemente influenciada por princípios fisiocráticos, e que também foi responsável pela reforma do ensino universitário, pela organização de expedições e pela criação de academias e de instituições científicas. Nesse contexto, coleções de produtos naturais e informações geográficas, expressas em mapas, desenhos, roteiros, relações e memórias, ganharam importância estratégica para o conhecimento e gestão do território.” (SANJAD, 2010, p.20)

ocorria em Portugal o espaço ficaria bem distante da residência real, provavelmente, para proteger as atividades ali desenvolvidas, e, também, do eminente perigo de explosões causados pela fábrica de Pólvora.

Berdiaga e Sanjad (BERDIAGA 2007 e SANJAD 2010) atentam para a importância da rede de trocas, que então seria estabelecida, entre os jardins botânicos instalados em Caiena²¹, Olinda e Rio de Janeiro,

A rede formada por esses jardins, apesar de breve, constituiu uma das poucas iniciativas da coroa lusitana para institucionalizar a pesquisa científica no espaço ultramarino, conforme a política agrarista do final do século XVIII. Essa rede demonstra não apenas uma notável capacidade de articulação no governo português, primeiramente a partir de Lisboa e depois do Rio de Janeiro, como também a maneira pragmática pela qual as ciências naturais foram arregimentadas em benefício do império. (SANJAD, op. cit., p. 20-21)

Dentre as intempéries causadas pela expansão napoleônica estavam o perigo às coleções e acervos portugueses. Após a instalação da Corte no Rio de Janeiro, seguiu para cidade, também a Biblioteca Real. Trazida em lotes entre os anos de 1810 e 1811, era considerada como dependência da Casa Real Portuguesa, não havendo nenhum ato ao instalá-la no Hospital da ordem Terceira do Carmo, junto com os instrumentos de física e matemática, anteriormente vindos de Lisboa, na Rua Direita, hoje 1º de Março. Segundo Lilian Schwarcz

Assim todos os caminhos levavam ao Brasil: para as riquezas, um banco seguro, salvo de pilhagens; para as pessoas, uma forma de escapar da grave crise em que mergulhara Portugal e dos perigos da guerra, principalmente quando o Exército francês se preparava para uma nova tentativa de conquista de Lisboa. E, se a Biblioteca devia partir, melhor seria se os seus funcionários também viessem. (SCHWARCZ, 2002, p. 264)

O acervo teve origem no reinado de D. José I que reiniciava a *Livraria del Rey* após o fatídico terremoto, seguido de incêndio e maremoto, que destruiu Lisboa em 1755. Instalada no Palácio da Ajuda, contava com livros de religião, história, filosofia,

²¹ Em Caiena, atual capital da Guiana Francesa, funcionava um rico e importante jardim botânico. Por ocasião da invasão da região o espaço foi protegido por ordens que partiam do governo português então instalado no Rio de Janeiro. (SANJAD, 2010, 21)

belas-artes, ciências naturais, além de inúmeros atlas, cartas cartográficas, e toda a sorte de obras que pudessem engradecer o que era considerado parte dos tesouros da Coroa portuguesa, protegidos, agora pelo Atlântico, longe dos assaltos e espólios praticados pelos franceses. Os livros foram organizados em cinco classes principais – jurisprudência, teologia, ciências e artes, belas-artes, e história – que foram engrandecidas por aquisições e doações de coleções particulares, sendo franqueadas inicialmente a estudiosos e somente em 1814 aberta ao grande público.

Constituíam-se os espaços recintos das culturas eruditas e letradas do Velho Continente, agora nos trópicos. Apesar de proporcionarem impactos diretos localizados, as ações em prol da constituição de espaços de significação do saber e das artes que o envolvem deixariam marcas profundas em uma sociedade em profunda transformação. As mudanças, cada vez mais intensas davam-se não somente pela inversão das lógicas colonial-metropolitana, mas também pelo surgimento de novas *práxis* em terras americanas. De fato, estavam em curso à constituição de uma nova formação de identidade local, alimentada pelo contato entre duas elites separadas por um oceano, acrescida, então, de novos vínculos culturais, sociais, políticos e econômicos.

Em 1815 Napoleão Bonaparte sofreria seu último golpe. Derrotado, teria seu Império desmantelado pelas grandes potências europeias. Reunidos em Viena representantes de Áustria, Prússia, Rússia, Inglaterra e de outros estados atingidos pelo furor da expansão francesa procuram redefinir os limites, práticos e simbólicos das monarquias da Europa. Realizava-se, sob o crivo do Príncipe de Metternich, o Congresso de Viena. Para participarem dos acordos do Congresso as Casas reinantes deveriam retornar para seus territórios, a fim de requisitarem a posse de seus domínios. Nesse sentido, D. João lançaria mão de um artifício observável: eleva o Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves.

A elevação marca o alargamento do processo iniciado em 1808. Ao ganhar *status* de Reino Unido, abandonava o passado colonial dando início a um novo momento de sua trajetória histórica. Por outro lado, as mudanças não foram tão perceptíveis em termos práticos e administrativos. A pesada faixa tributária inaugurada com a chegada da Corte, colocada para a manutenção da mesma e para financiar as ações militares tanto na região do Prata quanto contra a Guiana persistia, assim como o funcionamento dos diversos espaços de fixação e dispersão das práticas administrativa

do Império Português então sediado no recém eleito Reino do Brasil. É nesse cenário no qual as estruturas metropolitanas tornavam-se cada vez mais profundas, que será criado uma das instituições científicas mais antigas em funcionamento no Brasil: o Museu Real.

1.2 Um museu além do equador

Museu. Templo das musas, lugar destinado à reunião e exposição de obras de arte de peças e coleções científicas, ou de objetos antigos. Do latim *museum*, derivado do grego *mouseion* (de *mousa*, musa)²².

Na Antiguidade *musas* eram cada uma das nove deusas que presidiam as artes liberais: *Calíope* a eloquência, *Clio* a história, *Erato* a poesia lírica, *Euterpe* a música, *Melpômene* a tragédia, *Polímna* a musica cerimonial, *Tália* a comédia, *Terpíscore* a dança, *Urânia* a astronomia. Filhas de *Mnemosine*²³ encantavam os homens, inebriando-os para criação, inspirando-os com seus sopros divinais.

Constituíram-se os museus como espaços destinados à guarda de objetos, assim como à sua exposição. Já na Antiguidade Clássica são encontradas referências à existência de coleções, indiscutivelmente ligadas à prática educativa. O intuito da guarda, as motivações do início ao processo de coleta e forma de organização mudam de acordo com os vínculos sob as quais são estabelecidas, ou sob qual intencionalidade são pretendidas às coleções. Sob a mesma tutela de guarda, fundaram-se também as bibliotecas e os arquivos, claro, salvo as proporções e usos dos mesmos.

A concepção contemporânea de museu é herdeira de práticas que remontam à Idade Moderna, e mais especificamente ao século XVIII. Apesar de o termo ser hoje utilizado para denominar um sem número de instituições espalhadas por todo o globo, contendo formas de organização distintas, divisões múltiplas e finalidades das mais diversas, foram durante o Século das Luzes, em meio às transformações dos Gabinetes de Curiosidades e de função das coleções, oficiais, que os museus tornaram-se mais

²² Adaptado de GERALDO CUNHA, ANTONIO. Dicionário etimológico da língua portuguesa. 4ª edição revista pela nova ortografia. Rio de Janeiro: lexikon, 2010, p. 443.

²³ Filha de Urano (Céu) e Gaia (Terra) é uma das Titanides. É a memória personificada.

comuns. Em curso estava o desenvolvimento dos saberes ilustrados que envolviam a sistematização profunda e a divisão do mundo que cerca o homem. Buffon e Lineu discutiam a classificação das espécies e a criação de modelos interpretativos universais. A *Encyclopediè* sagrava-se com o intento de ser depositório ricamente detalhado e fartamente ilustrado de verbetes, que hoje mais se assemelham a teses sobre os mais diversos assuntos, alimentado por uma *república de autores* com mais de 200 colaboradores. A natureza desvelava-se mais intensamente para o homem, escrita não somente em caracteres matemáticos como propusera Galileu, mas também em um lastro de saberes que então se afirmavam.

Segundo Françoise Choay, no contexto da Revolução Francesa, ergue-se um conjunto de instrumentos jurídicos e técnicos que levam a proteção do patrimônio francês que se divide em dois processos: o primeiro, referente à transferência dos bens do Clero e da Coroa para a Nação, já o segundo remete à destruição material do que simbolicamente estava sendo derrubado. Nesse sentido, a defesa dos *bens nacionais* levou à produção de métodos e inventários para descrever e salvaguardar o que seria de interesse do povo francês, assim como o que fosse útil ou relevante para o mesmo. Os *bens móveis* figurariam em coleções particulares, posteriormente nos museus. Os imóveis constituiriam o museu dos monumentos da França pela acumulação de suas partes (CHOAY, 2001, p. 96-100). Para o bem nacional, emergiria essa concepção acerca das instituições responsáveis pela guarda, pela organização, e também aquelas destinadas ao ensino e aos saberes. Segundo Marlene Suano,

o museu prestava-se muito bem às necessidades da burguesia de se estabelecer como classe dirigente. No ano de 1791, as assembleias revolucionárias propuseram, e a Convenção Nacional aprovou em 1792, a criação de quatro museus, de objetivo explicitamente político e a serviço da nova ordem. Foram eles: (1) o Museu do Louvre, aberto em 1793 e disponível ao público, indiscriminadamente, três dias em cada dez, com o fim de educar a nação francesa nos valores clássicos da Grécia e de Roma e naquilo que representava sua herança contemporânea; o Louvre, além das coleções reais, foi enriquecido por material vindo de igrejas saqueadas pelos revolucionários, e mais tarde dos botins que Napoleão trazia de toda a Europa e até do Egito; (2) o Museu dos Monumentos, destinado a reconstruir o grande passado da França, revolucionária e que privilegiou os frutos do neoclassicismo em detrimento do patrimônio herdado do período medieval. (...) (3) O Museu de História Natural e (4) o Museu de Artes e Ofícios, ambos voltados ao desenvolvimento do pensamento científico em função de suas realizações práticas (SUANO, 1986, p.28-29).

A emergência dessa nova lógica espalhar-se-ia pelo ocidente com a fundação de novas práticas no tocante ao estabelecimento de espaços dedicados à lógica museal. Em 1808 surgiria o *Museu Real dos Países Baixos* na cidade de Amsterdã. Dois anos depois o *Altes Museum* em Berlim, em 1852 o *Museu Hermitage* na cidade de São Petersburgo. Todos antecidos pelos já existentes *Museu Britânico* de 1753 e o *Museu de Belverde* em Viena inaugurado em 1783 (SUANO, 1986, p.29). Nesse sentido o Museu Real, criado em 1818 no Rio de Janeiro, por decreto de D. João VI insere-se no conjunto de museus que passariam a existir por toda a Europa e regiões que sofressem sua influência político-cultural. Contudo, qual seria a função de um museu que seguisse essa *tendência*, estabelecida na passagem do setecentos, em terras americanas? Ou ainda, quais as condicionantes existentes no próprio Império Português que justificassem tal feito? É buscando dar alento a tais inquietações que seguirá essa análise.

Durante o século XVIII, e em especial após a administração pombalina, a ilustração ganhou fôlego em terras portuguesas. Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, foi um dos principais nomes, no tocante à administração, por reformar a realidade portuguesa no período. Contudo, suas atuações não se limitam à *práxis* política e econômica. Homem identificado como representante do *despotismo esclarecido* seria responsável pela inserção de Portugal na era das transformações que se alastravam pela Europa e que ficariam conhecidas pela designação *iluminismo*. Sob a tutela pombalina deu-se a reorganização do controle português sobre as riquezas do Império Português, seja no Reino ou nas posses ultramarinas. Sob essa face a austeridade esteve presente, na imposição de um rígido controle colonial, na América principalmente, e também pelo estabelecimento de novas estruturas burocráticas de todo o Estado.

Em sua trajetória encontra-se, outrossim, o estímulo às artes, às ciências e ao desenvolvimento dos saberes em Portugal. Foi promotor da impactante Reforma da Universidade de Coimbra, em 1772, responsável pela renovação ilustrada do ensino promovido assim como pela crescente laicização que se fazia do mesmo. Segundo Kenneth Maxwell, “as reformas educacionais de Pombal visavam a três objetivos principais: trazer a educação para o controle do Estado, secularizar a educação e padronizar o currículo” (MAXWELL, 1997, p.104). Além das Reformas em Coimbra, pode-se colocar o marquês como representante da filiação do país às luzes a fundação

da Academia Real de Lisboa²⁴, que se configuraria como centro receptor das inovações e adaptações ao contexto lusitano.

Criar-se-iam, a partir de então, redes de relacionamento entre diversos lugares dedicados aos saberes, principalmente aqueles ligados à história natural, por toda a extensão do Império. O esboço inicial traçado por Pombal encontraria em outros nomes da administração lugar. Um dos principais fora Rodrigo de Sousa Coutinho, que ganharia o título de Conde de Linhares. Desde a implantação da Tipografia do Arco do Cego²⁵, passando pela atuação junto ao Jardim Botânico da Ajuda, cujo principal lente era Domingos Vandelli, e junto à própria Academia de Ciências. O desenvolvimento das ciências naturais em Portugal possibilitou uma nova abertura de mundo e de uma nova chave de compreensão do homem quanto à sua posição na natureza e de sua capacidade de reflexão e intervenção. Como indica João Carlos Pires Brigola,

atração pelo universo da natureza é, de facto, detectável entre os colecionadores joaninos, tanto quanto entre os seus contemporâneos peninsulares europeus, tipificando bem valores culturais e aspirações colectivas em transito (do barroco às luzes) e ilustrando a irrupção de interrogações científicas de tipo novo (...) a aspiração à síntese (perseguida desde a Antiguidade), entre Arte e Natureza, conduz estes gabinetes de curiosidades (a *wundrkammer* alemã, ou a *camera di meraviglie* e o *studiolo* italianos) ao entesouramento extravagante de objectos raros e monstruosos. A cultura da curiosidade neles revia as anomalias da natureza, explorando um efeito visual que exaltava o prodígio da Criação. (BRIGOLA, 2003, p. 69-70)

Nesse sentido, afirma Lorelay Kury, serão constituídas estratégias internacionais para a construção de redes para elaboração e distribuição do conhecimento científico, o que aproximava a administração lusa de outras como a inglesa, e principalmente, a francesa:

o modelo imperial português cedeu lugar a outras estratégias internacionais que se haviam tornado hegemônicas, organizadas segundo uma lógica de

²⁴ A Academia surge durante o reinado de D. Maria I em 1799 no contexto de consolidação das Ilustração no contexto lusitano. Constitui a iniciativa de formação de uma elite ilustrada capaz de acompanhar o desenvolvimento dos saberes no Velho Continente.

²⁵ A Casa Literária do Arco do Cego foi criada em 1799 por D. Rodrigo de Sousa Coutinho. A criação da oficina do Arco do Cego remete-se numa política colonial que privilegiava o Brasil, fonte primordial da prosperidade comercial da metrópole. As obras lá impressas transparecem o intento de divulgação, ponto característico do Iluminismo. A história natural era considerada numa perspectiva utilitarista, apontando para o desenvolvimento e progresso do país. Para maiores esclarecimentos consultar WEGNER, R., Livros do Arco do Cego no Brasil Colonial. História, Ciências, Saúde — Manguinhos, vol. 11 (suplemento 1): 131-40, 2004.

redes tecidas em torno de centros de produção de saber e de elaboração e redistribuição de produtos científicos. Desse modo, Portugal realizou, a partir da segunda metade do século XVIII, uma ‘conversão’, no sentido de aproximar-se do funcionamento dos sistemas coloniais francês e inglês (KURY, 2004, p 111).

Assumia o Estado Lusitano o papel de promotor das ciências e letras sendo, portanto, o principal vetor das inovações trazidas pela ilustração. Segundo Ângela Domingues a coroa participava de forma quase onipresente, no processo de renovação cultural e científica na formação de uma “elite do conhecimento”, quando impulsionara a criação de novas instituições e fomentava tal rede de comunicação entre suas possessões e entre essas e o que se constituía enquanto lugar de destaque nos saberes ocidentais (DOMINGUES, 2001, p. 823-838). Maria Margaret Lopes argumenta que

“o estatismo da produção científica” – a tomada das iniciativas científicas pelo Estado – levou Portugal a também organizar suas expedições de exploração, as quais foram se tornando para o final do século XVIII cada vez menos “militares”, geopolíticas e mais filosóficas – botânicas e mineralógicas. (...) Tratava-se da integração do Império Português à mobilização geral do mundo de que falava Bruno Latour. Nesses esforços, insere-se como parte integrante da concepção de História natural vigente a instituição dos Museus, Jardins Botânicos e Zoológicos. (...) E nas colônias, como não poderia deixar de ser, criaram-se também as condições de infraestrutura básica para o abastecimento da metrópole. (LOPES, 2009, p. 30-31)

Um complexo emaranhado de informações constitui o corpo analítico desse Portugal sob a influência das luzes. Para colocar-se em pé de igualdade com as outras nações que experimentavam a ilustração fazia-se necessária a coleta, a exemplificação e a descrição, a modulação dos alcances imperiais segundo as lógicas *universais* então estabelecidas. Acrescenta-se à exemplificação bidimensional dos livros e de sua reprodução limitada para um ambiente repleto de cores, sentidos e materialidade tátil e instigante. A retirada dos exemplares de seu ambiente original e sua transposição para outro espaço não infere uma descaracterização ou ressignificação da natureza para esse homem. É a ação mais completa da construção daquilo que é possível captar do real, estando ali próximo, ao alcance do toque.

Às palavras e à iconografia dos livros, amassados em bibliotecas (fonte tradicional do conhecimento), juntava-se agora a exposição cênica das espécies, inventariadas e reconstituídas, sem lacunas, na grande cadeia dos seres. Utilizar, pois, a visibilidade de um objeto integrado numa coleção como prova científica de sua existência e das suas propriedades naturais, tornar-se-ia rotina (BRIGOLA, 2003, p.84).

No trato com suas possessões coloniais na América chamam atenção as iniciativas em torno da questão da revitalização das práticas de exploração colonial. Além da agricultura, amplamente difundida desde o século XIV, a mineração constituiu-se então como importante fonte de recursos para a Coroa e para a elite que se formara entorno da prática extrativista. Objetivamente, a promoção e estímulo para a implantação de jardins botânicos e a cooptação de um corpo de estudiosos fez parte das iniciativas do Estado Português, ainda no setecentos: era a funcionalidade da ilustração sendo posta a serviço dos interesses estatais. Nesse sentido tem-se que

distintivo desse período é o esforço por parte do Estado para inventariar as riquezas por meio da ciência. Não por acaso, o pragmatismo que marcou o século XVIII europeu expressou-se nas reformas portuguesas de modo tão radical a ponto de ser considerado (ao lado do ecletismo) sua característica marcante. Acrescente-se a esse quadro as características intrínsecas às próprias ciências naturais modernas, cujo perfil baconiano pressupunha a utilidade e o bem-estar dos homens. Senão, por que os inventários do mundo natural se colocariam como chaves para a nova apreensão do mundo? Museus, academias científicas, jardins botânicos constituíram tentativas de gerenciar a explosão empírica de materiais produzidos por meio da disseminação mais ampla dos antigos textos, da maior mobilidade de pessoas e objetos, das viagens de exploração e por formas mais sistemáticas de comunicação, troca e apropriação. (FIGUEIRÔA, SILVA e PATACA 2004, p. 714-715).

Segundo Sanjad (2010.), na última década do século XVIII, por ordem de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, partiram do Reino inúmeras ordens para a instalação de jardins botânicos por toda a extensão do Império Português. Receberam tais ordens os governadores dos estados do Grão-Pará, Maranhão, Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo e Bahia, logrando êxito somente o primeiro cujo capitão-general era D. Francisco de Sousa Coutinho, irmão do futuro Conde de Linhares. A adaptação de espécimes, inclusive algumas contrabandeadas do complexo de Caiena mantido pelos franceses, buscava aumentar a complexidade da economia local, que tinha uma grande dependência do extrativismo vegetal de produtos que eram conhecidos como “drogas do

sertão”, ou ainda, “especiarias brasileiras”. Ou seja, tais iniciativas enquadravam-se nas orientações práticas e utilitaristas que partiam da Metrópole.

No tocante à captação de naturalistas para o exercício de funções de estudo e exploração um nome que se nas análises sobre o período é o de José Vieira Couto. Natural de Minas Gerais, da cidade do Arraial do Tejuco, é um dos inúmeros exemplos de nomes da elite colonial que obtiveram formação em Coimbra. Indicado por Domingos Vandelli, Couto foi designado para aplicar seus conhecimentos e explorar as potencialidades de sua região natal. Dedicou-se a sistematizar as riquezas ali existentes e ao envio de amostras dos mais diversos minerais de valor que ali pudessem ser ali encontrados, além de promover expedições de exploração que atingiram a Capitania de Goiás e também do rio São Francisco. Prestava contas de seus serviços através de suas *Memórias Científicas*, que entre os anos de 1799 e 1805 somaram o número de quatro, que continham suas observações mineralógicas, além de indicações para a Coroa sobre atuações, que segundo o mesmo, poderiam contribuir para o desenvolvimento da mineração em terras coloniais (DANTES, 2005).

Inserida nesse contexto, é criada, em 1784, na cidade do Rio de Janeiro, a Casa de História Natural. Por atuação do Vice-Rei D. Luiz de Vasconcelos²⁶ estabeleceu-se que fosse formada uma instituição com o objetivo de preparar e enviar para Lisboa os mais diversos espécimes dos reinos animal, vegetal e mineral, além de artefatos e adornos indígenas. Cumpriria mais um papel dentro das ações tomadas pelas esferas do Estado português no período: alimentaria na Corte o anseio de estudiosos de ter em mãos o que melhor representaria a expressão americana do Império Luso, além de poder sistematiza e descrever tal universo, a partir de então palpável. Segundo Carvalho (1977, p. 30) a prática de enviar artigos para a Metrópole já era prática desde o período da administração do Vice-Rei Conde da Cunha e estendeu-se também durante o período

²⁶ “Aristocrata da Casa dos Castelo Melhor, *gentleman naturalista*, seguiria na capital fluminense, como vice-rei, os avatares da moda europeia possuindo gabinete privado, rico de coleções naturais e artificiais, entregue aos cuidados do zelador, Francisco Xavier Cardoso Caldeira, o “Xavier dos Pássaros”. Enquanto homem público demonstraria igual tipo de preocupações quando – aparentemente relacionado com o facto de ele próprio ter adoecido com a epidemia conhecida como ‘Lamparina’ e animado por preocupações de higiene pública – ordenou o aterro de uma lagoa e em seu lugar fez construir um parque o (Passeio Público) para onde ideou, em 1784, o primeiro museu de História Natural do Brasil, a Casa de História Natural. (...) É este homem, cujas responsabilidades no labor fitológico de Frei José Mariano da Conceição Veloso são amplamente conhecidas, que regressará ao Reino em 1790 para ocupar os mais altos postos na hierarquia do Estado” (...) (BRIGOLA, 2003, op. cit., p. 390-391).

do Marques do Lavradio. Contudo, contaria, a partir de então, com maior organização sistemática.

Apesar do nome oficial, a Casa de História Natural ficaria mais conhecida pela sua alcunha popular: “A Casa dos Pássaros”, o que proporciona um entendimento, ainda que superficial, das atividades que desenvolvia, fora então instalada no Campo da Lampadosa em frente à Igreja de Nossa Senhora da Lampadosa²⁷. Seu primeiro responsável foi Francisco Xavier Cardoso Caldeira. Naturalista autodidata, de Santa Catarina, era reconhecido pelo seu exímio trato na arte de empalhar animais, fato pelo qual coube a sua escolha para o cargo que exerceria²⁸. Segundo Lopes (LOPES, 2009, p. 26-27) “Xavier dos Pássaros”, alcunha como ficaria conhecido o primeiro inspetor da “Casa” recebia ordenados no valor 560\$000 réis para seus serviços, além de outros 400\$000 para ensinar os trabalhos de preparação tão necessários para as atividades ali desenvolvidas. Teve apenas dois discípulos durante o tempo que esteve à frente da Casa de história natural: Francisco Xavier de Matos e João de Deus de Matos. Sua equipe era composta por mais três serventes e dois caçadores de caboclos selecionados no Arsenal de Marinha (NETTO, 1870, p. 11-13). As informações sobre o primeiro de seus discípulos são esparsas, contudo o segundo iniciou sua “formação” em 1806 e participou intensamente da trajetória do Museu Nacional.

Com a saída de D. Luis de Vasconcellos pelo Conde de Rezende, homem muito menos sensível às causas ilustradas, a “Casa dos Pássaros”, foi perdendo espaço na atenção do governo estabelecido, e suas atividades tornaram-se ainda menos intensas com a morte do “Xavier dos Pássaros” em 1810, sendo substituído por Luiz Antônio da Costa Barradas²⁹. O que se segue é a desativação completa das atividades após a destinação do edifício da Lampadosa para outras funções. Inicialmente por um prédio de lapidação de diamantes e posteriormente sua demolição para dar lugar a outro que serviria ao serviço do Erário Real (LOPES, *op. cit.*, p.27), criado em 1808, destinado a

²⁷ Igreja localizada na atual Avenida Passos. Pela importância que adquiriu acabou por denominar toda a região, até o início do século XIX. Além disso deu origem também a denominação de Rua da Lampadosa, que atualmente chama-se Luís de Camões na qual localiza-se o Real Gabinete Português de Leitura.

²⁸ Ficaria também conhecido pelo fato de ter ornamentando com penas de diversas cores os painéis de um dos painéis projetados pelo Mestre Valentim para o Passeio Público. (NIREU, 2004, p. 238).

²⁹ Naturalista formado em Coimbra fora designado em 1806 para comandar uma viagem científica e filosófica à Pernambuco, instituída por José Bonifácio.

administrar e fiscalizar as atividades fiscais ligadas à Coroa, agora instalada na América.

Em 22 de julho de 1813, sob a decisão nº 20 do então Príncipe Regente, foi lavrado o termo assinado pelo Conde de Aguiar ordenando que se extinguisse o “Museu da Corte”. Os bens que pertenciam à antiga “Casa”, que englobavam os móveis, peles de animais, insetos, mamíferos empalhados, foram então transferidos para o Arsenal de Guerra, por ordem do responsável pelo mesmo, o Tenente Coronel Napion³⁰, depois de passar um ano sob a tutela de Costa Barros (NETTO, 1870, p. 15).

A iniciativa de mandar cerrar as portas da Casa de História Natural não significa, necessariamente, um retrocesso no processo de desenvolvimento das letras e ciências, institucionalizado desde o século anterior, o que pode ser compreendido com as outras instituições criadas e fomentadas pelo Estado, então instalado em aqui. Não tardaria para que um *Museu* nos moldes aqui anteriormente tratados fosse criado na Corte instalada nos trópicos.

Como já foi exposto, em 1815 era derrotado, em definitivo, o ímpeto expansionista napoleônico e os principais agentes das monarquias europeias reunir-se-iam em Viena para tratar da reorganização das relações políticas do Velho Mundo. Para participar de tal reunião fora obrigado o Príncipe Regente a elevar o Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves. A opção por permanecer nos trópicos era clara e ficava cada vez mais evidente o não desejo de D. João de retornar a Portugal. Em 1816, com a morte de D. Maria I em 20 de março, D. João seria aclamado rei e assumiria o título de D. João VI³¹. Tornava-se cada vez mais o Brasil, e mais especificamente o Rio de Janeiro, o centro definitivo do Império Português.

Dando continuidade às inovações trazidas durante a sua administração o, agora, Rei determina a criação de um museu na Corte, era o ano de 1818. Era criado, o então, Museu Real:

³⁰ Natural de Turim alistou-se no exército português e com ele veio para o Brasil em 1808. Responsável pela Fábrica de Pólvora e pelo jardim Botânico na região instalado ficaria responsável, a partir de 1811 pela Academia Real Militar, instalada no Rio de Janeiro.

³¹ A aclamação viria somente em 1818, para maiores informações consultar HERMAN, Jacqueline. *The King of America notes on the late acclamation of D. João VI in Brazil*. TOPOI - Revista de História, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, July/Dec. 2

DECRETO – 6 de junho de 1818

Crêa um Museu nesta Côrte, e manda que elle seja estabelecido em um predio do Campo de Sant’Anna que manda comprar e incorporar aos proprios da Corôa.

Querendo propagar os conhecimentos e estudos das sciencias naturaes do Reino do Brazil, que encerra em si milhares de objectos dignos de observação e exame, e que podem ser empregados em beneficio do commércio, da indústria e das artes que muito desejo favorecer, como grandes mananciaes de riqueza: Hei por bem que nesta Côrte se estabeleça hum Museu Real, para onde passem, quanto antes, os instrumentos, machinas e gabinetes que já existem dispersos logares; ficando tudo a cargo das pessoas que eu para o futuro nomear. E sendo-me presente que a morada de casas que no Campo de Santa Anna occupa o seu proprietário, João Rodrigues Pereira de Almeida, reúne as proporções e commodos convenientes ao dito estabelecimento, e que o mencionado proprietário voluntariamente se presta a vendel-a pela quantia de 32:000\$000, por me fazer serviço: sou servido acceitar a referida offerta, e que se procedendo à competente escriptura de compra, para ser depois enviada ao Conselho da Fazenda, e incorporar-se a mesma casa nos próprios da Corôa, se entregue pelo Real Erario com toda a brevidade ao sobredito João Rodrigues a mencionada importância de 32:000\$000.

Thomaz Antonio de Villanova Portugal, do meu Conselho de Estado,

Ministro, Ministro e Secretário de Estado dos Negocios do Reino, encarregado da presidencia de mesmo Real Erario, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessários. Palacio do Rio de Janeiro em 6 de junho de 1818. Com a rubrica de Sua Magestade³².

Criado era o Museu Real, por decreto de D. João VI lavrado pelo seu Ministro dos Negócios do Reino Thomaz Antônio Villanova Portugal³³ dando início a um novo período das ciências, em especial da história natural no Brasil. Para criação de tal instituição, além dos moldes no Velho Mundo colocados para serem símbolos e sintomas do desenvolvimento e progresso, teria cabido também à influência da Princesa Leopoldina, esposa do, então, Príncipe D. Pedro. Segundo Regina Dantas,

torna-se necessário destacar a atuação da princesa Leopoldina, no processo de idealização do Museu Real. Inicialmente, devido ao seu consórcio com d. Pedro I (1817) trouxe, em sua comitiva nupcial, uma legião de naturalistas³⁴ (...) O fato de uma princesa austríaca estar casada com um príncipe do Novo

³² Decreto de criação do Museu Nacional, 18 de junho de 1818, BR. MN. MN. DR, CO.AO 2.

³³ Um dos mais importantes nomes do corpo administrativo de D. João no período tinha formação em Leis pela Universidade de Coimbra ocupou inúmeros cargos no corpo burocrático lusitano.

³⁴ Os naturalistas em questão foram Rochus Schüch, Johann Natterer, Johann Emanuel Pohl, Giuseppe Raddi e Johann Christian Mikan (LISBOA, 1997, p. 21 apud DANTAS, *op. cit.*, p.60).

Mundo despertava a curiosidade dos povos de língua. Sua atuação, enviando caixotes com minerais, plantas e animais para a Europa, de preferência para o Museu de História Natural de Viena, suscitou o interesse de cientistas e artistas em explorarem os territórios até então desconhecidos. A partir de então, os viajantes estrangeiros não se limitaram a desenvolver a pesquisa científica apenas nos países europeus. A curiosidade renascentista que imperava na exploração do Novo Mundo e no Oriente fortaleceu os atos de coleta e de preservação da cultura realizados em alta escala pelos viajantes estrangeiros, até meados do século XIX (DANTAS, 2008, p. 60).

É corrente, também, na historiografia acerca do tema, colocar o Museu Real como um continuador da Casa de História Natural. Como afirma Lopes, “o então extinto museu é identificado por todos os historiógrafos do Museu Nacional com a antiga “Casa de História Natural”” (LOPES, 2009, p. 25). Tal ligação é passível de questionamento, pois, quais seriam as coleções existentes na extinta “Casa dos Pássaros” que passaram a figurar no recém-criado Museu? Teria esse Museu à mesma funcionalidade? Suas práticas ainda constituiriam na coleta e preparação de espécimes para envio para Portugal? Caso fossem essas as únicas perguntas que pudessem recompor a ligação entre as duas instituições a resposta seria, possivelmente, negativa. Das coleções restantes da Casa de História Natural muito pouco poderia ser (re)aproveitado, dada as suas condições quando a mesma foi extinta, quanto pela forma que foi acondicionada, transportada e pelos usos que ganhou na Academia Militar. Com relação à funcionalidade o Museu então criado aproximava-se muito mais de um museu metropolitano do que de um espaço de catalogação, sistematização e envio apenas. Mas então, o que poderia criar o elo entre os dois espaços? A continuidade entre a Casa de História Natural e o Museu Real é, pois, não de programa ou razão científica, e sim pautada pelo espaço ocupado, ou mesmo por uma herança material. Representavam apenas funções diversas. Como chama a atenção Lopes (LOPES, 2009), a crença vigente acerca da atuação da ‘Casa dos Pássaros’ como incipiente ou malograda (citando o ex-diretor do Museu Nacional João Batista de Lacerda) é errônea. Funcionalidades diferentes implicam em ações e papéis diferenciados. A criação do Museu Real pode ser alocada dentro de uma conjuntura duplamente qualificada: de um lado a criação dos instrumentos metropolitanos aqui já tratados, de outro a herança e aprofundamento da lógica ilustrada colocada pelo Estado português desde o século XVIII, sendo, dessa forma, a ligação existente, mas não necessariamente material.

Dantas (DANTAS, 2008, p. 61) afirma que os primeiros objetos que comporiam os acervos do Museu eram de natureza indígena e produtos naturais que se encontravam

espalhados nos mais diversos estabelecimentos da Corte. D. João oferecera alguns itens como dois armários octaedros contendo 80 modelos de oficinas das profissões mais utilizadas no final do setecentos, confeccionados à época de D. Maria I para dar instrução ao príncipe D. José. Um vaso de prata dourada, coroado por corais representando a Batalha de Constantino³⁵, duas chaves, um pé de mármore com alparcata grega, uma arma de fogo marchetada de marfim, da idade média e uma coleção de quadros a óleo (NETO, 1870, p. 22).

A esses itens somar-se-ia uma importante coleção mineralógica, a Coleção Werner, que seria somente transferida para o Museu Real em 1819. A Coleção encontrava-se na Academia Real Militar e a responsabilidade do traslado coube a Wihelm Ludwig von Eschewege³⁶, devido aos seus estudos de geognóstico desenvolvido pelo próprio Werner no final do século XIX (DANTAS, 2008, p. 486).

A Coleção havia sido comprada pela Coroa Portuguesa para compor o chamado “Gabinete de Minerais” do Real Museu de Lisboa. O responsável pela compra fora o Ministro dos Estrangeiros e de Guerra, Antônio de Araújo de Azevedo³⁷, que havia estudado ciências e letras na Saxônia e fora, também, nomeado embaixador de Portugal em São Petersburgo (DANTAS, 2008, p. 62).

1.3 Pondo ordem na casa

Inicialmente foi instalado na residência adquirida de João Rodrigues Pereira de Almeida, que mais tarde receberia o título de Barão de Ubá, localizadas entre as ruas

³⁵ Representa a Batalha de Constantino contra Maxênico, acontecida em 312. O vaso foi encontrado no cofre da direção durante a busca de objetos que pertenceram a D. Pedro II. Na listagem do cofre (datada de 1985) estava escrito apenas – taça em ouro decorada com dragões em bronze e espuma coral (DANTAS, op. cit., p. 486).

³⁶ Engenheiro, Mineralogista e militar da região de Eschewege teve importante papel no desenvolvimento dos estudos geológicos no Brasil. Fora a convite do governo português para aquele país para realizar estudos acerca da mineralogia e acabou por acompanhar a Corte em sua transmigração à América Portuguesa.

³⁷ Primeiro Conde da Barca fora importante homem do Estado Português estando ligado à fundação de inúmeras instituições durante o período de permanência na América Portuguesa.

Nova do Conde e dos Ciganos³⁸, hoje Visconde do Rio Branco e da Constituição, em uma das regiões mais movimentadas da cidade, o Campo de Santana, pela quantia de 32 mil reis (LOPES, op. cit. p. 43). Sua dotação inicial, já fixada a partir de maio de 1819, era de 2:880\$000, sendo a destinada para os gastos com pessoal não superior a 3:800\$000 anuais. A composição do pessoal ficou, portanto, dividida dessa maneira: diretor, porteiro, um ajudante para preparações zoológicas, um escriturário e um escrivão de receita e despesa. (LACERDA, 1905, p. 4 -5 e NETTO, 1870, p. 24). Para a função de primeiro diretor da instituição foi contratado frei José da Costa Azevedo³⁹, cargo que acumularia inicialmente com o da diretoria do Gabinete Mineralógico da Academia Real Militar.

Os anos iniciais da nova instituição foram marcados por grandes obstáculos no que tange as questões de cunho organizacional, administrativa e financeira, que segundo Dantas, configuram-se da seguinte forma:

dentre as dificuldades atravessadas pela primeira direção do Museu Real, destacamos a falta de verba e a conquista efetiva das naturezas da terra. Quando o Museu foi criado, o Brasil era um país novo, quase desconhecido, e as riquezas naturais de seu solo, assim como os costumes dos povos indígenas que nele habitavam, não tinham começado a ser exploradas e estudadas. O decreto de d. João, em 1808, porém, franqueando os portos do Brasil às nações estrangeiras, atraiu para o Brasil grande número de naturalistas viajantes, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do Museu. (DANTAS, 2008, p. 64)

Lacerda, com a pena mais ácida, assim define as intempéries pelas quais passaria o primeiro diretor do Museu:

acreditava em milagres Fr. José mas não os sabia fazer. O que haviam posto sob sua guarda bem longe estava de merecer o título de Museu Real; quando muito podia-se ver ali o embrião de um museu colonial, cujo

³⁸ Esse seria o endereço do Museu até a queda da Monarquia brasileira e sua mudança para o Palácio de São Cristóvão em 1892. A última função do edifício foi o de Arquivo Nacional, depois transferido para o edifício da Casa da Moeda em 1985.

³⁹ Frei José da Costa Azevedo (1763-1822), brasileiro, assinava os documentos da Ordem terceira de São Francisco, correspondente da Real Academia das Ciências de Lisboa, lente proprietário de Mineralogia da Real Academia Militar e diretor do Museu. Formado em teologia em Coimbra, frequentou aulas de Filosofia Natural e lecionou teologia em Lisboa. No seminário de Olinda (...) teria sido Professor Régio de filosofia Racional, Moral, e Experimental e também de História Natural e Química (...) (LOPES, op. cit., p. 48-49)

desenvolvimento iria se dando, pelo curso dos anos adiante, si lhe não faltassem a benevolência dos particulares e a proteção dos governos. E porque esta era a perspectiva que diante dos olhos tinha então o director do Museu, julgou ele que não havia outra cousa melhor a fazer do que resignar-se com essa situação, que ele de boamente acceitara para servir ao Rei e ao Ministro. (LACERDA, 1905, p. 7).

Apesar dos desafios existentes, em 1819 o Jardim Botânico é anexado ao Museu⁴⁰ e os produtos que fossem para este enviados seriam liberados de pagamento nas instâncias alfandegárias, tal como já era verificado com relação aos livros. (LOPES, 2009, p. 43). Nesse mesmo ano seriam delineadas as primeiras linhas de funcionamento geral da instituição. Para tal foi elaborada um conjunto de indicações presente na “Instrução para os viajantes e empregados nas colônias sobre a maneira de colher, conservar e remeter os objetos de Historia Natural”⁴¹:

em benefício do estabelecimento do R. Museu e Gabinete de História Natural, e do Jardim Botânico em a Corte do Rio de Janeiro, convem publicar instruções sobre os meios de colher, preparar, e remeter Productos Naturaes para estes dois Estabelecimentos; visto que muitas das pessoas, que para elles farão remessas, não serão dadas a esta qualidade de Estudos. (INSTRUÇÃO, 1819, p. III)

A Instrução era organizada a partir de uma tradução das instruções do Museu de Paris de 1818, acrescida de outras instruções⁴² e notas. Fora preparada para servir e orientar viagens de coletas de materiais, para preparo e envio dos produtos de história

⁴⁰ “E ficará este novo estabelecimento anexo ao Musêu Real para se fazerem pela folha dessa repartição as despesas necessárias, assim como a arrecadação do que em qualquer tempo possa produzir; do que se apresentará, nos tempos competentes, o devido balanço no meu Real Erario, pelos directores deste estabelecimento, que Hei por bem que fique na inspecção do Ministro e Secretario d’Estado dos Negocios do Reino por quem me serão presentes os negocios relativos á este estabelecimento. Tomaz Antonio Villanova Portugal, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d’Estado dos Negócijs do Reino, Encarregado da Presidencia do Real Erario o tenha assim entendido e faça executar. Rio de Janeiro 11 de maio de 1819.” (apud NETO, 1870, p. 26-27)

⁴¹ “Instrução para os viajantes e empregados nas colonias sôbre a maneira de colher, conservar, e remetter os objectos de historia natural .Arranjada pela administração do R. Museu de Historia Natural de Paris Traduzida por ordem de Sua Magestade Fidelissima, expedida pelo Excellentissimo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino do original francez impresso em 1818; Augmentada, em notas, de muitas das instruções aos correspondentes da Academia R. das Sciencias de Lisboa, impressas em 1781; e precedida de algumas reflexões sôbre a Historia Natural do Brazil, e estabelecimento do Museu e Jardim Botânico em a Côrte do Rio de Janeiro” Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1819. Encontra-se disponível pelo site <http://www.archive.org/stream/instrucoparaosvi00riod#page/n1/mode/2up>. Acessado em 30/10/2010

⁴² *Breves instruções aos correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa.*

natural de todas as Capitanias e *paragens* do Brasil para serem sistematizados no Museu Real. Divulgava as concepções de nomes como os de Vandelli, Buffon, Geoffroy Saint-Hilaire, visando a formação de um ideal de “Museu Brasília”, apoiando-se em uma rede de gabinetes e afins que promovessem o intercâmbio, inclusive com outras nações. Mantinha assim o modelo europeu de museus metropolitanos, apoiados em um conjunto de museus provinciais mantendo um museu central (LOPES, *op. cit.*, p. 44-45).

Nesse sentido, segundo a “Instrução”, devido as condições geográficas e climatobotânicas ofereceria o Brasil todas as condições para o estabelecimento de toda a prática de pesquisa e execução, sobre a qual é minuciosa. Passo agora a falar mais particularmente do Estabelecimento do R. Museu, e j. Botânico do Rio de Janeiro. Para melhor se conseguir aquelle Estabelecimento, parecia-me que em alguma Casa pública de Governador ou Ministro de cadauma das Capitanias houvesse um Gabinete de História Natural com todos os Productos se sua Capitania somente; e que o Museu da Côrte do Rio de Janeiro tivesse pelo menos um produto irmão de cada um dos Productos dos Museus parciaes das mesmas Capitanias. (...) Recebidos os Productos no Museu Geral do Rio de Janeiro, deverão reduzir-se, quanto antes, pelos systemas, que se tivessem adoptado; e arranjar-se distinctamente pelas familias, classes, ordens, generos, especies, e variedades. Arranjado por este modo e com sytema o Museu Geral, deveria formar-se um Catálogo, que ao mesmo tempo servisse de inventário para o Museu; no qual Inventario ou Catalogo se-escrevessem os Porductos pela mesma ordem, e com os mesmo numeros dos armarios, prateleiras, e individuos com que elles se-achassem no Museu: escrevendo junto a cadaum dos Productos não só os seus nomes systematicos, e os triviaes, mas toda a história e circunstâncias que delle contassem. (Instruções, *op. cit.* p. IX-X)

As exposições foram abertas ao público em 24 de outubro de 1821, com a seguinte programação: “às quintas-feiras de cada semana desde as dez da manhã até a uma da tarde não sendo dia santo, a todas as pessoas assim, estrangeiros ou nacionais, que fizerem dignas disso pelos seus conhecimentos e qualidades”⁴³. Suas coleções foram gradativamente aumentadas, apesar das dificuldades estruturais já apontadas, visando cumprir seu papel de estudo das ciências naturais do Reino. O espaço destinado à visitação contava com quatro salas contendo inúmeros produtos que iam desde os objetos doados por D. João VI acrescidos de aves e insetos, cerca de 330, coletados por João de Deus de Matos no distrito de Cabo Frio e Macaé (LOPES, 1870, p. 52). Além disso, somavam-se ao que se encontrava exposto alguns modelos de *machinas industriaes*, em duas salas do andar térreo, feito a pedido de Ignacio Alves Pinto

⁴³ BR MN MN.DR, CO.AO.9.

d'Almeida⁴⁴, um dos principais idealizadores da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (NETO, 1870, p. 27).

Nos anos seguintes aumentaria o Museu suas coleções e sua importância no tocante ao projeto ao qual se incluía a sua fundação. Sagrava-se ao desenvolvimento das ciências e passaria a desempenhar importante papel no desenvolvimento intelectual proposto pelas mudanças colocadas pela administração joanina e de seus homens de Estado. Contudo, ficaria pouco tempo a instituição diretamente ligada aos intentos do Estado Português, tudo graças as decorrências do processo iniciado em 1822.

O ano de 1822 seria marcado por intensas agitações políticas, reflexo direto dos acontecimentos iniciados em Portugal dois anos antes. Em 1820 eclodiria um processo revolucionário iniciado na cidade do Porto, em 24 de agosto, claramente inspirado em ideais liberais e constitucionalistas evidenciando a crise que se arrastava em na Metrópole desde o afastamento da figura real e dos órgãos administrativos, transferidos para o Rio de Janeiro nos idos de 1808. Era grande o descontentamento da população com o não retorno da Corte mesmo depois da queda de Napoleão, com a coroação de D. João em terras na América com a instabilidade econômica decorrente tanto da transmigração da Corte, quanto pela maior liberdade de comércio da principal ex-colônia, por hora Reino Unido, iniciada desde a Abertura dos Portos às Nações Amigas, além dos incômodos gerados tanto pela ocupação francesa quanto pela presença inglesa, por exemplo, em altos postos do Exército lusitano.

Os rebelados estabeleceram no fim do dito ano uma Junta Provisória com o intuito de governar em nome do Rei e exigir o seu retorno imediato às terras europeias. Em seguida foram convocadas as *Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa*, com o propósito explícito de promover a redação e aprovação de uma Constituição. Dentre os militares o movimento tinha grande força, foram eles que iniciaram o movimento no Porto e que provocaram suas reverberações em terras brasileiras levando a ocorrência de movimentos em Belém, Salvador e no Rio de Janeiro. O Rei regressaria a Portugal em 26 de abril de 1821 deixando seu filho, o príncipe D. Pedro, como regente. As agitações políticas não se encerrariam com seu

⁴⁴ “Portaria 16 de Agosto de 1821. Manda que se recolhão no Museu as Machinas que Ignacio Pinto de Almeida tem comprado e for comprando para servirem ao interesse publico”. BR MN MN.DR, CO.AO.7.

retorno, tampouco com a convocação de uma Assembleia Constituinte. O que se segue é parte do início do processo de emancipação brasileiro.

Os grupos políticos aqui existentes divergiam com relação a adoção das medidas tomadas pelas Cortes e ao papel que caberia ao Príncipe Regente e ao futuro político a ser desenhado. A emancipação não era necessariamente o caminho a ser percorrido, mas os embates de interesses acabariam levando ao estopim da separação de Portugal entre agosto e setembro de 1822. Surgiria mais um país no confuso mosaico que era a América Ibérica na segunda década do século XIX. Na porção do continente que outrora pertencia a Espanha, inúmeros e distintos movimentos levariam a formação de repúblicas espalhadas do México ao Prata. No caso da porção portuguesa, pesaram a opção pela unidade política e administrativa sacramentadas com a manutenção do modelo monárquico liderado por um Bragança, assim como na antiga metrópole. Nascia um país, e os desafios simbólicos e práticos seriam inúmeros.

A Instituição criada para servir aos interesses de um império europeu agora prestaria seus serviços a um estado autônomo e que procuraria dar corpo a sua constituição política, cultural e intelectual. Apesar da separação de Portugal a tradição na qual se fundara o Museu Real permaneceria a mesma. A estrutura sociopolítica permaneceria quase inabalada: seriam mantidos os interesses das elites, a base econômico-exportadora permaneceria como carro chefe da economia brasileira e a escravidão permaneceria enquanto traço produtivo e sociocultural.

Já no ano da emancipação *contribuiria* para a formação das imagens do novo Estado implantado. Por portaria de 25 de novembro lavrada por José Bonifácio de Andrada e Silva tem-se que:

manda Sua Majestade o Imperador pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império que o guarda do Museu Real entregue ao Barão de Santo Amaro todos os tucanos que tiverem papos bem amarelos; deixando de ficar somente dois para exemplares; cuja entrega será feita logo, que receber a presente Portaria. Palácio do Rio de Janeiro, em 25 de novembro de 1822. (*Apud* CARVALHO, 1977, 32).

Os tucanos⁴⁵ serviriam para a composição do manto utilizado na ocasião de sua coroação em 1 de dezembro daquele ano. Sofriam as coleções do Museu seus primeiros desfalques para ocupar posição de destaque e importância, política e científica nos governos estabelecidos e futuros. Assumiria, outrossim, outra denominação: Museu Imperial e Nacional, sendo denominado somente Museu Nacional já no segundo quartel do século XIX.

Ainda em 1822 passaria o Museu por transformações no seu quadro administrativo. Em 7 de novembro do dito ano faleceria o primeiro diretor da Instituição. Em seu lugar assumiria interinamente João de Deus de Matos. Esse, como anteriormente expresso, fora dedicado aluno do “Xavier dos Pássaros”, ainda na juventude com quem aprendera o trato de animais. Ocupava nesse momento a posição de preparador do Museu e até a nomeação do Dr. João da Silveira Caldeira, segundo diretor do referido museu, ocuparia interinamente a lugar de Diretor do Museu Imperial e Nacional, acumulada a de porteiro e guarda.

O novo diretor era doutor em medicina pela Universidade de Edimburgo, Escócia, tendo conseguido destaque nos estudos sobre Química⁴⁶. Aos 19 anos estagiara em Paris com renomados nomes na área, tais como: Louis Nicolas Vauquelin e André Laugier, além do mineralogista René Just Haüy. Tornava-se já a instituição a figura de um estabelecimento consultivo por parte do Governo Imperial e de atenção no trato com representantes das ciências que viessem do exterior. Lacerda e Neto afirmam nesse sentido que

foi durante a sua gerencia que o Museu começou a ser um estabelecimento consultivo. Por esse tempo, os negócios do Império eram dirigidos por José Bonifácio de Andrada e Silva, a figura mais culminante do ministério. Homem de larga esfera mental, de caráter firme e ardor patriótico, o chamado patriarca da independência, como ser politico militante, não tinha deixado de ser também homem de sciencia. (LACERDA, 1905, p. 11)

O Musêu começava á ser então um verdadeiro estabelecimento consultivo para o Governo Imperial, e era-o formalmente cada vêz que alguma das suas especialidades achava-se dependendo do ministro do Imperio, sob cuja

⁴⁵ “Foi este funcionário [João de Deus e Matos] que, por obedecer ás ordens emanadas do governo, em nome do Imperador D. Pedro I, se encarregou de colecionar uma certa quantidade de papos de tucano para adorno no manto imperial. A grande insígnia da Majestade que devia cobrir os ombros do Imperador, nos dias solemnes e festivos, denunciava bem aos que lhe conheciam a origem, o trabalho paciente e a dedicação desinteressada ao serviço imperial ao obscuro coleccionador do Museu Real. (LACERDA, *op. cit.*, p. 9)

⁴⁶ Por sua intervenção foi criado em 1824 o Laboratório de Química do Museu.

jurisdição havia sido collocado. O ministro desta pasta, naquelle tempo José Bonifácio de Andrada e Silva, cujas cans alvejavam ao esplendor de sua tríplice coroa naturalista, de litterato e de homem de estado, no propósito de ampliar as collecções do Museu brasileiro, dirigiu-se á todos os naturalistas que se achavam no Brasil, conjurando-os á auxiliarem esta importante instituição e promettendo-lhes em serviço o apoio efficaz das autoridades e de todas as paragens por onde tivessem de passar no interior do paiz. (NETO, 1870, p. 33-34)

Contava já o Museu com a colaboração de *naturalistas viajantes* que contribuiriam para o incremento dos acervos do Museu. Nomes como o de Langsdorf, Naetterer, von Sellon, formavam um grupo que davam apoio e reconhecimento para as atividades científicas que se desenhavam na instituição⁴⁷.

Passado mais de um lustro a frente do Museu o então diretor seria transferido para a administração da Casa da Moeda e acabou por cometer suicídio. Seria substituído pelo segundo religioso a estar à frente da instituição, frei Custódio Alves Serrão, nomeado em 26 de Janeiro de 1828. Com formação na Faculdade de Coimbra dedicara-se aos estudos de ciências naturais, sendo professor de física e química. Ao retornar para o Brasil ocupou lugar na Academia Real Militar exercendo a função de lente de zoologia e botânica. Seria sob sua tutela que a instituição atravessaria o fim do reinado de D. Pedro I e chegaria aos tempos do segundo Imperador do Brasil com profundas transformações. Em linhas gerais durante o reinado de D. Pedro I receberia relativo apoio por parte do Governo Imperial, sendo mais perceptível o incentivo ao aumento de suas coleções, afirmando a sua condição de *museu metropolitano*, como partícipe da constituição dos espaços de saber universal. Como analisa Lopes,

se retomamos desde as doações de D. João VI, passando pelo arremate da coleção egípcia por D. Pedro I, ou pelos objetos etnográficos enviados por diversas partes do mundo como presentes ao Imperador, que os doava ao museu, além dos próprios produtos naturais, muitos de proveniência estrangeira, até a compra do dromedário, é possível identificar na realidade concreta desses objetos a idéia do museu universal, de caráter metropolitano, construído em moldes europeus, que almejava ser completo sim, mas de coleções que representassem o mundo tais quais os museus das nações civilizadas, entre as quais almejávamos incluir. (LOPES, 2009, p. 70)

⁴⁷ Langsdorf ofereceu sua coleção de aves e mamíferos da Europa, Naetterer, fundador do Museu Brasileiro em Viena, com auxílio do Governo Imperial deixou coleções zoológicas e Sellow contribuiu com fósseis da região do Prata. (LACERDA, *op.cit.* p. 13)

Passaria, a partir da administração de Custódio Alves Serrão, o Museu a ganhar nova organização e nova funcionalidade. Apesar da constituição e reconhecimento como instituição científica de representação nacional, ainda não obtivera uma organização interna própria e que fossem, em termos oficiais, para além das *Instruções*, aqui já anteriormente tratadas. Para inserir-se no *hall* os espaços consagrados às ciências naturais no cenário internacional necessitava a instituição de uma organicidade interna que fosse capaz de cobrir as mais diversas áreas da história natural, além de melhor objetivar as pesquisas e sistematizações produzidas pela mesma. Foram necessárias quatro gestões e 22 anos para que tais necessidades ganhassem corpo e fossem pragmaticamente implantadas.

Em 1842 seria aprovado o Regulamento de nº 1230⁴⁸ lavrado nos idos de 3 de fevereiro do mesmo ano, criando uma organização interna e dando novas funções a seus naturalistas e demais funcionários. Ficariam as atividades desenvolvidas pelo Museu divididas em quatro seções *Anatomia Comparada e Zoologia*, *Botânica*, *Agricultura e Artes Mecânicas*, *Mineralogia*, *Geologia e Ciências Físicas* e *Numismática e Artes Liberais*, *Arqueologia*, *Usos e Costumes das Nações Modernas*.

Cada uma das seções recém instituídas ganharia um diretor que, dependendo das atividades desempenhadas e das responsabilidades assumidas, poderia contar, ou não, com o auxílio de adjuntos, praticantes ou supranumerários. Fora também instituído um *Conselho Administrativo*, que ocuparia, a partir de então, o papel de administração do Museu, sendo responsável pela organização do mesmo, assim como pelas decisões que deveriam ser tomadas para a sua manutenção e desenvolvimento (LOPES, 2009, p. 85-86).

Apesar de todas as disputas que envolvem a formulação de tal regulamento⁴⁹, ele representa um marco na institucionalização das ciências na história Imperial corporificada pela especialização e definição de cada área a ser desenvolvida pela instituição. Expandia sua vocação inicial, manifesta no seu auto de criação, e aprofundava todo o processo de desenvolvimento da história natural iniciado durante o passado colonial e transformado durante o processo *de interiorização metropolitana*. Passaria a compor um espaço de destaque científico, cultural e político, assim como afirma o então diretor do Museu Nacional, Frei Custódio Alves Serrão:

⁴⁸ Regulamento Nº 123, de 3 de fevereiro de 1842, art. 2º, § 13, da lei nº 164, de 26 de setembro de 1840.

⁴⁹ Ver: LOPES, 2009, p 85-92.

a utilidade do nosso Museu ainda não está perfeitamente sentida no seio da Representação Nacional, nem grande parte de nossos administradores tem reconhecido a benéfica influência de semelhantes estabelecimentos. Entretanto que as nações européias vão mudando com enormes sacrifícios seus sábios perlustrarem este riquíssimo Império, vamos nós amesquinhando esta criação dos tempos coloniais!

Com mágoa vê o Conselho transporem as nossas praias de objetos de suma importância, que os tira o estrangeiro sem que deixem entre nós o menor vestígio de sua existência e, quando mais esclarecido de seus interesses, quiser o país conhecer a história de seus tempos primitivos, terá de dirigir-se às grandes capitais da Europa para aí estudar esses preciosos documentos⁵⁰.

Novas preocupações rondavam as elites letradas do país e a própria noção de *brasileiro* começava a ser (re)desenhada. Nos capítulos seguintes dedicar-se-á este trabalho a compreender o papel que a Instituição desempenharia nos projetos desenvolvidos pelo Estado Imperial, pelo conjunto científico do Museu, e as resultantes de tantas expectativas e programas criados.

⁵⁰ BR MN MN.DR.CO, RA.2/111, f.41v-46v

2. Consolidar um Estado, forjar uma nação.

Canção de Exílio

Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá;
As aves, que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá.

Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas várzeas têm mais flores,
Nossos bosques têm mais vida,
Nossa vida mais amores.

Em cismar, sozinho, à noite,
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

Minha terra tem primores,
Que tais não encontro eu cá;
Em cismar - sozinho, à noite -
Mais prazer encontro eu lá;

Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.
Não permita Deus que eu morra,
Sem que eu volte para lá;

Sem que desfrute os primores
Que não encontro por cá;
Sem qu'inda aviste as palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

Gonçalves Dias

Exílio. A impressão causada pelo externo, o afastamento, a expressão da distância. Ao escrever esse poema Antônio Gonçalves Dias passava pelo tradicional curso de direito da faculdade de Coimbra, seguira o caminho que muitos brasileiros fizeram entre os séculos XVIII e XIX. Cruzar o Atlântico, vencer o Mar Tenebroso e refazer, ao contrário, o caminho dos lusos ao se afastarem da terra natal e lançarem-se aos oceanos de incertezas séculos antes. Fora essa a opção daquele que se tornaria um dos maiores expoentes da literatura brasileira do oitocentos ainda em sua juventude, como seria também a de outros tantos vultos de *nossa* literatura, ciências e de toda a sorte de áreas do saber. A sua canção do exílio influenciaria outros escritores, como Casimiro de Abreu, que também entre os ibéricos - em Lisboa, escreveria suas palavras de ausência 14 anos depois. Mais uma vez as referências da natureza, das impressões,

das cores da terra, de seus cheiros, de seus paladares, e da maldição dos latinos – a saudade, mais uma vez a canção, mais uma vez o exílio⁵¹. Ao olhar desinteressado ou despreocupado, o intento dos dois escritores parece responder somente aos acasos e fortuitos de dois homens afastados de sua terra natal pelas intempéries e escolhas, que a louvam, pela saudade e espírito em tom ufanista e enaltecendor. Contudo, a tal desavisado, carecem algumas reflexões que por hora serão feitas.

Desde a famosa carta de Pero Vaz de Caminha construiu-se uma ideia, uma visão geral, idílica, mesmo paradisíaca. Quão mais afastado, maior surpresa gera naquele que observa as nuances então existentes desse lado do atlântico. Tal *visão do paraíso* fora predominante disseminada, e dela alimentaram-se as perspectivas de construção política, econômica e mesmo as possibilidades de discurso estrutural e científico. Desbravar o Brasil, e também sua história, fora um ato de estranhamento com o exótico, mesmo que o olhar partisse de um autóctone. O grande desafio colocado, então, no oitocentos era produzir falas capazes de dar conta de tais elementos.

Dentre todas as provações que enfrentavam os pensadores e artífices do ainda jovem país, a construção da nação era, indubitavelmente, um dos maiores desafios e, também, intentos. Contudo, para que fosse possível construir tal identidade, fazia-se necessário consolidar o Estado então nascente. E os desafios não eram poucos. No final da década de 30 o, então Imperador, D. Pedro I abandonaria o trono brasileiro para passar a disputar o lugar de seu pai em Portugal. Seu irmão, D. Miguel, dera um golpe sobre sua sobrinha, D. Maria da Glória filha do monarca brasileiro, e assumira o cetro e a coroa lusa causando uma grande instabilidade política. Por ocasião do falecimento de D. João VI, D. Pedro I abrira mão da posição de rei de Portugal em favor de sua filha. As pressões internas vivenciadas pela política brasileira e a clara crise que atravessava seu governo, além das falas alarmistas da possibilidade de reunião das antigas colônia e metrópole, conduziram o Imperador brasileiro a tomar tal decisão. Entretanto, a traição

⁵¹ O exílio fora um dos tópicos presentes em inúmeras manifestações durante o século XIX. Em seu prefácio do livro *O Abolicionismo*, Joaquim Nabuco traduzia tal situação: “possa ser bem aceita por eles esta lembrança de um correligionário ausente, mandada do exterior, donde se ama mais a pátria do que no próprio país – pela contingência de não tornar a vê-la, pelo trabalho constante de sua imaginação, e pela saudade que Garret nunca teria pintado ao vivo se não tivesse sentido a nostalgia – e onde o patriotismo, por isso mesmo que o Brasil é visto como um todo no qual os homens e partidos, amigos e adversários se confundem na superfície alumiada pelo sol dos trópicos, parece mais largo, generoso, tolerante. (NABUCO, 2000, s p.)

do irmão e o desprestígio⁵² que sofria o impeliram a deixar o Brasil em 7 de abril de 1831. Novamente abriu mão de um trono em favor de um filho, no caso, D. Pedro de Alcântara. Único filho varão que tivera com a Imperatriz Leopoldina, o pequeno Imperador era uma quase metáfora da realidade brasileira no momento: assustado, com saúde frágil e órfão, seu pai deixara o trono e com ele um país para construir. Assim temos que,

com a abdicação de D. Pedro I, apesar das conspirações anteriores ao Sete de Abril, a continuidade da monarquia ficava, porém, assegurada e o pequeno D. Pedro II passou a ser aclamado nos jornais como consolidador de nossa independência, como o monarca que, nascido em solo brasileiro, iria se voltar para os interesses da pátria (SCHWARCZ, 1998, p.52-53)

Segundo o texto constitucional, na impossibilidade de assumir o trono, seria formada um governo regente, até sua maioridade. Esse período, no qual o jovem D. Pedro de Alcântara vivera no isolamento do Palácio de São Cristóvão sendo formado para trajar o púrpura do Estado Brasileiro, ficou conhecido como *Período Regencial*⁵³.

Tal período é de longe um dos mais conturbados da história do Império Brasileiro. Marcado pelas disputas dos grupos políticos que se formavam e que despontavam em tal cenário, a regência fora um momento de inúmeras afirmações. Frente às possibilidades de fragmentação e separatismo, presente em inúmeras revoltas espalhadas por todo o país, a união territorial e política acabou fazendo parte do projeto vencedor. De certa forma construiu-se, desde o início do processo de independência, uma ideia de que o separatismo poderia ser extremamente pernicioso frente ao exemplo dos vizinhos hispano-americanos, nos quais a quebra territorial e política gerara uma intensa desordem. Se por um lado, em cada província, determinados grupos inseridos

⁵² Pesavam contra D. Pedro inúmeras acusações: a responsabilidade pelos problemas econômicos então vivenciados, a instabilidade política gerada pelo furor das oposições, a violência quase despótica de suas ações a frente do governo, além da confusa vida particular de amantes e cortesãs que eram de conhecimento e toda a corte instalada no Rio de Janeiro.

⁵³ Como visto no primeiro capítulo tal período faz parte da consolidação da instituição, Museu Nacional, em termos programáticos e administrativos, durante a gestão de Custódio Alves Serrão.

nas elites políticas desejavam autonomia, por outro, a fragmentação era um fantasma que assombrava os setores dirigentes⁵⁴ do país.

Em 1840 uma articulação golpista antecipara a *maioridade* do jovem D. Pedro de Alcântara, que completaria nesse ano 15 anos, 3 antes do previsto pela carta magna. A subida do jovem monarca ao trono seria ponto crucial no processo de retorno das normalidades políticas e de continuidades de projetos que vinham sendo desenvolvidos desde os tempos de seu pai.

D. Pedro II foi o governante que mais tempo passou a frente do Estado brasileiro. Levando em consideração o período que vai da saída de seu pai do trono até o golpe que o derrubaria em novembro de 1889 são mais de cinco décadas como representante máximo da pátria. O seu governo consolidaria, como esperado com a sua aclamação, a independência, a autonomia brasileira e inúmeros projetos que foram colocados em prática, ou ganharam corpo em seu exercício, ou sob sua tutela pessoal.

Ao contrário de seu pai, o jovem Imperador fora formado para o exercício do poder e desde cedo desenvolveu o prazer por tudo que pudesse ser colocado no patamar da palavra saber. Era dedicado e estudioso e desde muito cedo já demonstrava grande prazer com a literatura, com as ciências e com todo o conhecimento que fosse acessível. Ao final da vida teria uma das bibliotecas particulares mais invejáveis do país, além de coleções e um museu particular. Seria identificado como grande mecenas das artes e das ciências do Brasil oitocentista, retirando, por vezes, de seu próprio bolso, o “bolsinho imperial”, o financiamento e patrocínio de nomes quais ele vislumbrava uma trajetória promissora.

Um dos projetos que ganharia corpo e sentido durante o seu governo foi o da construção e consolidação de uma determinada noção de nação para o país. Seja montado por laços e tradições autônomas, seja criada a partir de elos delimitados ou por tradições inventadas, a nação é um dos componentes da compreensão dos elementos culturais e sociopolíticos do mundo ocidental. Para compreender como tal processo foi possível, e qual a relação que estabelece com a promoção das ciências no Brasil,

⁵⁴ A historiografia brasileira da segunda metade do século XX dedicou-se arduamente para a compreensão do jogo político que se estabeleceu desde então no cenário brasileiro. Dentre os inúmeros autores dois tornaram-se fundamentais: Ilmar Rohloff de Mattos e José Murilo de Carvalho, suas obras, *O tempo de saquarema* e *a Construção da Ordem e Teatro das Sombras*, são referências basais para o estudo do assunto.

dedicar-nos-emos a análise das possibilidades de interpretação da nação e dos variados programas que abarcariam a mesma.

2.1 A invenção da Nação

Dos grandes fenômenos que emergem no século XIX, e que se constituem como elementos edificadores do mundo ocidental pós Revolução Francesa, o *nacional* é um dos mais importantes e de complexa compreensão. No hodierno, a ideia de nação muitas vezes é percebida como algo já dado, presente entre grupos que encontram em sua constituição pontos de interação e intercessão que os caracterizam e os identificam. O que hoje parece ser mais um elemento constituinte da *natureza* dos povos, é fruto de inúmeras disputas e de tensões: indubitavelmente o oitocentos é *locus* dessa construção que se estende até a contemporaneidade e os atritos parecem ser inerentes a sua existência.

Uma das grandes dificuldades que se encontra para definir o que venha a ser o *ideal nacional* é a demarcação do próprio conceito de nação. Ao procurar a origem etimológica da palavra em questão temos que a mesma remonta a uma tradição latina, da qual surgiria a partir da derivação da expressão *natio*, que por sua vez origina-se de *natus* – *nascido*⁵⁵. Outros vocábulos similares, e de mesma origem linguística, como *nationen*, cujo significado aproxima-se da atual noção de *raça* ou *casta*, acompanham a trajetória desta palavra⁵⁶. Atravessando os séculos, a palavra foi adquirindo sentidos mais *latos* até tornar-se um conceito propriamente dito, ou seja, passível de recorte e interpretação.

Com a emergência das novas experiências políticas liberais advindas do desmantelamento dos sistemas tradicionalmente identificados com o Estado absolutista no ocidente, assim como, pelo surgimento e consolidação de novos estados-nação –

⁵⁵ Das derivações do grego temos a palavra *etnia*, que em seu uso clássico também servia para a nomeação de um “povo ou nação”. Segundo o dicionário etimológico de Antônio Geraldo da Cunha, temos que tal expressão “se documenta em vocábulos formados no próprio grego como *étnico*, e em vários outros introduzidos na linguagem científica internacional a partir do século XX.” (CUNHA, 1966, p. 275)

⁵⁶ Chama a atenção o fato de a origem das expressões surgidas a partir do vocábulo *nação*, quando usado na língua portuguesa: em grande parte derivam de expressões francesas como *nacional* ou *nacionalismo* que tem origem em expressões como *national* e *nacionalisme*. Além de inaugurarem, de forma simbólica, as novas experiências em termos políticos e culturais no referido século, coube, outrossim, aos mesmo a cunhagem de termos que viriam a caracterizar o seu tempo.

tanto no Velho como no Novo Mundo⁵⁷ – o fenômeno *nacionalismo* tornou-se cada vez mais perceptível, sendo segundo as análises sociológicas e antropológicas, uma manifestação marcadamente *moderna*. Nesse sentido chama a atenção Benedict Anderson, pois

o final da era dos movimentos vitoriosos de libertação nacional nas Américas coincidiu em boa medida com o início da era do nacionalismo na Europa. Se considerarmos o caráter desses novos nacionalismos que entre, 1820 e 1920, mudaram a face do Velho Mundo, dois traços notáveis os diferenciavam dos precedentes. Em primeiro lugar, em quase todos eles as “línguas impressas nacionais” foram de fundamental importância ideológica e política, ao passo que o espanhol e o inglês nunca foram questões relevantes nas Américas Revolucionárias. Em segundo lugar, todos eles podiam funcionar a partir de modelos visíveis, oferecidos pelos seus antecedentes distantes e, após as convulsões da Revolução Francesa, nem tão distantes. Assim, desde logo a “nação” se tornou objeto de aspiração consciente, e não uma perspectiva de mundo que ganhava foco aos poucos. (ANDERSON, 2008, p.107).

No sentido tomado por Anderson percebemos que as manifestações de nacionalismo são apregoadas por ritos e práticas que são imaginadas para gerarem uma identificação possível, segundo o interesse de alguns grupos específicos. Em seu caminho o antagonismo às velhas marcas de dominação: para a América as antigas metrópoles, na Europa as dinastias reinantes há séculos. O próprio argumenta que: “os Romanov governavam tártaros e letos, alemães e armênios, russos e finlandeses. Os Habsburgos dominavam magiares e croatas, eslovacos e italianos, ucranianos e austro-germânicos. A casa de Hanover comandava bengalis e quebequianos, escoceses, ingleses e galeses” (ANDERSON, 2008, p.127).

Um dos traços da organização política que atravessou todo o século XIX, culminando com o fim dos grandes impérios no final da Grande Guerra, fora a extensão de poderosas dinastias sobre boa parte do território europeu. Em sentido contrário a esse quadro houve picos de contestação presentes nas ondas liberais, iniciadas desde a década de 1820, e que de certa forma culminam com grandes unificações como a da Alemanha e da Península Itálica que, por sua vez, apresentam uma semântica marcadamente influenciada pelas inspirações nacionais⁵⁸.

⁵⁷ “Do tumulto americano brotaram essas realidades imaginadas: estados nacionais, instituições republicanas, cidadania universal, soberania popular, bandeiras, hinos nacionais, etc. e o fim dos seus opostos conceituais: impérios dinásticos, instituições monárquicas, absolutismos, vassalagens, nobrezas hereditárias, servidões, guetos e assim por diante.” (ANDERSON, 2008, p. 125)

⁵⁸ Com relação ao caso alemão, que talvez seja o que tenha deixado marcas mais profundas na história dos conflitos europeus, destaca-se um dedicado estudo do sociólogo Norbert Elias – Os Alemães, que trata da formação de tal identidade em torno da questão nacional e de sua plasticidade segundo os interesses

As nações seriam, portanto, fruto de conjugados humanos que estabelecem entre si elos que são possíveis de descrever uma interação de identidades. As *comunidades imaginadas* são fruto de ações deliberadas e servem a interesses específicos, mas nem sempre explícitos. A nação seria, portanto, expressão de uma comunidade, pois é concebida enquanto estrutura horizontal na sociedade. Ou seja, é cabível aos seus membros de diferentes setores da sociedade ocuparem um mesmo âmbito, o nacional, e estarem vinculados a um projeto comum. É imaginada devido ao fato de seus membros nunca terem tido contato direto com todos dos demais, mas tal união permanece existente na mente nas construções que remetem a imagem da comunidade em si.

Assim sendo, ainda que os limites de uma nação não existam empiricamente, os indivíduos são capazes de determinar, ou melhor, criar suas fronteiras. E soberana ao estabelecer-se na crise dos sistemas tradicionais de dominação política e emergência do capitalismo, no qual há a construção de um conjunto indenitário comum, baseado nas diferenças e antagonismos de um povo para o outro, sendo a “soberania nacional” um símbolo de libertação frente às arcaicas estruturas impostas pelos regimes esfacelados pelo avanço libera.

Ora, qual seria o caminho possível para encontrar essas ligações que seriam capazes de amalgamar um povo, solidificar um estado, e disseminar um sentimento coletivo de identificação mútua? Para tal necessidade criam-se os ritos, enumeram-se e organizam-se os eventos do passado, erguem-se panteões aos grandes nomes, aos grandes artífices do passado, inventam-se tradições. Para concretizar a imagem das *comunidades imaginadas* alimenta-se a invenção das tradições. Nesse sentido, auxiliamos o termo desenhado por Eric Hobsbawm:

por “tradição inventada”⁵⁹ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inclinar certos valores e normas de comportamento

dos setores que estão à frente da unificação (ELIAS, 1997).

⁵⁹ Uma interessante leitura das propostas dessa obra, em especial a expressão cunhada por Hobsbawm, foi feita pelo escritor Peter Burke. Deu como título de um pequeno artigo publicado no jornal *Folha de São Paulo* uma locução que pode ser, até, tomada como um outro conceito, a *Bricolagem das Tradições*. Defende Burke: Gostem disso ou não, as pessoas estão sempre cercadas de tradições e, mesmo quando decidem abolir uma, têm de aceitar outras, pelo menos provisoriamente. Elas são moldadas por contingências culturais, assim como sociais e materiais. Por isso fosse talvez melhor falar em “reconstrução” das tradições, em vez de invenção, já o que ocorre não é tanto a criação a partir do nada quanto uma tentativa de bricolagem, de dar novos usos a materiais antigos ou a fazer novas declarações com palavras antigas. Alguns cosmólogos falam na “criação” do Universo. O mundo cultural também pode ser considerado um processo de criação contínua, ou recriação, como uma espécie de canteiro de obras onde os andaimes nunca são desmontados porque a construção cultural nunca termina. (BURKE, 2001).

através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade com relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. Exemplo notável é a escolha deliberada de um estilo gótico quando da reconstrução da sede do parlamento britânico no século XIX, assim como a decisão igualmente deliberada, após a II Guerra, de reconstruir o prédio da Câmara partindo do mesmo plano básico anterior. O passado histórico no qual a nova tradição é inserido não precisa ser remoto, perdido nas brumas do tempo (HOBSBAWM, 1984, p. 9-10).

A legitimidade dessas tradições dá-se pela sua relação com o passado. É ele que conduz as tradições para o seu prumo, para a sustentação dos discursos nos homens do presente e que torna possível que toda a ritualística envolvida em sua justificação seja plausível. Contudo, é importante salientar que o pretérito por si só não é gerador de imagens ou símbolos que auxiliem os homens na criação dos ritos que gerariam a aproximação entre os mesmos.

A tradição, como fruto de uma interação da relação entre os homens, o tempo, e o espaço, só é possível se parte de um discurso capaz de atuar como amalgama das falas que buscam nas culturas de sustentação e na nação a imagem do coletivo sobre os quais atuam. Para tanto é indiscutível as possibilidades do uso da história em tal intento. Existe um incômodo vácuo que precisa ser preenchido constantemente pelos homens. A inexorável distância entre o passado e o presente, e o desconforto com o desconhecimento de parte do pretérito, faz com que procurem subsídios que cotidianamente justifiquem seus atos e escolhas simbólicas. Mais do que declinações filosóficas a respeito da existência mútua, era necessário que os registros das trajetórias das comunidades que se criavam fossem organizados. Era, portanto, indispensável que existisse um saber, uma disciplina que cuidasse e enumerasse a relação entre os homens e o seu passado.

A história, enquanto disciplina, tornava-se autônoma durante o século XIX e ao desprender-se de outros saberes, ao ganhar escopo próprio, deveria servir a uma noção de finalidade própria. Diferentemente da concepção sob a qual fora construída na Antiguidade, a história passava, então, a ser forjada como sujeito, passava a ter uma concepção própria e uma interpretação de si mesma. Com o novo espaço de experiência aberto com os eventos que marcariam o fim dos regimes absolutistas novas experimentações, percepções e dimensões seriam possíveis e a própria visão do passado, assim como a sua interação com os homens seria diferenciada. Dessa forma, o passado e o futuro estariam ligados pelas percepções lançadas pelo presente: a grafia

poderia assumir um tom de singularidade, porém as atribuições e interpretações acerca da história seriam globais. Mais do que um critério narrativo, como nos tempos Clássicos, mais do que um espaço destinado para a guarda e conservação do passado, como fora com os Antiquários, a história passava a ser produtora de concepções da realidade. Adquiriria pela tinta da pena dos historiadores um sentido, uma orientação ⁶⁰.

Um significativo entendimento da sua função para os homens é a noção de ser a “mestra da vida”. A expressão criada por Cícero ⁶¹ – *Historia Magistra Vitae* – fora resgatada pelos filósofos da história no século XVII e era solidificada nesse século XIX. Era tomada a partir de uma lógica da repetibilidade, ou seja, o passado forneceria uma série de ensinamentos que deveriam ser aproveitados pelos homens na compreensão do seu presente e na construção de seu futuro, deixando de lado uma necessidade retórica, ou lírica, para ser narrada.

Qualquer que seja o ensinamento que subjaz à nossa fórmula, há algo que sua utilização indica de modo inegável. Seu uso remete a uma possibilidade ininterrupta de compreensão prévia das possibilidades humanas em um *continuum* histórico de validade geral. A história pode conduzir ao relativo aperfeiçoamento moral ou intelectual de seus contemporâneos e de seus pósteros, mas somente se e enquanto os pressupostos para tal forem basicamente os mesmos. (...) A estrutura temporal da história passada delimitava um espaço contínuo no qual acontecia toda a experimentação possível. (KOSSELCK, 2006, p. 43)

Pensadores do período, como Leopold von Ranke⁶², acreditavam que a compreensão da história seguiria uma lógica na qual de eventos e experiências particulares poder-se-ia atingir a compreensão do mais largo e geral, ou seja, das

⁶⁰ Reinhart Koselleck em sua obra *Futuro Passado* faz uma importante reflexão: “foi finalmente a “história em si” [die Geschichte selbst] que começou a abrir um novo espaço de experiência. A nova história [Geschichte] adquiriu uma qualidade temporal própria. Diferentes tempos e períodos de experiência, passíveis de alternância, tomaram o lugar outrora reservado ao passado entendido como exemplo.” (KOSSELCK, 2006, p. 49)

⁶¹ Na concepção ciceriana a história guardaria com ela uma indiscutível ligação com a oratória sendo o orador não somente um debulhador das palavras e dos eventos, mas um interceptor que apura e dá sentido, segundo sua compreensão aos fatos.

⁶² Historiador alemão de grande importância no século XIX, tornou-se notável graças a sua contribuição para as sistematizações metodológicas da disciplina. É referenciado como o criador do sistema dos “Seminários” desenvolvendo, simultaneamente, uma relação entre o ensino e a pesquisa entre os estudantes. “Foi ele quem criou para os estudos históricos o sistema dos seminários, que aos poucos iriam proliferar em outros países. Ao mesmo tempo desenvolveu recursos de pesquisa e crítica das fontes, adaptando para isso, à História, processos já em uso, antes dele, entre filólogos e exegetas da Bíblia”. (HOLANDA, 1979, 16)

contingências chegar ao universal⁶³. É responsável pela sistematização da história como forma de constituição autônoma de saber, com métodos e limites que deveriam ser respeitados para que sua fidedignidade e legitimidade fossem respeitadas. Produzindo, dessa forma, uma leitura e narrativa baseada no cotejamento entre as fontes, caminho indispensável para o contato com os eventos passados, e o que é narrado e produzido sobre o tema ao qual foi proposto o estudo. A objetividade seria outro elemento no qual a referida narrativa fundar-se-ia, sendo o fato não somente uma percepção representativa, mas sim, e sobretudo, a reprodução do que realmente acontecera. O trabalho do historiador deveria ser cercado de cuidados para que sua subjetividade não contaminasse a sua leitura dos documentos.

Mais do que preencher o incômodo com vazio do que não mais está ao alcance dos olhos e das sensações humanas, a história deveria ter um caráter educativo e prático. Seu entendimento, variado, ia da sua compreensão de maneira cíclica a, tão confortável e segura, ordenação teleológica. Para que relação entre os homens, os tempos vencidos e os que estavam por vir fosse estável, e principalmente viável, a disciplina deveria ser capaz de dar conta do preenchimento dos vácuos que, então, eram tão inaceitáveis. Justificavam assim a existência dos homens, de seus ritos, de seus feitos, de suas tradições e de suas nações.

2.2 As palmeiras da terra

Voltemos, pois, a epígrafe. Quais são as palmeiras da terra de que fala o poeta. Quais os mitos, os heróis e as origens de que tratam o poeta e seus pares? No processo de construção do imaginário nacional a literatura assumiria, no caso brasileiro, espaço de destaque. Aos olhos do observador mais desatento tal afirmação pode parecer absurda. O argumento utilizado para a compreensão da construção dos projetos nacionais era dado segundo a ordem do Velho Mundo, que certamente atingira maiores níveis de letramento e alfabetização. Como seria possível que além do atlântico um projeto de nação passasse pelo caminho das letras?

⁶³ Buscava a compreensão das características do seu jovem país a partir dos traços culturais e não dos limites geográficos. O *modus operandi* da cultura alemã não estaria, portanto, a territorialidade e sim a expressão da cultura, no caso, de matiz germânica.

A escrita chegara ao Brasil por mãos ibéricas. A primeira experiência letrada dada por essas terras, ao menos as que se tem notícia, teria sido a afamada carta de Caminha. O texto dá conta das sensações do observador europeu ao deitar os olhos por essa terra e, como mais adiante veremos, a figura do exótico e exuberante nunca abandonaria os adjetivos usados para referir-se à América Portuguesa, ainda que independente. Os escritos quinhentistas, perpassando as experiências literárias por aqui conhecidas, como o próprio barroco, o parnasianismo e o arcadismo, compõem um conjunto de elementos que marcavam as expressões letradas trazidas pelas influências europeias para esse lado do Atlântico. Após o processo de emancipação política o desenho de uma identidade própria, que passasse pelas manifestações literárias inclusive tornou-se mister.

É importante atentar que, para o caso brasileiro, sua língua era fruto de influências diversas, mas que não geravam atritos entre si. A língua oficial, o português⁶⁴, era a mesma da antiga metrópole, que de certa forma fazia-se presente na continuidade dinástica Bragança, que também dominava o idioma. O mesmo não seria percebido em todos os casos, como é o exemplo das experiências europeias. Naquele continente a língua era o caminho de afirmação de diversos grupos e seguimentos em oposição à dominação das grandes dinastias. Anderson considera que

a revolução lexicográfica na Europa, porém, criou e aos poucos difundiu a convicção de que as línguas (pelo menos naquele continente) eram, por assim dizer, propriedades pessoais de grupos muito específicos – seus leitores e falantes diários – e, ademais, que esses grupos, imaginados como comunidades, tinham o direito de ocupar uma posição autônoma dentro de uma confraria de iguais. (ANDERSON. 2008, p.128).

Ao que era falado e para o que era transferido para as letras somavam-se, ainda, as referências que se tornaram presentes a partir do contato com os povos autóctones, indígenas, e com a gigantesca margem populacional emigrada pelos séculos de

⁶⁴ É necessário refletir que os abismos entre a língua falada oficial e as vertentes criadas são enormes. Os códigos oficiais nem sempre, ou quase nunca, atingiam toda a população. Caso significativo, durante o período colonial fora o de Domingo Jorge Velho, bandeirante contratado pelas autoridades para combater e por fim ao quilombo de maior duração da história da América Portuguesa. Nos relatos do bispo de Olinda, Dom Francisco de Lima, o mesmo era um dos homens mais *bárbaros* com o qual topara durante sua existência. O grau de afastamento cultural entre as duas figuras era tamanho que Jorge Velho necessitou de um intérprete para ser capaz de dialogar com o clérigo: "Este homem é um dos maiores selvagens com quem tenho topado: trouxe intérprete, não se diferencia do mais bárbaro tapuia" (GARCIA, 2004).

escravidão. A língua, viva e falada, transferiria gradativamente suas nuances para as expressões da materialidade escrita: a normatização culta em fricção com as vozes das ruas. Contudo, no processo de construção dos alcances da nação do jovem país seria necessário um movimento que se dedicasse vivamente a essa causa. E essa necessidade ganharia espaço nas fileiras dos autores românticos.

O romantismo foi um movimento artístico e intelectual de concepções marcadamente plurais. Surgido no seio das transformações do final do século XVIII e início do seguinte é tomado, por muitos, por um estilo representativo que marcaria uma conceituação estética ligada aos anseios da livre expressão das sensibilidades humanas em conjunto com a observação da constituição dos meandros de justificação do indivíduo. Nesses termos é possível reconhecer matrizes que são basais ao estilo: o individualismo, o subjetivismo, o sentimentalismo e a intensidade. Seus alcances são percebidos nas artes plásticas e visuais, na arquitetura, na música e na literatura, forma na qual é mais presente em suas manifestações no Brasil.

O advento do romantismo no Brasil está intimamente ligado com o início do processo de emancipação dado pelos idos da década de 1820⁶⁵. Os escritores que se identificaram com a causa independentista dedicaram-se a forjar pelas expressões literárias os caminhos para o delineamento dos alcances da pátria e de seu povo. Segundo Antônio Candido,

um elemento importante nos anos de 1820 e 1830 foi o desejo de autonomia literária, tornado mais vivo depois da Independência. Então, o Romantismo apareceu aos poucos como caminho favorável à expressão própria da nação recém-fundada, pois fornecia concepções e modelos que permitiam afirmar o particularismo, e portanto a identidade, em oposição à Metrópole, identificada com a tradição clássica. Assim surgiu algo novo: a noção de que no Brasil havia uma produção literária com características próprias, que agora seria definida e descrita como justificativa da reivindicação de autonomia espiritual. (CANDIDO, 2002, p.20)

O que fica latente é a necessidade explícita de afirmar o novo em detrimento do antigo. Apesar de todas as continuidades - a monárquica, a dinástica, e mesmo a do processo político margeado pelas elites, sem grande participação popular ou convulsões sociais – marcar o distanciamento da antiga metrópole era imprescindível. As léguas do

⁶⁵ Como já verificado no primeiro capítulo.

oceano não eram suficientes. E nesse sentido a afirmação da nacionalidade era um importante instrumento. O novo, porém, era moldado a partir das expressões do antigo, se não da própria ex-metrópole, de seus vizinhos⁶⁶. O romantismo que seria conhecido no Brasil bebe livremente daquele concebido em terras europeias, uma tradição que se tornaria secular. Os modernistas do início do século XX contestariam o mimetismo cultural do início daquele século, mas projetariam as suas expectativas de acordo com as tópicas das vanguardas europeias. E, interessantemente, visitariam os mesmos *locus* do movimento romântico. Em seu tempo, também, desenrolar-se-iam imagens da nação.

O projeto começaria a tomar corpo já em meados da década de 20 quando os escritores Ferdinand Dias e Almeida Garret chamaram a atenção para a necessidade de transformação e substituição das antigas referências e convenções clássicas em elementos que transfigurassem as necessidades locais (SCHWARCZ, 1998, p. 128-129 e CANDIDO, 2002, p. 20-25). Contudo, apenas com o passar dos anos é que o alinhamento entre o romantismo e o projeto nacional seria pleno.

No decorrer na década de 30 um grupo de jovens escritores brasileiros, residentes em Paris e que foram acolhidos por pensadores franceses pertencentes ao *Institut Historique*, verteriam seus esforços em prol de um projeto comum. Publicariam uma revista, de vida curta – apenas duas edições em 1836, mas que fincariam sua presença na trajetória romântica. Trata-se da revista *Niterói* e dos nomes de Domingos José Gonçalves de Magalhães, Manuel Araújo Porto Alegre e Francisco Sales Torres Homem⁶⁷. Era manifesto o propósito, comum às revistas literárias, de fomentar o amor

⁶⁶ “Modelos não faltavam, mas havia originalidade na cópia. O romantismo aparecia como caminho favorável à expressão própria da nação recém fundada, pois fornecia concepções que permitiam afirmar a universalidade, mas também o particularismo, e portanto a identidade, em contraste com a metrópole, mais associada nesse contexto com a tradição clássica. O Gênero vinha ao encontro, dessa maneira, do desejo de manifestar na literatura uma espacialidade do jovem país, em oposição aos cânones legados pela mãe-pátria, sem deixar de lado a feição oficial e palaciana do movimento.” (SCHWARCZ, *op. cit.*, p. 128)

⁶⁷ Em Paris, Gonçalves de Magalhães buscou as aulas de filosofia eclética e economia política, ao passo que Francisco de Sales Torres Homem estudava direito na Universidade de Paris. Torres Homem, ainda muito jovem, esteve envolvido como jornalista, na Aurora Fluminense, com a causa dos moderados que estavam no centro do poder durante os primeiros anos da Regência, e na Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional, da qual foi vice-presidente. Em sua viagem, foi auxiliado financeiramente por Evaristo da Veiga e, graças ao seu prestígio, designado secretário da legação brasileira em Paris, sob a chefia do conselheiro Luiz Moutinho de Lima Álvares e Silva, o que lhe permitiu manter-se no estrangeiro. Gonçalves de Magalhães sobrevivia como preceptor do filho de um comerciante brasileiro em Paris e, uma vez sem emprego ou pensão, foi amparado pelo Ministro Plenipotenciário, o conselheiro José Joaquim da Rocha, até obter em 1835 a indicação para adido na legação brasileira, cargo que lhe proporcionou segurança financeira. Araújo Porto Alegre foi igualmente ajudado por Evaristo da Veiga e José Joaquim da Rocha em sua viagem e estadia e, a despeito das

à literatura, às ciências e às artes como um todo, influenciada pelo contato dos redatores com as tendências intelectuais presentes no contexto francês. O lema “Tudo pelo Brasil” deixava claro, de forma eloquente, o tom enaltecendor e ufanista que pretendiam traçar acerca da pátria e de seu povo. Aos seus organizadores coube o cuidado de afastar-se dos conflitos que marcavam o momento, seu intento iria além de quaisquer disputadas travadas nos espaços políticos ou palacianos. A distância era um fator de facilitação frente ao turbilhão que marcaria o Período Regencial Brasileiro. Dedicar-se-ia às ciências, letras e artes, e de forma diferente das revistas precedentes, apresentaria um quadro no qual ficaria exposto o desenvolvimento da sociedade brasileira, além de afirmar a existência de uma literatura de cunho expressamente nacional.

Mas o título indígena, Niterói, equivalia a um programa nativista, e no primeiro número Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882) publicou, retomando Denis, o “Ensaio sobre a história da literatura brasileira”, no qual traçava o programa renovador, completado pelo do prefácio do livro que publicou no mesmo ano, *Suspiros poéticos e saudades*, considerado pelos contemporâneos o ponto de partida da transformação literária e iniciador da literatura propriamente brasileira. (CÂNDIDO, 2002, p. 26)

O programa nativista seria, portanto, delineado pelas palavras daquele que alguns anos mais tarde ganharia a proteção Imperial, assim como seus escritos. O nome foi extraído de uma narração do francês Theveret, viajante de três séculos antes, e tencionava a indicação aos brasileiros que a temática indianista seria dali em diante (SCHWARCZ, 1998, p.129), presente em todo aquele que procurasse tratar da questão nacional. Era a fundação, ou uma das fundações, do mito de origem da nação brasileira: o índio.

As referências utilizadas são múltiplas e variadas e dialogam com as tendências mais efervescentes dos campos literários europeus, sobretudo, franceses. No seio do programa romântico exposto por Magalhães era exposta a influência do escritor Friedrich Schlegel, tido como um dos pais do romantismo alemão, que desenhara a teoria das *duas literaturas*. Segundo tal existiriam em cada nação da civilização ocidental duas literaturas: uma proveniente da influência das matrizes clássicas, da

dificuldades financeiras que relatava em sua correspondência, teve a oportunidade de estudar pintura e arquitetura com renomados professores e artistas. (ANDRADE, 2009, p. 421).

tradição greco-latina, que não se coadunaria com a sensibilidade do Cristianismo, e outra, romântica que floresceria independentemente em cada nação e que emergiria em autores como Shakespeare, Dante e Calderón. O espírito da modernidade seria marcado pelo rompimento das raízes com as matrizes clássicas e pela efervescência das matizes românticas que comporiam o triunfo da nação frente ao retrógrado, ao arcaico, ao derrotado (CANDIDO, 2002, 28). No caso dos escritores brasileiros, deveriam correr a pena em favor do lirismo que de toda sorte desse voz e corpo ao elemento indígena, que seria o rio de onde fluiria a inspiração nacional para essa pátria que então dava os seus primeiros passos.

O conhecimento disponível e circulante sobre o *índio* não era muito aprofundado. Entre os séculos XVI e XVIII fora visto ora como bárbaro, ora como puro, infantil, quase inerte frente às possibilidades de civilização. Os escritos realizados para identificação da língua nativa realizados durante a vida colonial seriam então resgatados; as cores e as manifestações dos silvícolas seriam a imagem mítica da fundação nacional. Mas, para dar cabo as orientações programáticas que foram prestadas ao que viria a ser o movimento romântico eram necessárias uma maior organização, mesmo a intelectual, espaços de debates e se possível fosse patrocínios. Tais elementos não se desenvolveriam no estrangeiro, mas sim no próprio território brasileiro.

O romantismo assumiria ares de movimento mais organizado e plenamente alinhado com os paradigmas oficiais ao ganharem espaço no, recém-criado, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Seria nesse Instituto que a organização programática tornar-se-ia mais clara, assim como a sua concepção dentro dos elementos da renovação literária então presente. Isso sem citar o mecenato e a filiação presente do próprio Imperador.

O Imperador era já reconhecido pelo seu interesse pelas letras, ciências e afins. Se não era um escritor de qualidades natas, era o mais esforçado dos que não foram agraciados pelo talento. E isso não se restringia na literatura, mas em tudo o que D. Pedro II metia-se a estudar: era um aficionado pelo estudo e pelas regras do mesmo. Corporificava, em certa medida, o seu próprio significado. E sua filiação ao romantismo, acabaria por torna-lo, em certa acepção, um movimento oficial. Ubiratan Machado nos traz que

jovem, saudável, e apaixonado pelas letras, o imperador incentivava, com indisfarçável orgulho, o surgimento de uma literatura de expressão genuinamente brasileira. Por gosto e lazer, participa intensamente da vida literária e, às vezes, consegue agitá-la como um furacão sem medir consequências. (...) Mecenas por preocupação com os destinos do país, manteve-se a par de cada manifestação intelectual ocorrida no Brasil, mesmo entre 1865 e 1870 nos dias aflitos de Guerra do Paraguai, quando a nação queimava suas reservas financeiras e, de certa forma, queimavam-se as últimas reservas de entusiasmo e generosidade das gerações românticas. (MACHADO, 2010, 21).

O apreço do jovem monarca era importante, mas era necessário mais do que isso para que ganhassem os escritores notoriedade e que seus intentos alcançassem sucesso. A passagem dos anos 40 e 50 daquele século são marcadas por transformações, perceptíveis principalmente na capital do Império. Um novo senso de sociabilidade estabelece-se criando novos enlances sociais, novas práticas novos costumes. As distâncias com a Europa são diminuídas pelo constante fluxo de pacotes, a vida pública desenvolve-se pelas ruas, com modernizações manifestadas pelo progresso material, pelos novos aparelhos, pelo advento da iluminação a gás. Os grandes salões, as mansões, os sobrados ululam. Os saraus, sobretudo os literários, ganham espaço na sociedade abastada, e na, cada vez mais presentes e crescentes, setores médios⁶⁸.

A prosa tornava-se um dos canais mais utilizados pelos autores românticos para alcançarem o grande público. Não que os versos não fizessem longas fileiras de escritores e leitores, mas é aquela forma que oferecia maior possibilidade de interação com a realidade e maior plasticidade na construção das personagens, eventos e espacialidades. Candido considera que

o romantismo brasileiro foi inicialmente (e continuou sendo em parte até o fim) sobretudo nacionalismo. E nacionalismo foi antes de mais nada escrever sobre coisas locais. Daí a importância de mais nada escrever sobre coisas locais. Daí a importância da narrativa ficcional em prosa, maneira mais acessível e atual de apresentar a realidade, oferecendo ao leitor maior dose de verossimilhança, e com isso aproximando o texto de sua experiência pessoal. (CANDIDO, 2002, p.39 - 40)

⁶⁸ Nas décadas de 1850 e 1860, romancistas e poetas são figuras obrigatórias nos salões. Não conseguem superar, porém, o menosprezo e a desconfiança com que são tratados por algumas camadas sociais: a burguesia endinheirada, os comerciantes, a classe média, a maioria dos políticos. É uma pressão violenta, que lhes fecha portas, e muito mais forte do que a admiração enlevada de D. Pedro II. Mesmo assim, a influência dos escritores cresce, por meio dos folhetins, das poesias recitadas em público e dos livros, consolidando a frágil indústria editorial brasileira. (MACHADO, *op. cit.*, p 20)

Nas novelas, folhetins e nos mais diversos meios de divulgação, os leitores observam os conflitos, os espaços e as articulações de sua sociedade. Inúmeros nomes estiveram atrelados a essa corrente: Joaquim Manoel de Macedo, cuja uma das obras mais afamadas é *A Moreninha*, José de Alencar, autor de romances como *Senhora*, *Lucíola*, *O Guarani* e *Iracema*, Alvares de Azevedo, Manoel Antônio de Almeida, Martins Pena, Visconde de Taunay. Contudo, não seria em torno da prosa que se travaria um dos mais ácidos debates entre os autores românticos.

Em 1856 Gonçalves de Magalhães publica na revista *Guanabara*⁶⁹ *Confederação dos Tamoios*. Poema épico, dividido em 10 cânticos, trata da revolta do grupamento indígena de mesmo nome que ocorrera no século XVI no litoral fluminense do estado do Rio de Janeiro. O autor constrói uma imagem heroica dos indígenas provendo-os de elementos como a honra, a bravura e a coragem, adjetivos que faziam parte da constituição da figura mítica daqueles que eram tidos como os primeiros brasileiros. Trabalha na obra com dois planos: o histórico, dada a existência do evento, e o ficcional, na presença das personagens que comporiam os enlances do romance, como Iguazu, uma das personagens centrais da trama. Seguindo o programa romântico, o indianismo fazia-se presente, assim como as propostas estéticas que compõem o poema.

A polêmica seria instaurada pelas críticas do escritor, ainda desconhecido, José de Alencar. O autor de *Senhora* e tantas outras obras atacaria um dos nomes da fundação programática do movimento e protegido do monarca: a ousadia era enorme. Em uma série de cartas⁷⁰ Alencar desconsidera a estética do poema, apontando a sua falta de musicalidade e narrativa, além de uma expressa “falta de arte” na execução dos intentos do poeta. Continua, criticando ainda a escolha do método do estilo, que não se adequaria a temática romântica, nem na indianista, por ser clássica ao extremo. O

⁶⁹ Lançada em dezembro de 1849 pelos esforços de Gonçalves Dias, Manuel de Macedo e Porto-Alegre foi uma das mais reconhecidas publicações durante a efervescência romântica no país. Sob a tutela e proteção do próprio Imperador fora dirigida pelos próprios escritores e depois, em seu último volume pelo Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Compreendeu, em sua existência, um conjunto variado de textos críticos apontando os caminhos que poderiam ser tomados pela literatura e pelas artes em geral, além da postura que o escritor, ou afim, deveriam tomar. O que se pode perceber é uma clara preocupação programática na existência do periódico, assim como fora possível perceber na revista anteriormente citada, a *Niteroi*.

⁷⁰ As cartas estão disponíveis na *Brasílica* da USP através do endereço: www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00175800#page/13/mode/1up

incômodo fora tão grande que nomes como o de Porto-Alegre e o próprio Imperador saíram aos jornais em defesa do escritor atacado.

Fica claro que o movimento guardava projetos variados e era um espaço de discussão e debates constantes. Nos anos seguintes inúmeras obras, inclusive de José de Alencar, engrossariam as fileiras românticas atreladas à questão nacionalista. Importante é destacar que o romantismo no Brasil não esteve somente ligado às expressões indianistas / nacionalistas ⁷¹. Além dessa forma, que é conhecida como primeira fase, somam-se os chamados *Ultrarromânticos*, também conhecidos como a geração do *Mal do Século*, com uma escrita poética sombria carregada de pessimismo, e a geração *Condoreira*, cuja grande expressão fora Castro Alves, assim como Tobias Barreto, entre outros. Os escritos românticos apontavam um valoroso caminho para a construção da nação brasileira, mas tal projeto não se encontrava isolado nas tópicas literárias.

2.3 O sopro de *Clio*

As *musas* tomariam, definitivamente, seu espaço nos trópicos. *Clio*, filha da união de Zeus com Mnémose, é a personificação das artes e das ciências. Musa da história legara a escrita aos homens e, assim, a capacidade de registrar a passagem do tempo. Com seu sopro inebria os mortais para que, inspirados pelo seu toque, sejam capazes de verter da pena os caminhos percorridos pelos tempos. Reunida com suas irmãs sob a orientação de Apolo no monte Hélicon, junto à fonte Hiprocrene, observa os homens e, ainda que à distância, zela pela paz e pela inspiração dos governantes, presidindo a eloquência.

⁷¹ Anos depois o indianismo seria avaliado por Machado de Assis em uma crônica intitulada *Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade*, em *Novo Mundo* em 24 de março de 1873. Nesse texto Machado aponta que há a existência de um *instinto de nacionalidade* nas obras românticas consagradas até então, mas que a temática indianista, ou indiana como o autor a trata, não estaria ligada a nação brasileira e que tal ligação é forçosa e pobre. Indica ainda que o sucesso do romance, ou da literatura romanesca, dá-se pelo fato da inexistência de uma postura crítica e analítica nos leitores brasileiros. Na sequência, traça uma interessante análise sobre a forma, o espaço, e a maneira como a língua fora utilizada até então com todo um caráter cítrico que ganha cor com sua análise. Pela crítica de Machado somos capazes de perceber o quão tal movimento criara raízes e fazia-se presente na intelectualidade brasileira que procurava entendê-lo, e quando possível, criticá-lo. Ainda que pela antítese, o Velho Bruxo chama a atenção para o peso do movimento na literatura e na constituição do *instinto de nacionalidade*.

As alegorias servem aos homens como guias de suas representações. É extremamente complicado pensar a constituição dos homens sem pensar em seus símbolos. Seja no ocidente judaico-cristão ou no heterogêneo oriente, os signos são elementos da constituição humana. A crença politeísta greco-romana dava conta de inúmeras representações distintas, às quais os homens que não viveram seu tempo chamaram de mitos. Para explicar sua existência os homens dos tempos de Sócrates e dos Césares concediam aos deuses cada uma de suas virtudes e vícios, ou em sentido contrário, eram agraciados pelos mesmos com seu toque mágico, divinal. A crença monoteísta do deus-homem, executado pelos seus congêneres, transformou o que antes era estabelecido pela relação entre homens e deuses, em uma relação fantasiosa. Gradativamente os deuses outros desapareceram, os semideuses condenados ao obscurantismo, os ciclopes, centauros, dragões, erínias, górgonas, e outras tantas raças, foram colocadas no mundo das fantasias, assim como as musas, recolhidas ao ostracismo.

As musas não mais ocupam o Hélicon, tampouco são reconhecidas como a inspiração humana para seus feitos. Contudo, a *mitologia* que as congrega é recuperada sempre como forma de filiação. É constante a filiação dos homens, e de seus feitos com uma ancestralidade, principalmente quando serve aos intentos vividos no presente. O período Clássico Grego é constantemente reiterado como parte importante da fundação do Ocidente. Dos Romanos, são retirados os exemplos da grandiosidade e força, principalmente, durante seu período Imperial. A história, como aqui já discutido, viria a justificar os elos com uma determinada ancestralidade, ainda que, imaginada, para a construção de ideais de nação e para a sustentação dos ritos e tradições a serem inventadas.

No tocante ao desenvolvimento do projeto de nação corrente durante o século XIX, no que diz respeito ao Brasil, ocupa o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro um lugar de destaque. Criado em 1838 tinha por vocação a escrita da história do jovem país, assim como a delimitação de seus limites, seus alcances, as formas de manifestação de seu povo, a identificação de sua nação. Tal instituto ocuparia lugar de destaque na *intelligentsia* brasileira reunindo grandes nomes de políticos, literatos, magistrados, entre outros.

A fundação do IHGB está intimamente ligada a uma instituição muito importante do oitocentos chamada Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional⁷². A SAIN fora um importante veículo de propagação dos saberes e das técnicas no Brasil. Proposta, inicialmente, em 1816 por Inácio Alvares Pinto de Almeida, sem grande sucesso, seria reproposta em 1820, sendo autorizada em 1824 pelo Imperador e reconhecida em 1825. Passaria a funcionar regularmente a partir de sua inauguração em 19 de outubro de 1827. Em seus quadros havia homens do Estado, comerciantes, agricultores, homens das ciências, que se dedicavam a definir os caminhos do desenvolvimento produtivo brasileiro, ou seja, procuravam determinar os caminhos a serem tomados para que fosse, então, alcançado o progresso, palavra com tanto peso e significado naquele século.

Além disso, de acordo com seus primeiros termos estatutários, previa o desenvolvimento de modelos, inventos e inovações que pudessem vir a ser de grande utilidade para o Império do Brasil⁷³, como é perceptível no discurso de instalação da SAIN em 1828, proferido pelo próprio Almeida:

(...) auxiliar a indústria, mormente pelo que se respeita a aquisição de maquinismos, que, expostos às vistas do publico, façam-se conhecidos, possam ser copiados, e desafiem o interesse dos nossos agricultores, e dos nossos artistas: para que por meio delas consigam minorar os trabalhos da mão de obra, obtendo ao mesmo tempo com mais facilidade, perfeição, e menos despesas maior soma de produtos. (ALMEIDA, 1828, p. 3)

⁷² Tem como inspiração a *Société D'Encouragement à L'Industrie Nationale*, fundada em 1801, na França, por Chaptal, Thénard e Dumas, da qual seria inspirado o seu próprio nome, e na lusa Sociedade Portuguesa Promotora da Indústria Nacional. Segundo Domingues “A semelhança com as sociedades europeias, suas antecessoras, era invocada como que para lhe dar legitimidade. Porém, a SAIN, desenvolveria atividades para amarrar conhecimento produzido e os objetivos do Estado de formar os alicerces econômicos da nação, até que aquele momento restritos às atividades agrícolas. A produção científica foi a grande motivação para a aprovação da Sociedade.” (DOMINGUES, 2001, p. 87)

⁷³ A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional esteve voltada, prioritariamente, para transformação de uma agricultura rotineira e esgotadora baseada no machado e na coivara, em uma atividade moderna revigorada por insumos, pelo desenvolvimento e adaptação tecnológica, tropicalização e variedades de culturas, resultando na retomada e expansão agrícola, perfazendo a vocação das terras brasileiras: elemento de grandeza e prosperidade de futuras gerações. Teve como fim a melhoria do processo produtivo através da introdução de inovações técnicas produzidas pelo conhecimento científico. (BARRETO, 2008, p. 3)

Da extensa atuação da Sociedade pesa a criação do “Auxiliador da Indústria Nacional”⁷⁴ periódico que teve funcionamento entre os anos de 1833 e 1892, sendo não somente um conjunto de textos acerca das técnicas, artes e ciências, mas também um interessante retrato do pensamento e dos laços sociais do período. Tornou-se, portanto, um canal de divulgação das ideias propagadas pela dita Sociedade, assim como figurava como espelho das práticas e dos costumes de seu tempo.

A SAIN ganharia no decorrer dos anos, e principalmente durante o Segundo Reinado, importância no Estado brasileiro, ocupando a posição de órgão consultivo para o mesmo. E fora, em uma de suas reuniões, quando ainda instalada no Museu Nacional, que seria projetada a ideia de um Instituto Histórico e Geográfico⁷⁵, cabendo a esse a responsabilidade da escrita da história do país e de sua nação. Segundo Manoel Luiz Salgado Guimarães,

é importante entender que tanto a Sociedade para o Apoio da Indústria Nacional (SAIN) como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foram fortemente influenciados pela crença no progresso difundido no século XIX. A SAIN deveria promover o progresso difundido como crescimento econômico, enquanto o IHGB exercia a tarefa de representar esse progresso em sua historiografia. O dever do IHGB era apresentar o processo civilizador que o país atravessou e durante o qual se aproximou do padrão europeu. (GUIMARÃES, 2011, p. 73)⁷⁶

O Instituto passaria a ser, rapidamente, identificado como *locus* da escrita da história nacional, ganhando, quase que de imediato após a sua criação a proteção do jovem Imperador D. Pedro II. Entusiasta das ações do IHGB passaria a frequentar cotidianamente suas reuniões, presidindo sessões, fazendo propostas de campos de estudo e de trabalho. O Estado passaria, gradativamente, a ser um dos principais, se não

⁷⁴ DOMINGUES acentua que “(...) a as revista, *O Auxiliador*, em que se veiculava a ideia que tanto a agricultura como as indústrias em geral somente se desenvolveriam através da aplicação de conhecimentos, daí a justificativa do seu estabelecimento e permanência como uma associação científica.” (DOMINGUES, *op. cit.*, p. 88)

⁷⁵ A inspiração para a criação e denominação do Instituto seria, mais uma vez, externa. No caso trata-se do *Institut Historique de Paris*, instituo congênere que marca a emergência de uma vocação historiográfica na França.

⁷⁶ Essa obra é a tradução da tese de doutoramento do referido autor, pesquisa realizada na década de 80 e originalmente escrita em alemão. Após o precoce falecimento do autor, 2010, foi traduzida por Paulo Knauss e Ina de Mendonça, sendo lançada durante o XXVI Simpósio Nacional de História organizado pela ANPUH.

o principal, fomentador do Instituto, que de certa forma viria a ser um veículo presente nos atos oficiais.

A primeira geração ⁷⁷ do IHGB teria um grande desafio pela frente. Não se tratava apenas de fundar um instituto e programar reuniões periódicas para discussões, como era feito em clubes e saraus literários. O conteúdo programático do Instituto era bem caro no que dizia respeito as suas atribuições e o advento da proteção e fomento Imperial viria a corroborar a importância do mesmo. Caberia a essa geração ⁷⁸ apresentar as propostas metodológicas e formais para a escrita da história brasileira, aquela que viria a ocupar o lugar de panteão nacional dos grandes feitos, dos grandes heróis, que serviriam de amálgama entre o presente ali então construído e o passado por desvendar e recriar.

A organização do Instituto seria realizada logo nas reuniões subsequentes a sua fundação, no caso a reunião realizada em 25 de novembro de 1838, ganhando o mesmo um corpo organizacional e administrativo. A primeira diretoria seria presidida pelo Visconde de São Leopoldo, tendo como vice-presidente o Mal. Cunha Matos, que acumularia também a direção da seção de geografia, assim como também seria vice-presidente Cândido José de Araújo Viana, acumulando a direção da seção de história. O 1º Secretário, perpétuo, caberia ao cônego Januário da Cunha Barbosa, função que

⁷⁷ São 27 os sócios fundadores do IHGB: Alexandre Maria de Mariz Sarmiento, chefe da Contadoria Geral do Tesouro, Antônio Alves da Silva Pinto, advogado, Antônio José de Paiva Guedes de Andrada, chefe da Secretaria dos Negócios do Império, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, depois visconde de Sepetiba, Bento da Silva Lisboa, mais tarde barão de Cairú, Caetano Maria Lopes GaTomé Maria da Fonseca e Silva, administrador da Recebedoria do Município, depois visconde de Maranguape, Cândido José de Araújo Viana, depois marquês de Sapucaí, Conrado Jacob de Niemeyer, militar e geógrafo, Emílio Joaquim da Silva Maia, professor do Colégio Pedro II, Francisco Cordeiro da Silva Torres Alvim, visconde de Jerumirim, Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, depois visconde de Jequitinhonha, Inácio Alves Pinto de Almeida, Secretário da Junta de Comércio, Januário da Cunha Barbosa, cônego, João Fernandes Tavares, mais tarde visconde da Ponte Ferreira, Joaquim Caetano da Silva, professor do Colégio Pedro II, Joaquim Francisco Viana, bacharel em matemática, José Antônio Lisboa, deputado da Junta de Comércio, José Antônio da Silva Maia, político e procurador da Coroa, José Clemente Pereira, político, José Feliciano Fernandes Pinheiro, visconde de São Leopoldo, José Lino de Moura, contador da Caixa de Amortização, José Marcelino da Rocha Cabral, advogado, José Silvestre Rebelo, negociante, Pedro de Alcântara Bellegarde, militar, diretor da Academia Militar, Raimundo José da Cunha Matos, marechal de campo, Rodrigo de Souza da Silva Pontes, desembargador e diplomata, Tomé Maria da Fonseca e Silva, administrador da Recebedoria do Município

⁷⁸ “(...) chama a atenção o fato de que a maioria dos fundadores exercia sua atividade profissional no serviço público: ou seja na magistratura, na carreira pública de nível superior, no caso dos portadores de diploma de formação em faculdades jurídicas, ou ainda como militares ou funcionários públicos, que, mesmo sem a conclusão de um curso superior, conseguiram qualificação no exercício profissional. Além disso, uma vez que o Estado no Brasil do século XIX detinha o poder do *padroado* sobre a Igreja e, além disso a Constituição declarava o Catolicismo como a religião oficial do Império, é possível ainda incluir os religiosos no conjunto dos servidores públicos.” (GUIMARÃES, 2010, p.91)

acumularia com o da comissão de estatutos e da redação da revista, biblioteca e arquivo. O posto de orador caberia ao Major Pedro de Alcântara Bellegarde, e o de tesoureiro a José Lino de Moura.

Das ações que marcariam os anos iniciais do Instituto uma destaca-se e torna-se aquela que figura dentre as principais atividades e produções do IHGB: a publicação de sua revista. Essa publicação viria a ser o principal canal de propagação do projeto colocado em prática pelo Instituto, consolidando-o como espaço de análise, debates e diálogos em torno das questões relevantes históricas e geográficas da nação. Em circulação desde 1839 traz, desde o seu primeiro número, a construção de um espaço de interação integração entre as diversas províncias existentes à Corte, buscando uma integração entre os mais longínquos espaços ocupados pela nação brasileira.

Em seus artigos é constante a presença da dita *história regional* que se coaduna à história *nacional* a partir do monopólio do saber *historiográfico* ali posto em exercício pelo IHGB. Era nesse espaço que passariam a serem tratados os nomes e espaços tratados como significativos para a história brasileira. Seus leitores constituíam um público seletivo e exclusivo. Com tiragem inicial de 500 exemplares era destinada aos membros do próprio Instituto, além de instituições conveniadas com as quais era mantida a interlocução sobre os assuntos de relevância para a continuação do projeto em curso. Sua estrutura não apresentava, necessariamente, uma organicidade interna, sendo os artigos dispostos de maneira não ordenada por temáticas específicas. Destacavam-se em seu corpo os documentos tidos como históricos, que comumente cobriam o período colonial, os artigos dos membros acerca da história nacional, as memórias, assim como, em espaço sempre presente e determinado, as atas das seções ordinárias e assembleias, além de esboços e textos biográficos das figuras consideradas de *vulto* nacional.

Caberia ao cônego Januário da Cunha Barbosa, em discurso proferido no ato de fundação do Instituto e depois publicado na revista que seria então criada no ano seguinte (o periódico do IHGB), o apontamento do caminho que seria seguido no desafio de escrever a história do Brasil. É um texto eloquente no qual o Cônego lança nove pontos que serviriam de base para o nascente Instituto. Nessas propostas é possível delinear a intencionalidade do autor em determinar qual seria o papel a ser cumprido por um instituto histórico, assim como, qual deveria ser o alcance da própria história a ser escrita.

Logo no início do discurso evoca Cícero para justificar que “a história é a testemunha dos tempos, a luz da verdade, e a escola da vida”, corporificando o espírito oitocentista que marca a função da história como *magistra vitae*. Essa seria uma concepção que perseguiria o Instituto em suas ações durante aquele século. Seguindo, argumenta que é graças a essa característica da história que o Instituto deveria por missão encarregar-se de “eternizar a história dos fatos memoráveis da pátria” (BARBOSA, 1939, p. 12). Segundo Manoel Salgado, temos que

o discurso de Januário da Cunha Barbosa, para além de marcar uma fundação, a possibilidade de uma escrita nacional, igualmente define o sentido político dessa mesma escrita para uma nação em gestação: o conhecimento do passado, agora organizado segundo os princípios de uma ciência, deveria estimular o patriotismo, entendido nos termos de uma identidade nacional a ser forjada. (GUIMARÃES, 2007, p. 103)

Dessa forma, quando apresentam suas propostas à escrita da história brasileira, assim como sua forma e seu padrão metodológico, o fazem a partir de uma constante fricção com o passado, que é então disputado. A escolha dos nomes, dos vultos, dos espaços, dos eventos, e dos tempos representativos da *História do Brasil* estava sendo escrita pelas penas daqueles homens que se propuseram a criar e ocupar as cadeiras do Instituto⁷⁹.

No ano seguinte ao lançamento do periódico o IHGB lançaria um dos *concursos* mais significativos desse período de definição da escrita e periodização da história brasileira. Por iniciativa de Januário da Cunha Barbosa era oferecido um prêmio no valor de cem mil réis para aquele que apresentasse a melhor elaboração de um *plano para se escrever a história antiga e moderna do Brasil*. Empolgado com a proposta o próprio Instituto somaria o mesmo valor apresentado, ficando o montante final em duzentos mil réis.

⁷⁹ Deve-se para o fato de que a construção do discurso histórico brasileiro, inserido em um projeto de construção da imagem gerada pelo ideal nacional, passa por uma constante tensão entre a afirmação e a negação. Guimarães elucida que “No movimento de definir-se o Brasil, define-se também o “outro” em relação a esse Brasil. Num processo muito próprio ao caso brasileiro, a construção da ideia de Nação não se assenta em oposição à antiga metrópole; muito ao contrário, a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa. Nação, Estado e Coroa aparecem enquanto uma unidade no interior da discussão historiográfica relativa ao problema nacional.

O projeto em curso ganharia mais um dínamo: o concurso não representava apenas uma competição em busca de uma premiação material, mas sim uma disputa das letras, na qual aquele que fosse considerado o melhor modelo para servir aos interesses da escrita da história nacional seria o escolhido. A vitória coube a Karl Friedrich Philipp von Martius. Naturalista, reconhecido pelo trabalho junto a J. B. von Spix, fruto de suas viagens pelo interior do Brasil entre 1817 e 1829, *Reise in Brasilien* (Viagem no Brasil). Quando foi lançado o concurso dedicava-se a um dos trabalhos mais monumentais de sua vida: a *Flora Brasiliensis* verdadeiro tratado sobre a botânica brasileira faria parte de seus esforços científicos até o final de sua vida em 1868, sendo posteriormente continuado por colaboradores. Dividida em 15 volumes é um dos trabalhos mais significativos e completos a respeito do assunto feitos durante o século XIX, sendo realizado sob os auspícios do Imperador D. Pedro II, além da colaboração de Fernando I da Áustria e Luís I da Baviera.

Como se deve escrever a história do Brasil foi o título dado por von Martius para a obra vencedora do concurso proposto pelo Instituto. Escrita em Munique, e datada do ano de 1843, o trabalho seria mais do que um simples recorte de indicações da forma como deveria ser escrita, ou descrita, a história do país. É um conjunto de formulações sobre a concepção e os princípios acerca da escrita da história nacional que seria tomado como norte pelo IHGB a partir de então. Sua constituição segue o corrente da época, no qual a história cumpre um papel importante na vida dos homens, sendo capaz de explicá-la e de transformá-la pelos seus ensinamentos. Além disso, apresenta uma postura muito ímpar acerca da formação nacional, sobre a qual Manoel Salgado comenta que

partindo-se da máxima idealista – “o gênio da história está em mãos dos bons homens” –, o autor defendia que o ponto de vista de que era possível levar em conta os elementos étnicos, que desempenharam papel relevante na formação dos brasileiros. Constatava von Martius que os brasileiros são a mistura de três “raças”, a indígena, a negra e a branca, e que a história do país teria de espelhar a integração dessas forças diferenciadas. Na opinião do autor, a cada “raça” humana, corresponde a determinado momento histórico, sendo que no Brasil, devido à predominância portuguesa, a influência da “raça” branca é a decisiva. De resto, imbuído de um otimismo que atribuía a importância destacada do futuro do Brasil, o autor defendia a tese de que nosso país estaria predestinado a criar, a partir da fusão dessas três “raças”, uma nova nação. (GUIMARÃES, 2007, p. 128-129)

Estavam assim lançadas as bases de uma das tradições mais constantes do pensamento social brasileiro: a formação tripartite da sociedade brasileira. Nessa esfera de democracia racial cada elemento comporia um pilar na formação do brasileiro. Von Martius destaca o elemento branco, que nas teorias raciais figura como o mais desenvolvido, destacar-se-ia frente aos demais logrando aos descendentes dessa combinação os percursos possíveis em direção ao progresso. Aos dois outros elementos caberiam papéis de menor destaque contribuindo para a formação cultural, folclórica, mística do grupamento nacional.

Seguindo a tradição montada no século XIX, a história mostrar-se-ia como *mestra da vida* servindo para os homens de elementos constituintes não só do futuro como do presente. Ela seria dotada dos elementos suficientemente necessários para o caminho que as nações percorreriam, trazendo sempre consigo os elementos figurativos e explicativos do sucesso.

Por fim devo ainda ajuntar uma observação sobre a posição do historiador do Brasil para com a sua pátria. A história é uma mestra, não somente do futuro como também do presente. Ela pode difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo. Uma obra histórica sobre o Brasil deve, segundo a minha opinião, ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros o amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra todas as virtudes cívicas (VON MARTIUS, 1845, p. 401).

Continua defendendo a coesão entre as províncias no sentido de esquecerem suas diferenças locais em prol de uma colocação mais englobante, mais geral. Nesse sentido, pode-se perceber que há um posicionamento do autor contrário às particularidades que se colocariam no caminho da escrita possível da história do Brasil:

(...) Só agora principia o Brasil a sentir-se como um Todo Unido. Ainda reinam muitos preconceitos entre as diversas Províncias: estes devem ser aniquilados por meio de uma instrução judiciosa; cada uma das partes do Império deve tornar-se cara às outras; deve procurar-se provar que o Brasil, país tão vasto e rico em fontes variadíssimas de ventura e prosperidade civil alcançará o seu mais favorável desenvolvimento, se chegar firme os seus habitantes na sustentação da Monarquia, a estabelecer por uma sábia organização entre todas as Províncias, relações recíprocas. (VON MARTIUS, 1845, p. 402)

O naturalista viajante lançara seu olhar ilustrado sobre o Brasil e apontava os caminhos para seu entendimento. Esse outro que percorreu as entranhas desta terra, encantou-se com sua fauna, descrevera a sua fauna e agora se colocava a apontar os sentidos a serem seguidos pelos *historiadores* brasileiros para serem capazes de escrever sua própria história. Essa conteria as respostas para seus incômodos do passado, as luzes que apontam os caminhos futuros e a compreensão do presente.

Contudo, o escritor bávaro não seria o único a propor uma forma de interpretação do Brasil, assim como de sua história. Uma das figuras que contribuíram fortemente para a formação de uma *historiografia* brasileira fora Francisco Adolfo Varnhagen. Filho de um alemão com uma portuguesa, nascido em 1816 na região de Sorocaba, seguiu o caminho de formação de muitos intelectuais e homens de estado brasileiro: em juventude passa a viver em Portugal para estudar no Colégio Militar da Luz. Durante as guerras de sucessão ao trono português que levariam o primeiro Imperador brasileiro a deixar ao trono, as Guerras Liberais, filia-se voluntariosamente, em terras lisboetas, nas forças do futuro D. Pedro IV. Alcançaria a titulação de engenheiro militar em 1839, quando já se lançava pelos universos das letras, sendo admitido, inclusive, como membro da Academia de Ciências de Lisboa no ano anterior.

Em 1840 retornaria ao Brasil, quando já fazia parte do corpo de correspondentes do IHGB, passando a frequentar as reuniões do Instituto e se aproximando do *corpus* intelectual daquela instituição que então traçava suas primeiras linhas acerca dos moldes de escrita da história nacional. Dois anos depois conseguiria obter a nacionalidade brasileira, assim, engaja-se na vida pública como do corpo diplomático. Varnhagen era, portanto, mais um dentre os muitos membros constituintes da formação do pensamento social e literário do oitocentos que vinculava suas atividades de escrita às atividades profissionais ligadas ao Estado.

A grande contribuição de Varnhagen fora a escrita de a *História Geral do Brasil*. Em Madrid publicaria o seu primeiro volume no ano de 1854 e três anos depois, o segundo. Escritor dedicado, não hesitou em tomar parte de suas posições historiográficas e opor-se às correntes indianistas⁸⁰, então com grande força dentro das

⁸⁰ Em texto anterior, de 1852, que fora nomeado “Como se deve entender a nacionalidade na história do Brasil” fazia uma crítica ácida a aqueles que tomavam o fator indígena como positivo. Segundo Varnhagen somente o elemento branco poderia ser tomado como aquele a constituir as fileiras da pátria do futuro. Os elementos retrógrados, bárbaros, bugres, deveriam ser esquecidos ou superados para que

fileiras dos que se dedicavam a escrita da história do Brasil, como era entusiasta o próprio von Martius. Seus primeiros escritos acerca da história brasileira continham ainda os resquícios da exposição ao indianismo, entretanto, os textos publicados então em sua estada na Espanha, consagravam essa postura outra. Os desafios do escritor não eram poucos: o indianismo era tomado por muitos como o cânone da formação da nação brasileira, sendo pilar de pensamento para quase totalidade membros ativos do IHGB que contavam com a proteção do Imperador D. Pedro II. Seria agraciado anos mais tarde com o título de Visconde de Porto Seguro, mas vivendo sempre determinado ostracismo, imposto pelo seu antagonismo ao indianismo forte e ainda corrente nas letras brasileiras⁸¹. Sua obra, assim como as disposições de von Martius, são basais para a compreensão da escrita da história que era então feita para a compreensão da nação. Os desafios eram muitos e as barreiras não tão facilmente transponíveis. Mas, gradativamente foram consolidando-se as ideias acerca da história brasileira, nos debates, nos diálogos e nas consonantes intelectuais oitocentistas.

As batalhas que seriam travadas para o desenho da nação brasileira não seriam facilmente vencidas. Viu-se que a construção do ideal nacional passa pelo estabelecimento de ritos e invenção de tradições então reconhecidas por um povo. Além disso, foi possível perceber que com relação a tal seara, no contexto brasileiro do século XIX, o Estado, principalmente durante o reinado de D. Pedro II, assumira para si parte da responsabilidade do delineamento da nação, fomentando movimentos e organizações que expandiram suas ações da literatura à constituição de uma historiografia nacional. Contudo, caberia somente a esses dois pilares a construção do ideal nacional? A construção de nosso argumento aponta negativamente para tal questão.

Nas imagens acerca construídas sobre o Brasil, desde sua ocupação pelos portugueses até o oitocentos, uma presença é constante – como anunciado no início do capítulo – o exótico. Aquilo que pode ser tomado por várias vertentes: o esquisito, o

fosse possível alcançar o progresso. O atraso da vinculação com o fator indígena só viria a ser um empecilho para o desenvolvimento nacional.

⁸¹ Ainda assim o autor é tomado como pai da historiografia brasileira. Apesar de cronologicamente não ser o primeiro trabalho direcionado para esse fim a obra de Varnhagen ganhou respeitabilidade pelo esforço e volume de seus esforços analíticos, vindo a ser um dos cânones da historiografia nacional, figurando como aquele que traçou um dedicado estudo sobre a nação e para a nação. Como afirma Manoel Salgado “Uma história geral do Brasil correspondia à necessidade de uma nação em busca de sua própria identidade. Sua interpretação da história brasileira pretendia fornecer não só a seus contemporâneos, mas também às gerações futuras, possibilidades para uma identificação nacional.” (GUIMARÃES, 2007, p. 225).

extravagante, o desconhecido, sempre esteve presente nas descrições sobre essa terra, desde os seus primórdios. E não é sem motivo que tantas correntes escolheram o indígena para ser a imagem idílica de fundação da nação: é ele também constitutivo dos elementos que compõem o quadro natural que marcara a história desse país e povo segundo as enunciações do período.

A natureza era o desconhecido a ser revelado. Nos primeiros discursos guardava o sentido da salvação, era o éden, o paraíso terrestre, assim como seus habitantes eram como o Adão e Eva – ímpios, mas preparados para receberem os ritos batismais oferecidos em prol de sua salvação. Com o avançar dos tempos, mostrou-se árida, impetuosa, impenetrável. O “sertão” para os homens dos seiscentos e setecentos era o espaço no qual o perigo fazia-se, então, mais presente. As doenças, o bugre tapuia, os encantamentos dos seres da floresta, o canto do uirapuru, tudo representava os perigos da terra que escondia em suas entranhas o eldorado, sonhado, mas distantes.

A ilustração retiraria o véu do assombro para revelar o desconhecido. E ao incômodo hiato a necessidade da busca de verdades para ocuparem o vazio. As ciências naturais passariam a ocupar o lugar de destaque na compreensão do vivaz quadro da exuberância dado aos brasileiros e configurado como natureza. E essa comporia junto a toda a ritualística criada importante papel no sentido de composição do ideal nacional. No próximo capítulo trataremos mais dedicadamente sobre essa questão, chamando atenção à atuação do Museu Nacional e para suas contribuições.

3. *In media res.*

Todos os oráculos têm o falar dobrado, mas entendem-se. Natividade acabou entendendo a cabocla, apesar de lhe não ouvir mais nada; bastou saber que as coisas futuras seriam bonitas, e os filhos grandes e gloriosos para ficar alegre e tirar da bolsa uma nota de cinquenta mil-réis

Machado de Assis, Esaú e Jacó

A fala dos oráculos. Desde a mais longínqua tradição, seja ela grega, latina, indígena ou iorubá, os oráculos detêm o dom de predizerem o futuro entre as sombras. Natividade procurava entre as tradições populares a sabedoria ancestral que vaticinaria o futuro de seus dois filhos. Mas, o que escondera a cabocla, era o futuro incerto dos gêmeos, que como as personagens bíblicas digladiar-se-iam no futuro. Os incômodos que sentira em seu ventre durante a gestação eram o presságio ignorado do futuro incerto. A vidente encobrira da aflita mãe a maledicência clara do porvir. A grandiosidade das promessas de um futuro auspicioso são acalentadoras para a progenitora, mas tal futuro não viria a concretizar-se como desejado.

A incômoda obra de Machado de Assis é o penúltimo romance a ser publicado pelo autor, já no ano de 1904, período no qual se viviam intensas transformações físicas e estéticas em um Brasil já Republicano. O autor, desde as primeiras frases do locutor – Aires – perpassa por vielas, ruas, espaços que em muito breve seriam transformados. O próprio Morro do Castelo, espaço do encontro das personagens de nossa epígrafe viria a baixo em nome do médico-sanitarismo, do progresso, do futuro. A ambiguidade que tão é tão presente na pena do autor na referida composição, não é bem aceita nos idos iniciais do século XX. A ordem era a palavra e ação do momento; o velho e desordenado deveriam ser abandonados, esquecidos e apagados.

As primeiras décadas de republicanismo no Brasil são um período de reorganização. As marcas da velha monarquia deveriam ser apagadas e tudo que fosse novo deveria ocupar o lugar do ultrapassado. O ímpeto devastador fora tão intenso que já nos anos iniciais do século passado o período monárquico era quase uma vaga lembrança de um regime a muito ultrapassado. Os projetos imperiais receberiam uma ressignificação, ou uma repaginação, para o novo momento, e assim, os espaços, os significantes, as práticas sociais e políticas, selariam uma nova realidade. Contudo, o

que pode explicar a queda dos Bragança e a destruição dos signos monárquicos? Como todo o programa que fora desenhado, principalmente durante o Segundo Reinado, pode mostra-se tão frágil ao ponto de ruir frente a um movimento militar instalado em 1889? Para dar respostas a parte dessas pergunta faz-se necessário retornar algumas décadas.

Alguns grandes eventos marcam a falência do regime monárquico brasileiro e uma parte significativa remonta ao período mais áureos do governo de D. Pedro II e de maior sucesso de seu mando. Entre as décadas de 50 e 70 do oitocentos, o Brasil vivia um período de grande sucesso econômico alimentado pela cultura cafeeira⁸². Mantendo a tradição, que se estendia desde os tempos coloniais, a matriz agroexportadora renovava-se com essa nova inclinação produtiva. O café, reconhecido estimulante, alimentaria as necessidades produtivas do Novo e do Velho Mundo entrando para as práticas alimentares e sociais dos setores menos e mais abastados seus ramos laureavam as armas imperiais junto com os de fumo. As riquezas nacionais eram exuberantes; o exótico e grandioso eram marcas constantes das insígnias monárquicas e construíam o panteão dos elementos que representavam o Império, o qual gradativamente tornava-se mais maduro.

A produção cafeeira fez do Vale do Paraíba, região entre as províncias de Rio de Janeiro e São Paulo, em um dos principais centros produtivos brasileiros, nele formara-se uma forte elite agrária, os Barões do Café, com grande intervenção na esfera política nacional, e bem como detentores de grande prestígio. De acordo com as diretrizes da época, o Brasil tinha um imperador e um rei: o primeiro D. Pedro II, o segundo o café. A expansão produtiva levou tal produção para o interior de São Paulo, região que passaria a ser conhecida como “Oeste Paulista”. Em tal espaço, ganharia a produção cafeeira ainda mais força graça às melhores condições produtivas e de distribuição. Distante da corte as elites cafeicultoras paulistas fortaleciam-se economicamente e gradativamente adquiriam maior presença política. Ideias autonomistas começariam a sobressair dentre os mesmos, a estrutura política e hierárquica vigente passaria a não mais interessar a tal grupo e a mudança de inclinação no tocante ao apoio ao regime monárquico fasear-se-ia cada vez mais presente.

⁸² Somem-se à produção cafeeira outros gêneros agrícolas que também compunham a carta de exportações brasileiras tais como a cana de açúcar e o algodão que viveu um período de intensa expansão durante a Guerra Civil nos Estados Unidos (1861-1865) ocupando espaços no mercado internacional que eram próprios dos produtores norte-americanos.

É justamente em meio a essa efervescência de transformações econômicas que o Brasil vivenciaria uma das páginas mais conturbadas de sua história. Trata-se aqui do conflito que seria consagrado na historiografia brasileira como Guerra do Paraguai, mas que entre os platinos é também conhecida como Guerra da Tríplice Aliança, ou ainda como Grande Guerra, no caso específico dos paraguaios. Durante a segunda metade do século passado a historiografia brasileira, principalmente aquela identificada com as posturas marxistas e/ou estruturalistas, desenhou um conflito alimentado pela ingerência inglesa frente a um Paraguai que da promissora expansão econômica e social passara a ser lugar da destruição política, social, econômica e moral.

Contudo, uma postura mais contemporânea tem procurado perceber o conflito fora da dualidade dominador-dominado, imperialismo europeu-subserviência latino-americana. Essa guerra é tratada como mais um, dos muitos congêneres, atritos na América do Sul, que envolvem, dentre outros elementos, os limites geográficos e questões geoestratégicas como a questão da livre navegação em rios e em bacias hidrográficas em geral. Iniciada em 1864 foi fruto de choques na região que envolve não somente as ações determinadas pelo presidente paraguaio Solano López, como também inclui as posturas, intervencionistas, do governo brasileiro, como no caso do conflito envolvendo Manuel Oribe e Juan Manuel de Rosas no Uruguai⁸³.

O conflito, tido como o maior das Américas durante o século XIX, estendeu-se de dezembro de 1864 a março de 1870 consumindo em termos materiais e humanos números expressivos. A vitória final da Tríplice Aliança deu-se após uma sangrenta caçada ao presidente paraguaio durante o último ano do conflito. No cenário brasileiro, o apoio que era dado ao conflito, intenso no período inicial da guerra, foi esmaecendo-se. Das falas públicas às privadas perdia-se o ânimo com o conflito e com as duas decorrências. Ao final restaram os gastos, os mortos, e um mórbido troféu: Solano López que cercado pelas tropas em Cerro Corá acabaria encerrando com a própria vida o fim da guerra.

⁸³ De acordo com Francisco Doratioto, “A intervenção de Rosas na Guerra Civil Uruguia, em apoio aos blancos contra os colorados, não era bem vista pelo Império do Brasil, que temia pela independência da República Oriental do Uruguai” (DORATIOTO, 2002, p. 26)

Ao final do conflito os prejuízos eram maiores do que os louros da vitória. Não foram somente os cabelos do monarca que perderam a cor, sua imagem também passa a perder a mesma força de outrora⁸⁴. Nas palavras de Lilia Schwarcz

Mas a guerra fez mais: imprimia marcas profundas na imagem pública de D. Pedro II. Nos últimos dois anos do embate, quando o conflito estava praticamente acabado, o imperador tomou como uma questão pessoal a tarefa de caçar o “caudilho Lopez”, o que acabou lhe custando bastante caro. Por fim, foi o Exército que o Estado imperial criara durante aquela querela, em padrões mais modernos e organizados, que ajudou a derrubar - juntamente com o Partido Republicano Paulista - a monarquia. Não são poucos, portanto os reflexos dessa guerra nos destinos do Império Brasileiro. (SCHWARCZ, *op. cit*, p. 295-296).

A autora já adianta um segundo elemento que provocaria um crescente incômodo no cenário político nacional: o fortalecimento do republicanismo no Brasil. Já em 1870, mesmo ano do fim da Guerra contra o Paraguai, é lançado no Rio de Janeiro o *Manifesto Republicano*. O documento publicado em dezembro do referido ano trazia entre os signatários nomes dos mais diversos ramos e atividades da corte de funcionários públicos a advogados, de médicos a jornalistas. Destacavam-se dentre tais nomes as figuras de Quintino Bocaiúva, que acabaria por ser o principal nome da corrente que passou a ser conhecida como *evolucionistas* e Joaquim Saldanha Marinho, advogado, político influente ex-presidente de província, deputado Mestre maçônico do Grande Oriente. José Murilo de Carvalho chama a atenção para o fato de que

O Manifesto do Partido Republicano de 1870, publicado no Rio de Janeiro, refletia o pensamento liberal clássico mais do que qualquer outra coisa. Sem dúvida, o Manifesto também pedia o federalismo, como claramente o indica sua famosa dicotomia: “centralização-fragmentação; descentralização-unidade”. Mas que todo o Manifesto era dedicado ao ataque aos desvios do

⁸⁴ No início da década de 60 a popularidade de D. Pedro II estava em plena expansão. Eventos que envolveram uma forte posição do monarca e de seu corpo diplomático cativavam os ânimos populares. Exemplo foi o desentendimento diplomático entre o Brasil e a Inglaterra que desse hemisfério do Atlântico ficou conhecido como Questão Christie. Em 1862 abriu-se um litígio entre os dois estados alimentado por ataques feitos pelo representante inglês no Brasil Willian Dougall Christie. Depois de inúmeras ações agressivas tomadas pelo lado britânico a questão foi julgada pelo rei da Bélgica Leopoldo I da casa dos Saxe-Coburgo- Gota que deu ganho de causa ao Brasil. Diante da negativa do governo inglês de acatar a decisão o Imperador brasileiro rompeu os laços diplomáticos com aquele país. As relações só foram reatadas dois anos depois quando D. Pedro II estava em Uruguaiana, durante a Guerra com o Paraguai, e um representante do governo inglês reconheceu a culpa de seu governo em toda a querela.

governo representativo por parte do sistema político brasileiro. Verdade democrática, representação, direitos e liberdades individuais eram os pontos fundamentais do Manifesto. O fato não surpreende, pois muitos dos signatários vinham de fileiras radicais, inclusive Cristiano Ottoni, irmão de Teófilo Ottoni. (CARVALHO, 2010, p. 208).

Inicialmente o programa instituído por tal grupo não diferia muito das tendências liberais, com exceção clara do regime político defendido, ora pendendo a um maior conservadorismo, ora assumindo uma postura mais *jacobina*. Contudo, os alcances do manifestos seriam perceptíveis apesar das diferentes interpretações que criaria. Em Minas Gerais e em São Paulo o impacto foi quase imediato, sendo seguido do Rio Grande do Sul. Nas regiões norte e nordeste os desdobramentos são pouco perceptíveis quando não nulos.

Em São Paulo o movimento republicano ganharia corpo na chamada Convenção de Itu em abril de 1873. A instabilidade gerada pela lei do Ventre Livre de 1871 e o fechamento do Jornal *A República* em fevereiro daquele ano acabaram por amalgamar a formação do um grupo que apresentava uma heterogeneidade de origens e posicionamento político, mas que passaria a alimentar um desejo comum de por fim ao sistema monárquico no Brasil. A criação do Partido Republicano Paulista é um marco do desenvolvimento das tensões políticas que envolviam a própria estrutura hierárquica da monarquia. Segundo José Murilo de Carvalho

Os paulistas não se deram ao trabalho de publicar manifestos, dedicando-se antes a criar uma sólida estrutura organizacional com base em células municipais. Na primeira convenção do partido, realizada em Itu em 1873, 17 municípios se achavam representados, e no primeiro congresso, reunido neste mesmo ano na capital, o número de municípios que enviaram delegações subia a 29. Nesse congresso foi eleito um Comitê Executivo permanente para coordenar as atividades das células municipais. A consequência de tudo isso foi que, ao final do Império, os republicanos paulistas constituíam o único grupo político civil organizado, num claro contraste com os republicanos do Rio de Janeiro, que nunca conseguiram formar um partido sólido. (CARVALHO, op. cit., p. 208-209)

Em linhas gerais, constrói-se um cenário no qual as transformações são perceptíveis, mas não indicam um futuro concreto.⁸⁵ Por mais que existisse, a partir de

⁸⁵ Segundo Angela Alonso temos que “a nova estrutura de oportunidades políticas, portanto, constituiu um espaço público, ampliou o número de seus participantes potenciais e delineou uma nova agenda de

então, doutrinas que se colocassem em posição diametralmente oposta ao regime vigente o mais ousado dos republicanos talvez não acreditasse que em menos de duas décadas o regime monárquico ruiria no Brasil. Forjava-se, então, um novo teatro marcado por transformações de toda a ordem política, econômica e social do império. A geração que alcança espaço na década de 70 encontra um cenário novo que é caracterizado pelo surgimento de novos caminhos a serem traçados e percorridos. Ares de modernização, ainda que conservadora, espalhavam-se sobre a elite política imperial sendo fruto das novas estruturas hierárquicas e de novos espaços de desenvolvimento. Contudo, em meio a esse turbilhão de mudanças como ficam os projetos construídos pelo Império até então? São abandonados, ou prosseguem em sua funcionalidade *no meio das coisas*? Dedicar-nos-emos nesse capítulo a compreender as práticas científicas e o discurso criado a partir das mesmas na construção das imagens geradas para a solução da questão nacional e de sua construção para apreciação externa. Para tanto seguiremos na análise das atividades naquele que é considerado o principal *locus* das ciências no Brasil durante o oitocentos: o Museu Nacional.

3.1 Um lugar de fala

Michel de Certeau (1982) ao analisar o papel do historiador em um de seus estudos mais reconhecidos, *A operação Historiográfica*, chama a atenção para o fato de que o discurso produzido pelo historiador é fruto de um *lugar de fala* bastante específico: formado pelas esferas políticas, socioeconômicas e culturais que envolvem o agente e o caracterizam: um *não dito* que deve ser levado em consideração pela eloquência do silêncio. Quando escreve deixa linha a linha, espaço a espaço, vírgula a vírgula, em cada espaço de interlocução, os traços de seu ferrete. A presença é silenciosa e indelével, mas tende, e deve, ser desvelada.

temas e problemas. Nesse cenário, grupos sem acesso às instituições políticas imperiais puderam exprimir seis dissensos. Vários deles escreveram panfletos e artigos de jornais e fizeram comícios e transformações a partir de finais da década de 1870 (...) Os membros do movimento da geração 1870 distribuem-se em círculos concêntricos, de distanciamento progressivo em relação a um ou ambos os centros de poder do império: o poder social da sociedade de corte, cujo núcleo era o imperador, e o poder político, o controle das instituições de comando do regime sob hegemonia do partido conservador”(ALONSO, 2009, p. 90). Apesar do surgimento de novas vertentes no cenário político nacional os *saquaremas* ainda tinham grande força e continuariam tendo até o ocaso do Império e até certo alcance ainda apresentam alguma proeminência política.

Ao analisarmos a atuação de uma instituição devemos procurar os meandros que se translucidam em sua organização, nas suas ações, e principalmente em suas enunciações. Não deve, o agente analítico, deixar-se convencer pelo claro e explícito: o que não é aparente é dotado de uma importância tão vital quanto o que é explícito. Ao vasculhar as primeiras referências de narrativas históricas criadas acerca da história do Museu Nacional deve-se estar atento para os enunciadores, assim como se deve ter o mesmo cuidado ao debruçar-se sobre a documentação disponível para compreendê-lo.

Desde a última reforma organizacional, a de 1842, vivia o Museu um intenso período no qual se debatia a sua função, utilidade e papel a serem desempenhados. Contava nesse período com sete salões no pavimento superior e uma sala que atendia ao serviço da Secretaria e Biblioteca e mais oito salões no piso inferior⁸⁶. (Numismática e Artes Liberais, Arqueologia, Usos e Costumes das Nações Modernas), duas salas de Botânica, uma contendo modelos de máquinas, e os restantes encerravam armários com minerais, rochas dentre outros espécimes, servindo uma dessas salas de depósito do Laboratório de Química e de Gabinete de Física, que tinha espaço próprio em anexo atrás do edifício construído em 1849. O grande salão térreo, contíguo a parte do edifício ainda não terminada, servia à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (que seria a responsável pela criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838) e para as aulas do Conservatório Imperial de Música. Estava o Museu franqueado à visitação aos domingos, das 10 da manhã à uma a tarde, sendo possível aos interessados em

⁸⁶ No breve espaço que coube a reorganização do Museu no relatório do ano de 1841 encontramos: “Autorizado pela Lei de 26 de setembro de 1840, de o Governo ao Museo Nacional, em Decreto de 3 de Fevereiro do anno passado, a organização, de que tanto necessitava para melhor classificação dos productos. Acha-se dividido em quatro Secções, sendo huma dellas de Anatomia Comparada e Zoologia; outra de Botanica, Agricultura, e Artes Mechanicas; a terceira de Mineralogia, Geologia e Sciencias Physicas; a ultima de Numismática e Artes Liberaes, Archeologia, usos e costumes das Nações Modernas: cada huma das Secções tem hum Director, e se lhe darão os Ajudantes, que forem precisos com relação ao numero das subdivisões: os diversos Directores formão hum Conselho Administrativo ao qual o Governo para esse fim nomea, e he este o Director Geral do Estabelecimento. (...) Quanto ao edificio do Museu, o Governo tem ordenado a sua continuação e espera que o habiíteis com os meios necessários para concluí-o.” Relatório do Ministro dos Negócios do Império – 1841. Disponível em <http://brazil.cr1.edu/bsd/bsd/u1712/000016.html> acessado em 12/1/2012. Já no curto relatório do ano seguinte “No relatório antecedente fostes informado da nova orgazisação do Museo Nacional; e sendo esta organização scientifica, a mais apropriada, que se podia dar aquelle Estabelecimento, o Governo intenta conservá-la intacta: mas procura reduzir as despesas de maneira, que se limitem á quantia anteriormente consignada. A obra de continuação do edificio foi ha pouco suspensa, por poder deferir-se para quando em melhores circumstancias se acharem as nossas finanças.” Relatório do Ministro dos Negócios do Império – 1842. Disponível em <http://brazil.cr1.edu/bsd/bsd/u1713/000006.html> acessado em 15/1/2012. Mesmo com o reconhecimento da importância da Instituição os problemas estruturais são uma constante a ser observada, assim como o envio de verbas para manutenção e reformas.

consultas aos objetos e coleções todos os dias no mesmo horário⁸⁷. O Museu manteria uma estrutura organizacional similar por pelo menos três décadas. Três diretores estiveram a frente da instituição, além de Custódio Alves Serrão, nesse período: Frederico Leopoldo César Burlamarque (1847-1866), Francisco Freire Alemão (1866-1874) e Ladislau de Souza Melo Neto (1875-1893).

O Museu articulava as funções de guarda e análise dos espécimes naturais, vegetais e minerais representativos das riquezas brasileiras, assim como o registro das populações autóctones que completam o complexo teatro exótico dos estudos relacionados à história natural, desenvolvidos no Brasil. Contudo, apesar da importância nesse prodígio desafio de desvelar o desconhecido e pitoresco à nação, e colaborar para a construção de sua própria imagem, os problemas eram constantes. Precavendo-se de qualquer comparação anacrônica, a reclamação do corpo administrativo da instituição era constante. A não apropriação do espaço, salários atrasados, falta de materiais, são reclamações constantes perceptíveis na documentação administrativa e nas petições enviadas pelo Diretor, e pelo próprio Conselho, para os órgãos competentes. Lopes ilustra que

embora as coleções do Museu se ampliassem, entre os anos de 1840 e 1850, apesar de toda a situação adversa de falta de salários, pessoal e espaço para as coleções, quando Hermann Burmeister – o naturalista alemão que a partir de 1862 seria o diretor do Museu de História Natural de Buenos Aires – o visitou pela primeira vez em 1850, parece que as exposições não haviam experimentado ainda consideráveis alterações. As salas abertas ao público continuavam sendo oito, e Burmesier, de modo contraditório vai considerar, de um lado, que o Museu é um “instituto científico de valor” e, de outro, que não havia “método científico”, nem “coleções completas de obras indígenas ou do país”. Os pássaros, em sua maioria europeus, continuavam mal preparados, embora alguns fossem de grande valor por sua raridade. A coleção de minerais continuava, sem dúvida, também na sua opinião, a parte mais importante e preciosa de todas. Burmesier ainda menciona a sala dos sarcófagos de múmias e a sala dos mamíferos, onde os macacos predominavam. Mas seu principal interesse – a Zoologia Comparada dos grandes mamíferos quaternários, que ele encontraria na Argentina e que, no Brasil, apenas Lund pesquisava em Lagoa Santa – apenas começava a se instituir, não existindo ainda, de fato exemplares montados no Museu. (LOPES, *op. cit.*, p. 97)

⁸⁷ Informações obtidas do Almanaque Laemmert, disponível em <http://www.crl.edu/content/almanak2.htm> — ano 1850 p. 70. Acesso em 10/12/2011.

O relato do visitante estrangeiro é significativo. Apesar do esforço de manutenção de práticas constantes que dessem conta das obrigações científicas do Museu as dificuldades eram inúmeras, não só materiais, mas também humanas. Faltavam coletores que pudessem contribuir para o aumento gradativo das coleções, e obviamente, que pudessem alimentar os trabalhos realizados pelo mesmo. O lugar de fala estava constituindo-se, mas faltavam-lhe, ainda, maiores direcionamento de verbas e de investimentos por parte do governo. Necessários eram, outrossim, instrumentos de barganha com instituições, nacionais e estrangeiras, assim como lentes em História Natural que se prestassem ao serviço tão necessário para o seu pleno funcionamento.

Tal contexto altera-se sensitivamente a partir de 1868. Passaria a Instituição a ser tutelado pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em lugar do Ministério dos Negócios do Império. A mudança acarreta uma transformação da própria lógica do fomento e de funcionalidade. Nesse sentido Regina Cândido Ellero Gualtieri considera que

essa transferência, evidentemente, estava relacionada com as expectativas que se nutriam quanto ao papel que o Museu poderia desempenhar naquele momento, em que a economia nacional prosperava, em função, sobretudo da expansão continuada da cafeicultura. Ao mesmo tempo, a economia diversificava-se e determinadas atividades tomavam impulso, incluindo a produção fabril e artesanal. (GUALTIERI, 2008, p. 32)

O relatório do Ministro do mesmo ano trata das necessidades a que o Museu dispunha, bem como do papel que deveria cumprir e que de maneira geral não estava sendo plenamente executado. Além disso, salienta que

o Museu Nacional no estado em que se acha, não pode prestar o serviço e auxílio, que as sciencias e as artes deve. Com um pequeno sacrificio, durante alguns annos, pode-se eleval-o á altura de sua missão, sendo para isto tão somente necessária a aquisição de collecções dos nossos três reinos naturaes, que, dotando-o de tudo quanto respeita á historia natural, igualmente o habilitem a obter productos estrangeiros por meio de troca com estabelecimentos analogos de outros paizes, avidos de manterem com ele este mutuo commercio^{88 89}.

⁸⁸ Relatório do Ministro da Agricultura Comércio e Obras Públicas – 1868. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1953/000021.html> acessado em 15/1/2012.

⁸⁹ Na sequencia o Ministro ainda chama a atenção para as necessidades de ampliação do edifício do Museu que não seriam capazes de acomodar de maneira suficiente as suas coleções. O problema espacial permaneceria e, em parte, só seria resolvido após a dissolução da Monarquia quando é transferido para o antigo Palácio Imperial em São Cristóvão.

As atividades a serem desenvolvidas eram significadas nos interesses gerais dispostos. Não só a promoção das ciências, mas também colaborar para o desenvolvimento da indústria e artes eram prerrogativas que sempre aparecem nas falas, por mais distintas que fossem acerca do papel ao qual o Museu estava preso. Inaugurar-se-ia um período no qual o papel a ser desempenhado pelo Museu ganharia outra tonalidade, ao menos, no que diz respeito à postura do Ministério ao qual se vinculava. Seguindo a lógica, a qual se referiu à autora supracitada, o desenvolvimento econômico alcançado pela atividade agroexportadora exigia que os intentos de produção de conhecimento sobre todo o universo que envolve a produção de gêneros agrícolas⁹⁰. A ligação entre a visão constituída de um Brasil produtor de gêneros tropicais, atendendo aos interesses dos mercados externos não era nova, tampouco caíria em desuso. As armas imperiais eram prova disso: laureadas pelo café e pelo fumo eram o símbolo máximo dessa tradição.

Apesar dos esforços no sentido de oferecer melhores condições para o funcionamento do Museu à situação parece ter se alterado significativamente. O relatório do Ministro do ano seguinte à transferência para o Ministério da Agricultura é alarmante. No decorrer do texto um tom quase melancólico é perceptível e as mazelas do funcionamento da instituição são relevadas, como podemos perceber em:

O apreço que os povos civilizados têm os Museus contrasta sensivelmente com o quasi abandono em que tem estado o unico, por assim dizer, que possui o Imperio. Entretanto é fato averiguado que, sobre prestarem poderoso auxilio ao estudo das sciencias, exercem influencia decidida no desenvolvimento da industria. Apesar da variedade e importância de suas riquezas naturaes, o Brasil possui um Museu pobríssimo de collecções de productos nacionaes, commummente reunidos em outros estabelecimentos semelhantes. (...) Peço-vos que attendendo a este assumpto de incontrovertida importância, habiliteis o ministerio a meu cargo a dar-lhe o desenvolvimento compatível com as nossas circunstancias e com a missão civilisadora que deve preencher.⁹¹

⁹⁰ Para além da funcionalidade prática que desejava o Governo Imperial prover o Museu, das atividades de exploração, identificação e catalogação das riquezas nacionais ainda restava as atribuições ligadas ao ensino.

⁹¹ Relatório do Ministro da Agricultura Comércio e Obras Públicas – 1869. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1955/000090.html> acessado em 15/1/2012.

O relatório continua chamando a atenção para a precariedade do que é desenvolvido e das inúmeras necessidades de ampliação e melhoramentos de que necessita a Instituição. Detém-se, também, em chamar a atenção para as ações desenvolvidas pelo chefe da Seção de Botânica Ladislau Netto no tocante ao aumento e conservação de coleções botânicas e mineralógicas. Vai além, ao chamar a atenção para a suas produções científicas, que serviam aos interesses gerais do Império, incluindo aí publicações no Diário Oficial, assim como um compêndio que conteria a história do Museu.

Ladislau de Souza Mello Netto (1838-1894) é uma das figuras mais imponentes da história do Museu Nacional durante o oitocentos. Alagoano transferiu-se para a Corte no ano de 1854, ingressando três anos mais tarde na Imperial Academia de Belas Artes, na qual não chegaria a concluir o curso. Integraria a Comissão de Estudos Hidrográficos do Alto São Francisco, em 1859, como desenhista, destacando-se posteriormente na classificação e identificação de espécimes botânicos o que lhe conferiu reconhecimento sendo premiado para estudar na França. No Velho Continente frequentou cursos na Sorbonne e no Jardim das Plantas de Paris. Posteriormente fora convidado pelo próprio Imperador para chefiar a Seção de Botânica do Museu Nacional, ingressando no ano de 1866 na Instituição.

A partir do início da década de 1870 assumiu interinamente a direção do Museu Nacional, cargo que passaria a desempenhar oficialmente a partir de 1876, momento no qual a própria Instituição viveria uma profunda guinada em sua trajetória. É citado pelo Ministro no relatório de 1869, assim como o seu *compêndio* acerca da história do Museu. O supracitado trabalho ao qual se referiu o representante do Estado é o primeiro esforço mais contundente para reunir a trajetória que vivera o Museu até aquele período: *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro*. O livro de 1870 é uma das principais, ou primeiras, fontes a serem consultadas por aqueles que se dedicam ao estudo acerca do Museu. Divide-se em duas partes: a primeira contém nove capítulos mais o epílogo, no qual o autor dedica-se a perpassar as nuances que marcaram o percurso do seu objeto central; na segunda debruça-se sobre os aspectos físicos do edifício e de suas coleções. Chama atenção o que antecede a tudo isso, uma espécie de apresentação, que Ladislau Netto dedica *Ao Leitor*. Nela, estabelecendo uma real interlocução com aquele que se dedica à leitura o autor transpira suas elucubrações em uma pena ácida que inclui até citações de Cícero.

Indubitavelmente o advento dos anos 70 do século XIX marcaria a trajetória do Museu Nacional, assim como de todo o cenário político e econômico que vivia então o Império Brasileiro. No relatório do ano de lançamento da obra supracitada o então Ministro da Agricultura Teodoro Machado Freire Pereira da Silva inicia sua análise do período chamando a atenção para o *Investigações Históricas* vertendo inúmeros elogios a Ladislau Netto, e em seguida chama a atenção para a necessidade de se firmar na Instituição a função de instrução pública, para além da exposição de espécimes naturais,

coube-lhes a missão de auxiliar a instrucção do povo, habilitando-o a conhecer, por meio de prelecções publicas a seu alcance, os recursos que o commercio, a industria e as artes podem tirar de nossos vegetaes e mineraes que admiram pela profusão e variedade, os homens mais doutos do mundo. Pelo regulamento actual são os directores do Museu Nacional obrigados a taes prelecções, mas quer a escassez das remunerações que percebem dos cofres publicos os obrigue a procurar recursos para a subsistencia por outros meios, e assim não lhes sobre tempo para aquelle fim, ou militem em outras causas que ignoro o certo é que não se tem realizado essas prelecções. Solicito que no orçamento respectivo consigneis uma verba razoável para que o governo possa incubar algum dos directores do Museu de explorações sem aparato official por certos e determinados pontos do paiz em proveito desse estabelecimento de sciencia. Homens aptos pela especialidade a que se tem dedicado só terão em vista ligar seus nomes ás descobertas e estudos que fizerem. As commissões apparatusas, quase sempre mallogradas entre nós, aconselham a renuncia desse systema. Escolhemos homens hábeis e profissionais em certos e determinados ramos, auxiliemol-os com meios materiaes de que necessitam, e os resultados não se farão esperar.⁹²

A atenção sempre constante dada às necessidades que envolvem a coleta e o aumento das coleções faz-se mais uma vez presente. Interessante é perceber uma determinada inclinação para a atuação individual e distante dos controles dos meandros estatais. Daí, novamente, a necessidade de fazer-se presente o alcance do Estado para direcionar toda atividade tendo como foco o desenvolvimento comum em detrimento de posturas mais personalistas ou idiossincráticas. Na sequência do relatório mais uma vez os problemas estruturais do Museu são levados a conhecimento do Governo e a solicitação de melhoras e ampliações é uma vez mais repetida.

A necessidade de reformas era alarmante. Preciso eram fornecer melhorarias às estruturas físicas do edifício para alocar a própria exposição, que competia com outras atividades ocasionalmente desenvolvidas no edifício (como o caso da SAIN, do IHGB

⁹² Relatório do Ministro da Agricultura Comércio e Obras Públicas – 1869. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1956/000070.html> acessado em 15/1/2012.

da Sociedade Velosiana⁹³) e dar melhores condições às secções e o desenvolvimento de seus trabalhos. Junte-se a esses elementos outro da mesma, ou superior, magnitude: as reestruturações administrativas. Sobre as mesmas, encontra-se no relatório do Ministro Cândido Borges Monteiro de 1871:

Cresce todos os dias a necessidade de reforma radical nesse estabelecimento que, embora já importante por suas riquezas, não está em condições correspondentes ao fim de sua instituição. Realmente é para estranhar que a capital do Imperio Brasileiro, tão oponente de productos naturaes, o Museu Nacional conte proporcionalmente tão pequeno numero de objectos da historia natural do paiz, sendo-lhe, no emtanto, facil possuirl-os em tão grande cópia, que pudesse pela permuta obter os que faltam de outros paizes.⁹⁴

Chamava mais uma vez a atenção do Governo Imperial para a necessidade de reestruturação da Instituição, relevando a sua importância. A eloquência do documento está na sua continuidade. Desde que passara à alçada do Ministério da Agricultura o tom apelativo e de denúncia estão sempre presentes. Continua, mais uma vez, alentando para os abismos existentes entre discurso e prática

assim o entendeu o legislador brasileiro quando, reorganizado o museu nacional e dando-lhe o regulamento vigente, prescreveu para os directores das respectivas secções a obrigação de fazerem cursos populares nos ramos de sua especialidade. Infelizmente nunca executou-se este artigo do regulamento, sendo certo, como vois foi dito no relatorio do anno passado (...) Uma das medidas de prompto poderia com utilidade ser tomada consistia em occupar, com esses objectos, o salão terreo em que actualmente a Sociedade Auxiliadora e o Instituto Fluminense de Agricultura celebram suas sessões.⁹⁵

O Ministro encerra seu relatório com um pedido curto e preciso às autoridades competentes: “Convém que autorizeis a reforma do Museu, arbitrando aos seus directores vencimentos que lhe assegurem meios de decente subsistência.”⁹⁶ A

⁹³ A Sociedade Velosiana de Ciências Naturais foi formada durante a década de 50 do século XIX, integrada principalmente por membros do corpo científico do Museu Nacional, com objetivos diversos ligados à História Natural. De existência não perene, teve na década de 70 daquele século o último grande intento de funcionamento e organização. Maiores informações consultar <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/socvelrj.htm#ficha> acessado 25/12/2011

⁹⁴ Relatório do Ministro da Agricultura Comércio e Obras Públicas – 1871. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1956/000070.html> acessado em 2/2/2012.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ Ibidem.

defendida reformulação do Museu não seria imediata. No ano seguinte persiste o Ministro da Agricultura, José Fernandes da Costa Pereira Junior, nas solicitações ao Governo Imperial, chamando a atenção para a aquisição de coleções por iniciativa do próprio Museu, mas afirma que tal ação não era suficiente para os propósitos pretendidos para a mesma. Considera que existe a necessidade de se estabelecer um elemento de propagação, de promoção das atividades desenvolvidas pela Instituição: “Uma das medidas que mais exigem as conveniências do Museu Nacional consiste em tornar conhecidos de outros institutos estrangeiros da mesma especie os tesouros que já possui”.⁹⁷

De fato, para além da exposição permanente e dos trabalhos publicados pelos seus lentes e pesquisadores não existia um instrumento de promoção das atividades desenvolvidas pelo Museu. Um aspecto cada vez mais latente é que o seu crescimento dependeria de uma forma de estar mais presente e reconhecido, seja no plano nacional ou internacional. Era preciso consolidar definitivamente o lugar de fala. E o de interlocução. Outro ponto, diretamente ligado às ciências, às políticas do governo e à própria construção de um novo imaginário acerca do Império Brasileiro, reside na significativa preocupação relacionada à organização do conjunto que serviria à Exposição Universal de Viena.

Não era a primeira vez que o Brasil participaria de uma Exposição Universal⁹⁸. Desde a 3ª Exposição Universal, a de Londres em 1862, era cativa a presença brasileira nesses grandes eventos. Em 1873 fora realizada em Viena, então capital do Império Austro-húngaro, a 5ª Exposição Universal que contara com representações brasileiras organizadas por uma comissão chefiada pelo Duque de Saxe e contando com os nomes do Barão do Porto Seguro, o Barão de Carapebús, o Barão de Nioac, Manoel de Araújo Porto-Alegre, Consul Geral do Brasil em Lisboa. Os resultados das exposições anteriores, segundo o Ministro,

⁹⁷ Relatório do Ministro da Agricultura Comércio e Obras Públicas – 1872. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1959/000036.html> acessado em 2/2/ 2012.

⁹⁸ As Exposições Universais eram grandes eventos realizados, principalmente, durante a segunda metade do século XIX. Nele as nações davam mostra de seu desenvolvimento, tornando públicas as suas imagens do desenvolvimento e de progresso. Existe uma larga bibliografia sobre a ocorrência e função das Exposições Universais, inclusive sobre a participação brasileira na mesma.

(...) colhidos nas Exposições Universais de Londres e Paris, realizadas aquella em 1862 e esta em 1867, foram poderoso incentivo para o Governo Imperial aceitar o convite que lhe dirigiu o de S. M. o Imperador da Áustria. Nessas pacíficas lutas da intelligencia e atividade humana, o Brasil lucrou grande vantagem de patentear a variedade e riqueza dos productos naturaes do seu solo, a excellencia dos seus generos agricolas, o adiantamento e progresso de alguns ramos de nossa nascente industria. Espera o Governo que os mesmos ou ainda melhores resultados colha o Imperio na Exposição Universal de Vienna, na qual daremos irrecusavel testemunho do florescimento da industria nacional, aproveitando a lição e experiencia dos povos mais adiantados com o exame e comparação das similares, ou das que podem ser naturalizadas entre nos.⁹⁹

Acrescentava ainda que naquela exposição deveriam ser distribuídos gratuitamente exemplares da Corografia do Brasil, e da monografia da cultura do cafeeiro e do seu consumo, que tinham sido produzidas por Joaquim Manoel de Macedo e Nicolau Joaquim Moreira.¹⁰⁰ Tentava colocar-se o Brasil entre as mais distintas expressões do desenvolvimento, mas as barreiras ainda eram bastante significativas. A imagem brasileira no exterior continuaria sendo a das suas riquezas naturais e excentricidades, contudo faltava mesmo maior organização e contração de esforços. Não seria ainda nessa exposição que o Brasil receberia seu grande destaque, tampouco maior atenção. A preocupação com a participação brasileira aumentava gradativamente sendo já exposta no relatório do ano seguinte a comissão responsável, assim como as indicação da realização de exposições nas províncias, e em 7 de setembro de 1874 na Corte, para a reunião dos itens que seriam enviados para a Exposição da Filadélfia que realizar-se-ia em 1876.

Em 1874 sofreria o Museu Nacional uma inestimável perda: a morte do botânico Francisco Freire Alemão. Médico, Botânico, ocupava a direção do Museu desde 1866. Fora um dos principais nomes da Comissão Científica de Exploração. Apelidada de a “Exposição das Borboletas”, pelos seus principais críticos, fora organizada pelo IHGB¹⁰¹ para realizar pesquisas nas áreas de botânica, mineralogia, zoologia,

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ No anexo G do mesmo ano há uma série de indicações de como deveriam portar-se os membros adjuntos da comitiva brasileira, cabendo a cada um dos nomes uma atribuição específica. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1959/000325.html>, acessado em 2/2/2012.

¹⁰¹ "Propomos que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro se dirija ao Governo Imperial, pedindo-lhe haja nomear uma comissão de engenheiros e de naturalistas nacionais para explorar algumas das províncias menos conhecidas do Brasil, com a obrigação de formarem também para o Museu Nacional uma coleção de produtos dos reinos orgânico e inorgânico e de tudo quanto possa servir de prova do estado de civilização, indústria, usos e costumes dos nossos indígenas" (Revista do IHGB, t. 19, 1856, p.12)

astronomia, geografia e etnografia, na Província do Ceará e arredores. Além da chefia de Freire Alemão contava com Guilherme Schüch Capanema - lente das ciências físico-naturais; Manuel Ferreira Lagos - encarregado dos trabalhos referentes à zoologia; as pesquisas relacionadas à etnografia estavam sob o comando do então já famoso poeta Gonçalves Dias, além de Astronômica e Geográfica, por Giacomo Raja Gabaglia, matemático e lente da Academia da Marinha.

Apesar dos inúmeros problemas relacionados à funcionalidade da Comissão desde a sua atrasada partida (fora organizada desde 1856, mas só partiu em 1859 permanecendo em campo até 1861) às críticas feitas em relação às suas finalidades, o saldo final fora bastante positivo. O Museu Nacional foi o local de guarda de grande parte dos espécimes coligidos e identificados, 46 caixões ao todo, recebendo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro muitos itens, especialmente relacionados à etnologia. O intento de organização da expedição colocava as práticas científicas nacionais mais próximas daquelas propagadas pelos grandes nomes do Velho Continente, e deixaria uma larga experiência para as futuras. Sobre a mesma fala-nos Maria Margareth Lopes

Implantar as ciências naturais em casa poderia significar também, à semelhança do que ocorria com os naturalistas europeus que nos visitavam, desejar maiores favores imperiais — buscar o mecenato e a situação de prestígio que muitas vezes se atribuiu a esses viajantes estrangeiros que recebiam pensões e proteções, ou reconhecimento e consideração social de parte da Corte e da sociedade da época. Porém, mais do que isso, tal qual a grande maioria das expedições estrangeiras do século XIX em que se inspirava, também a Comissão do Ceará era integrada pelos naturalistas profissionalizados nos museus e instituições científicas. Suas demandas integravam os esforços que estes homens de ciências faziam então, para consolidar sua atividade científica, enquanto um campo de conhecimentos autônomo, que lhes conferisse prestígio político e reconhecimento profissional de forma não dissociada da pretensão de contribuir para as ciências universais, que, julgavam, não tinham pátria. (LOPES, 1996, p. 62)

3.2 A nova roupa do rei

Ladislau Netto, que já exercia interinamente o cargo de diretor do Museu Nacional, tornar-se-ia figura cada vez mais presente e sua ação marcaria profundamente a trajetória da Instituição. As reformas, até então tão desejadas, começariam a serem desenhadas. Pelo Artigo 20 da lei nº 2640 de 22 de setembro de 1875, confirmado pelo

Decreto nº 6116 – de 9 de fevereiro de 1876, fora aprovada a reorganização do Museu Nacional

usando da autorização a que se refere o art. 20 da Lei nº 2640 de 22 de Setembro do anno proximo findo, Hei por bem Reorganizar o Museu Nacional, nos termos do Regulamento, que com este baixa, assignado por Thomaz José Coelho de Almeida, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em nove de Fevereiro de mil oitocentos setenta e seis, quinquagesimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Thomaz José Coelho de Almeida.¹⁰²

No Regulamento a que se refere o decreto o Museu é definido como uma instituição destinada ao estudo da História Natural, em particular a do Brasil, sendo responsável pelo ensino das ciências físicas e naturais, em especial relacionada à aplicação na agricultura, na indústria e nas artes. Sendo, por esse efeito, sua responsabilidade promover a guarda e conservação de produtos naturais e industriais que sirvam a essa finalidade. A lógica prática que era dada às praticas científicas tinham total ligação com os projetos desenhados e colocados em prática pelo Império brasileiro. Isso mais dos que simplesmente ser um espaço de organização e guarda de espécimes que pudessem representar a nação era necessário contribuir para o seu desenvolvimento. O programa de construção do ideário nacional era composto não somente pela eleição de seus signos e mitos, mas também pela construção de um futuro no qual o progresso, dentre de suas possibilidades, fosse presente. Uma reanimação das atividades científicas ganharia espaço e fôlego, como chama atenção João Batista de Lacerda

a nova reforma começara bem auspiciada: sentia-se que havia um certo entusiasmo no trabalho, o desejo de erguer alto a reputação do Museu, e fazel-o estimado ao publico e do governo da nação. Trabalhava-se com afincos nos laboratórios e gabinetes; reviam-se as collecções, substituindo-se os vellos especimes estragados, por outros recentemente preparados; enchiam-se os armarios; reuniam-se os ossos esparsos para compor os esqueletos; aproveitavam-se as pelles; dava-se uma apparencia esthetica ás collecções expostas; pregavam-se novos rótulos, e substituiam-se as denominações genericas antigas por outras modernamente adoptadas. (LACERDA, 1905, p. 44 – 45)

¹⁰² Coleção de Leis do Império do Brasil - 1876 , Página 205 Vol. 1 pt. II.

A transformação das estruturas administrativas superavam as simples recomposições de funções e seções: marcavam uma reorientação das convenções científicas existentes no Museu. As quatro seções anteriores eram reduzidas a três – a 1ª de zoologia geral e aplicada, e paleontologia vegetal; a 2ª de botânica geral e aplicada, e paleontologia geral; a 3ª das ciências físicas: mineralogia, geologia e paleontologia geral – acrescentando-se um campo anexo, sob tutela do diretor, que reuniam os estudos de arqueologia, etnografia e numismática, enquanto não fosse criado um estabelecimento especialmente dedicado a essas funções.

Além do diretor geral, cada seção ganharia seu próprio diretor, além dos subdiretores. Reunir-se-iam a esses um secretário, um amanuense, um bibliotecário, um porteiro, um contínuo, seis praticantes, três preparadores e naturalistas viajantes, que teriam o número fixado pelo Ministério da Agricultura, compondo o corpo administrativo e científico do Museu.

Ao diretor geral recorreriam atuações bastante específicas: a presidência do Conselho Diretor, a nomeação dos naturalistas viajantes ou auxiliares externos, propor os nomes que ocupariam os cargos de maior importância na hierarquia administrativa, assim como indicar os serventes e designar os preparadores das respectivas seções, submeter ao Ministério anualmente, sempre no último dia de fevereiro, relatório contendo todas as atividades científicas desenvolvidas bem como a indicação das necessidades existentes e que deveriam chamar a atenção ministerial. Apesar da grande evidência de funções a serem desempenhadas pelo diretor, junto a ele atuaria o conselho diretor, que era composto pelo mesmo juntamente com os outros diretores, e subdiretores, responsáveis por cada seção. Era esse conselho a principal instância deliberativa existente. Ficava sob sua responsabilidade organizar os cursos públicos, o regimento interno, indicar a comissão responsável pela redação do *Archivos do Museu Nacional*¹⁰³, submeter ao Ministério os termos para os concursos a serem realizados para ocuparem as vagas a serem ocupadas ou remanescentes, conferir os títulos de membros correspondentes, além de ser responsável pelo zelo do regulamento então aprovado.

A cada diretor de seção uma atribuição também fora designada, em grande parte relacionadas às atividades científicas desenvolvidas pelo mesmo, como classificar os objetos que estiverem sob sua guarda, organizar os catálogos declarando o estado das

¹⁰³ Ver subcapítulo 3.1- Nas páginas o que está escrito?

coleções e de serem responsáveis por lecionar sob as respectivas áreas do saber nos cursos públicos. Os cursos públicos, criados pelo regulamento de 1842, deveriam cumprir com o papel do ensino científico que fora colocada sob responsabilidade do Museu Nacional. As matérias deveriam ser lecionadas em lições regularmente dispostas semanalmente, cujos responsáveis seriam os próprios nomes que compunham as estruturas do Museu, sendo estabelecidos os nomes e as cadeiras por iniciativa do conselho diretor.

Em 10 de março daquele ano, anunciava o Jornal do Comércio que os cursos públicos, recém-autorizados pelas reformas do Museu Nacional iniciar-se-iam às 7 da noite daquele dia. Abrangendo as disciplinas de Botânica, Agricultura, Geologia, Mineralogia e Antropologia, sendo ministrados por aqueles que compunham cada seção. O curso de botânica ficou a cargo de Ladislau Netto, o de antropologia por João batista de Lacerda, o de Mineralogia por Carlos Luiz de Saules Junior, o de Geologia ficou a cargo de Charles Frederick Hartt¹⁰⁴. Devido às dificuldade de realizarem-se as preleções para organização dos cursos regulamente Ladislau Netto propôs, quase uma década depois, que fossem substituídos por *conferências extraordinárias* na qual cada lente limitar-se-ia a apresentar trabalhos próprios ou mais amplos ou gerais dos assuntos mais representativos do atual estágio das ciências (SÁ e DOMINGUES, 1996). Lacerda atenta que

as conferencias realizadas á noite, attrahiam ao salão do Museu uma sociedade distincta e escolhida, sendo raro que ali faltasse com a sua presença e animação o Imperador D. Pedro II. Professores, deputados, senadores, altos funcçionarios publicos, damas da alta sociedade, lá iam nos dias marcados ouvir, sobre diferentes ramos das sciencias naturaes, uma lição succulenta e proveitosa, illustrada com desenhos e estampas muraes, e com amostras dos objectos, aos quaes tinha de referiri-se o prelector. Assumptos de zoologia, de botanica, de geologia, de biologia, de agricultura, de anthropologia, eram tratados sob uma forma synthetica, de sorte a dar o prelector aos seus ouvintes uma resenha de factos e conclusões facil de reter e de assimilar (LACERDA, 1905, p. 45).

As reformas propostas pelo novo regulamento eram a consolidação de uma postura casmurra compreendida pelas representações administrativas da Instituição, e do

¹⁰⁴ Hartt é um dos principais nomes dos estudos da geologia brasileira durante o oitocentos. Foi aluno de Loius Agassiz, acompanhando seu mestre durante a sua viagem ao Brasil, quando despertou um grande interesse pelos estudos dos aspectos geológicos, zoológicos e botânicos brasileiros, escrevendo no ano de 1870 a obra Geologia e Geografia Física do Brasil. Entre 1875 e 1877 foi responsável pela direção da Comissão Geológica do Império, que tinha sido designada pelo próprio Imperador para prover um estudo sobre os aspectos geológicos, e paleontológicos brasileiros.

próprio Ministério da Agricultura, no sentido de melhor prover aquele que deveria ser o centro irradiador das ciências no Brasil. Dessa forma, temos as declarações do Ministro Thomaz José Coelho de Almeida no relatório referente ao ano de 1876

Assim deixou de ser o Museu de ser somente o repositório de muitas riquezas para se constituir também agente activo da civilização; e posto não esteja ainda habilitado com todos os meios indispensáveis para o completo desempenho de sua missão, os melhoramentos ultimamente adoptados permitem-lhe, contudo, concorrer, desde já, para o progresso das sciencias, a cujo ensino é especialidade consagrada.¹⁰⁵

Os registros oficiais deixam a sensação de que os problemas da Instituição haviam sido sanados e que os trajetos, já determinados, a serem percorridos pelo Museu seriam a partir de então mais facilmente vencidos, deixando clara certa margem de otimismo que deve ser considerada. O Museu ganharia, gradativamente, maior reconhecimento, nacional e internacional, sendo as permutas com inúmeras instituições congêneres constantes, sendo então considerado “já pela palavra, já pela imprensa, útil propagador das sciencias naturaes: papel de que se há desempenhado, na medida dos meios postos á sua disposição”¹⁰⁶. Até o fim do Império viveria sob a tutela de Ladislau Netto, período que foi considerado por João Batista de Lacerda como a *Idade de Ouro do Museu nacional*.

De fato, os anos que compreendem o período no qual o referido botânico esteve à frente da Instituição correspondem a um dos mais representativos em termos de produção de conhecimento, de elaboração de práticas científicas, e de crescimento do Museu, culminando com sua transferência para a antiga residência Imperial na Quinta da Boa Vista.

Netto é uma das figuras mais representativas do Museu durante o oitocentos. Destaca-se sua atuação como botânico, sua dedicação à antropologia, sua liderança junto à organização das grandes exposições do período, assim como seus adjetivos ligados à administração e chefia daquele que ganhava cada vez mais um papel principal nas práticas científicas brasileiras do século XIX. Sua figura, nem sempre unânime,

¹⁰⁵ Relatório do Ministro da Agricultura Comércio e Obras Públicas – 1876. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1962/000088.html> acessado em 2/2/2012.

¹⁰⁶ Relatório do Ministro da Agricultura Comércio e Obras Públicas – 1877. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1964/000197.html> acessado em 2/2/2012.

tornou-se sinônimo de hierarquização, de ordenação e de prosperidade para a Instituição. Sobre o mesmo, relata, seu sucessor no cargo, João Batista de Lacerda

Este com a pertinácia e o entusiasmo dos homens que querem sobresahir, multiplicava seus esforços e empenhava toda a sua fria energia para aumentar, cada vez mais, o brilho da sua administração. Elle tinha, ás vezes, severidades que magoavam e levava as suas exigencias ambiciosas ao ponto de sujeitar todo o movimento científico e administrativo do Museu ao dominio exclusivo de sua vontade. Não é offender a sua memoria, aliás por muitos titulos digna de respeito, dizer que no intimo de sua consciencia, elle paraphraseou o dito celebre de Luiz XIV – O Museu sou eu. (LACERDA, 1905, p. 46)

E continua ao desenhar sua percepção acerca da figura do, então, ex-diretor

Estas tendencias de seu carater para o governo autocratico, que podiam ter um lado útil e favorável aos interesses da instituição, não deixaram todavia de levantar surdos clamores e de acirrar antipathias e desconfiças entre os seus subordinados e os seus collaboradores. Foi dahi que nasceram e foram, a pouco e pouco, augmentando os pequeninos conflictos de attribuições e de preponderancia, por virtude dos quaes se viu o Museu, alguns annos depois, em situação anarchica. (Idem)

A adjetivação cítrica dada a Netto não é desprovida de sentido. Os conflitos entre Netto e os diretores de Seção eram constante e o desentendimento com Lacerda envolvia, ainda, o desligamento do Laboratório de Fisiologia Experimental, já no início da década de 90 daquele século. Contudo, não deixaria o autor dos *Fastos do Museu Nacional* de dedicar ao seu antecessor palavras elogiosas e reconhecimento póstumo pela sua atuação e legado deixado.

Dentre as principais heranças logradas durante a administração de Netto destaca-se a principal publicação que conheceria o Museu Nacional no período: o *Archivos do Museu Nacional*. Era já antiga a necessidade de criação de um meio que cumprisse a função de propagador das atividades e práticas científicas desenvolvidas pela Instituição. Tal fato aparece em inúmeros relatórios, e demais documentos oficiais, que aqui já foram tratados. Fazia-se necessário criar um canal de interlocução com outras instituições de mesmo gênero, assim como, concretizar a posição do Museu como enunciador das ciências no Brasil. Obviamente, passava sua criação deve ser entendida não como uma ação isolada, mas como partícipe do alargado projeto de formação de

identidade nacional que se encontrava em pleno desenvolvimento e ao qual passamos a nos dedicar no capítulo anterior.

3.3 Nas páginas o que está escrito?

Mais importante do que compreender o conteúdo apresentado no referido periódico é compreender o papel que o mesmo viria a desempenhar. Desenvolvia-se no Brasil, cada vez mais intensamente, os próprios de uma sociedade que alcançava os graus dentro do letramento, apesar da maioria esmagadora de analfabetos. Desde o Período Joanino as contribuições nesse sentido foram inúmeras, desde a criação da Imprensa Régia, passando pelo surgimento dos primeiros periódicos e do crescimento do número de livreiros. Não se pode afirmar que era um país de intelectuais, muito pelo contrário. Contudo, as gerações que se seguiam cada vez mais se aprofundavam nas letras e nas ciências. Trata-se aqui não mais somente da afamada *elite coimbrã*, mas de setores que emergem tanto das classes mais abastadas, quanto das médias, e que encontram, dentre outros lugares, espaço nos quadros da administração estatal.

Há uma intensa discussão no que diz respeito ao pioneirismo do *Archivos* no tocante à publicação de periódicos científicos.¹⁰⁷ José Carlos de Oliveira (2005) chama a atenção para a existência de uma constante atuação no tocante a circulação de diálogos acerca das ciências desde o período da criação da Imprensa Régia. O autor coloca que apesar do existente crivo colocado pelos meios de censura existentes no período a relativa liberdade de imprensa fazia com que fosse possível a publicação, nos periódicos de época, de notas científicas, destacando-se a *Idade d'ouro do Brasil*, primeira gazeta da Bahia, a *Gazeta do Rio de Janeiro* e o *Annaes das sciencias, das artes e das letras*, obra em língua portuguesa publicada em Paris. (Oliveira, 2005, p.113-118).

¹⁰⁷ Ildeu de Castro Moreira e Luisa Massarani chamam a atenção que “Do ponto de vista da divulgação das ciências nos periódicos, a análise do catálogo da Biblioteca Nacional mostra que, ao longo de todo o século foram criados cerca de 7.000 periódicos no Brasil, dos quais aproximadamente 300 relacionados de alguma forma à ciência. Com “periódicos relacionados às ciências” queremos dizer aqueles produzidos por instituições ou associações científicas ou ainda que tenham em seu título a palavra “científico” ou “Ciência” Na realidade, boa parte deles, mesmo com o título de “científicos”, trazia muito pouco material com conteúdo de ciência, limitando-se a notícias curtas ou curiosidades científicas. Ainda assim é significativo, e um reflexo do contexto cultural da época, o fato de trazerem explicitamente em seus títulos a referente à componente científica (ou não).” (MOREIRA e MASSARANI, 2002, p. 45)

Estudos, como os de Moreira e Massarani (2002) atentam para o fato de que antes mesmo da criação do referido periódico já havia um grande número de revistas, jornais e afins, que se dedicavam à divulgação das ciências. Segundo os autores já em 1857 fora criada uma publicação trimestral dirigida pelo engenheiro Cândido Batista de Oliveira, com a participação de nomes como Guilherme Schüch de Capanema, Freire Alemão e Emmanuel Liais, intitulada *Revista Brasileira – Jornal de Sciencias, Letras e Artes*. No mesmo ano da criação do periódico do Museu Nacional fora lançada a revista *Rio de Janeiro* que também apresentava artigos direcionados à divulgação científica, à agricultura, às artes e afins (MOREIRA e MASSARANI, 2002) e não podemos esquecer a publicação da revista do IHGB que se mantinha perene e com vasta publicação. De certo a revista que por hora tratamos não era pioneira no tocante a veiculação de notícias ou informações relativas às ciências, contudo sua singularidade não se encontra em um pioneirismo, mas em outros significantes.

No *hall* dos periódicos destinados às interlocuções científicas a referida revista destaca-se pelo papel que deveria cumprir, não só junto ao Museu Nacional, mas como acertado canal de veiculação da construção de um discurso acerca da ideia de Brasil a partir das ciências. O projeto de construção de identidade nacional passaria não somente pelas expressões literárias e plásticas, como aqui já foi tratado, mas também pela construção de reconhecimento das práticas científicas então desenvolvidas. Desvelar o Brasil para os brasileiros e estrangeiros era o desafio dessa geração.

Nesse sentido, junto à nova organização que ganhara a Instituição em 1876 fora colocada pelo Governo Imperial ganhara o Museu Nacional a responsabilidade de produzir um periódico que respondesse às necessidades aqui colocadas. O decreto responsável pela reorganização do Museu, no seu Capítulo II – Da Administração – artigo 7º parágrafo 3º, coloca sob a responsabilidade do Conselho Diretor a nomeação da comissão que ficaria responsável pela redação e publicação do periódico. No mesmo decreto, agora no Capítulo IV – Das Publicações – há a definição da forma e função que deveriam ter as publicações da Instituição

Art. 19. O Museu Nacional publicará trimensalmente, pelo menos, uma revista intitulada: Archivo do Museu Nacional.

Nessa revista dar-se-ha conta de todas as investigações e trabalhos realizados no estabelecimento, das noticias nacionaes ou estrangeiras que interessarem ás sciencias de que se occupa o Museu, do catalogo das collecções mais importantes, dos donativos feitos ao estabelecimento, e dos nomes das pessoas a quem seja conferido o titulo de que trata o art. 7º § 5º

Serão publicados de preferencia os trabalhos originaes do pessoal docente.

Art. 20. A commissão encarregada da redacção e publicação do Archivo do Museu Nacional compor-se-ha do Director Geral, um Director de secção e um Sub-Director.

O orçamento da despeza será, porém, organizado pelo Conselho Director, em cada anno, e submettido á approvação do Ministro.

Art. 21. Será remettida gratuitamente a revista ás bibliothecas e estabelecimentos scientificos e litterarios do Imperio, fundados pelos poderes publicos ou por iniciativa particular, e bem assim ás bibliothecas e estabelecimentos estrangeiros com os quaes mantenha o Museu relações ou convenha estabelecel-as.

Igual remessa poderá ser feita ás redacções dos periodicos e revistas, nacionaes e estrangeiros.

Art. 22. O Director Geral poderá communicar aos periodicos, nacionaes ou estrangeiros, o resultado de quaesquer investigações ou outro facto digno de publicidade.

Poderá tambem autorizar, não havendo inconveniente, a publicação gratuita, em qualquer jornal, das actas das sessões do Conselho Director.¹⁰⁸

Pelo crivo Imperial eram definidas as bases de funcionamento do periódico. Certamente não se trata aqui apenas de um conjunto de normas, como são as atuais normas de publicação gerenciada pelas agências de fomento, e sim de um modelo ao qual estava atrelada toda a expectativa oficial com relação à produção e diálogos em torno das ciências. É principalmente nesse sentido que o *Archivos* distancia-se dos demais periódicos do período: a chancela do poder institucional, ou a sua determinação, marcam profundamente a sua trajetória. Em sentido mais *lato*: passaria a representar os esforços do Estado brasileiro no sentido de promotor das ciências, partícipe de um projeto de civilização que encontra raízes ainda nas ações presentes na ilustração lusa da qual tratamos no primeiro capítulo.

Apesar da clara intervenção do Estado na organização da Instituição e pela demarcação do caminho a ser percorrido por aquela que se tornaria a sua principal publicação, o que pode indicar para alguns até mesmo algum traço de censura, a liberdade de ação do corpo responsável pela organização da mesma é perceptível. A primeira comissão responsável pela redação foi composta pelo então diretor, Ladislau Netto, Charles Frederich Hartt e pelo subdiretor da seção de Mineralogia Carlos Luiz de

¹⁰⁸ Coleção de Leis do Império do Brasil - 1876, Página 205 Vol. 1 pt. II.

Saules que pouco tempo depois do referido Decreto já organizariam e publicariam o primeiro número do periódico.

Em nota introdutória, denominada *Advertência*, Ladislau Netto chama a atenção do leitor à natureza das transformações que viviam o Museu Nacional assim como à importância tanto daquele canal quanto daquilo que ele conduzia. Nesse sentido, atentando para o discurso enunciado pelo locutor, pode-se perceber que há tentativa de criação de um marco que fosse capaz de separar a trajetória do Museu em duas: o ébrio passado e o pródigo futuro

o Museu Nacional, cuja criação precedeu de alguns annos a fundação do Imperio, como que no paiz da suprema riqueza natural se desse desde logo absoluta primazia aos estudos da natureza ferocissima do Brazil, recebeu, infelizmente na propria urdidura primitiva, o germen de seu longo e lastimavel desalento. Mais de meio século decorreu primeiro que o Governo Imperial o viesse levantar de sua lethargia. (NETTO, 1876, XVIII – XIV)

Netto continua com ácida pena fazendo referência aos grandes lentes do Museu que o antecederam. Interessante é o fato de que mesmo que procure uma narrativa que não coloque algum tipo direto de indicação de autoria é perceptível uma certa personalização em seu discurso:

Luctuosa e densa penumbra foi toda essa longa phase na esphera intelectual do Imperio da Cruz: porque nas sombras do deslembado recinto deste estabelecimento, volveram-se vultos gigantes que se chamaram: Caldeira, Alves Serrão, Freire Allemão, Riedel, Burlamaqui e outros não menos notaveis de que houveram recebido pujante messe de experiencia, e cujo legado a esta terra fôra semente fecundissima de trabalho e de luz: de trabalho que invalesceria forças para a Industria nacional, de luz que, esplendente e duradoura, chammejeira para o alinhamento moral desta vasta nação. (NETTO, idem, XIV)

O entusiasmo com relação à publicação não era restrito à comissão por ela responsável, tampouco ao corpo científico do Museu. O próprio governo, representado pelo Ministro da Agricultura em exercício, Thomaz José Coelho de Almeida, no mesmo relatório de 1876, demonstra grande animação com a mesma

Uma revista trimensal (Arquivo do Museu Nacional), destinada a inventariar e patentear as colleções do Museu, já bastante importantes, e a publicar de

preferência estudos e trabalhos originaes concernentes aos varios ramos das sciencias naturaes, que especialmente interessam a estabelecimentos nas condições do Museu Nacional, completa por este lado, a reforma.¹⁰⁹

O primeiro volume traz onze artigos divididos entre as áreas de zoologia, fisiologia, botânica, arqueologia e antropologia, com destaque para as últimas duas que juntas ocupam mais de 50% da publicação. São eles: *Estudos sobre os sambaquis do sul do Brasil* de Carlos Wiener; *Notas sobre algumas tangas de barro cosido dos antigos indígenas da Ilha de Marajó* de Charles Frederick Hartt; *Nota descriptiva de um pequeno animal extremamente curioso denominado Batrachychtis*, de João Joaquim Pizarro; *Estudos sobre a evolução morphologica dos tecidos nos caules sarmentosos* de Ladislau Netto; *Acção phisiologica do Urari* de João Batista de Lacerda; *Descrição dos objetos de pedra de origem indígena conservados no Museu Nacional* de Charles Frederick Hatt; *Contribuições para o estudo anthropologico das raças indígenas do Brazil* de João Batista de Lacerda e Rodrigues Peixoto; *Contribuições para o estudo anthropologico das raças indígenas do Brazil. Notas sobre formação de dentes* de João Batista de Lacerda; *Breve noticia sobre os sambaquis do Pará* de Domingos S. Ferreira Pena; *Computo geral das colleções zoologicas existentes no Museu Nacional – Mammologia* e *Computo geral das colleções zoologicas existentes no Museu Nacional – Ornithologia*.¹¹⁰ Nesse número temos a presença de renomados cientistas da Instituição, com destaque para Hartt e Lacerda que assinam juntos cinco artigos do total, e, também, o de Netto que se dedica à botânica. Nos anos futuros o Diretor do Museu Nacional voltaria a seu intento científico cada vez mais para os estudos de antropologia.

Pode-se afirmar que com esse primeiro número o alcance da publicação foi expressivo. Somente entre 1876 e 1877 o Colégio Pedro II, a Universidade de New York, o Museu de Coríntia, o Museu Maatschappij ter Bevodering van Nijverheid da Holanda, o Gabinete Cearense de Leitura, o Museu de Lisboa, a Sociedade Científica de Agricultura, a Academia Nacional Argentina de Ciências, o Museu di Geologia da Real

¹⁰⁹ Relatório do Ministro da Agricultura Comércio e Obras Públicas – 1876. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1962/000088.html> acessado em 2/2/2012.

¹¹⁰ Lilia Moritz Schwarcz em seu livro *O espetáculo das raças - Cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX*, no qual discute profundamente a questão racial no Brasil oitocentista, salienta que tal peso dos estudos antropológicos não seriam uma constante na publicação. Segundo a autora nos primeiros 24 números do *Archivos* 78% dos estudos dedicam-se ao conjunto das ciências naturais (zoologia, botânica e geologia) em contraste daqueles dedicados à antropologia e arqueologia. (SCHWARCZ, 1993, p. 72-75)

Universitá de Napoli, a Sociètè Royale des Sciences de Liege, Associação dos Amigos das Ciências Naturais da Alemanha, a Biblioteca Nacional de Buenos Aires, Academia de Ciências de Bruxelas, a Royal Geological Society of Treland, Sociedade Central de Agricultura da Bélgica, a Sociedade de História Natural de Toulouse, a Academia Real de Ciências de Amsterdã, o Museu Nacional de Etnografia e Antropologia de Firenze, entre outros, mantiveram correspondência com o Museu Nacional tendo como principal escopo o *Archivos do Museu Nacional*. Ao todo 48 cidades receberam, por um centro ou mais, o número inicial do periódico. O entusiasmo com o periódico era enorme, apesar de não se verificar o cumprimento da trimestralidade que tinha sido proposto pelo Decreto 6116. Ainda assim, as palavras do Ministro Thomaz José Coelho de Almeida são efusivas

da revista trimensal, creada com a denominação de *Archivo do Museu Nacional* pelo Decreto 6116 de 9 de fevereiro de 1876, acha-se publicado o 1º volume que captou o mais vivo acolhimento dentro do paiz e no seio das numerosas corporações sabias estrangeiras, devendo o 2 e o 3 ser em breve dados á estampa. Para manter interessante publicação a altura da estima que grangeou da parte dos entendidos, organizou o diretor geral um serviço de trabalhos graphics annexo ao estabelecimento; medida de cuja utilidade dão testemunho o bem acabado dos desenhos, que devem de acompanhar os dois volumes a serem publicados e a modicidade do preço que foram obtidos.¹¹¹

O reconhecimento imediato da importância da publicação não é sem motivo. A publicação organizada de estudos produzidos pelo corpo científico do Museu Nacional interessava aos intentos das instituições nacionais e estrangeiras. Aos olhos externos o Brasil era ainda encoberto pelo véu do exotismo e retirá-lo era ter acesso não só ao desconhecido, mas a um desconhecido desejado. As ciências naturais, ainda tratadas em conjunto, cooptavam grande atenção da comunidade científica internacional, assim como os estudos relativos à indústria. E nesse sentido, o *Archivos* era um canal de diálogo qualifica. Do entendimento dos homens primitivos, das plantas, dos animais, das moléstias, tudo que fosse passível de entendimento científico poderia constar na publicação.

Em pouco tempo acabaria por se tornar um dos argumentos de barganha mais utilizados pela Direção para barganhar pelo aumento de suas coleções, compondo aí um

¹¹¹ Relatório do Ministro da Agricultura Comércio e Obras Públicas – 1877. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1964/000198.html> acessado em 2/2/2012.

elemento indispensável da teia de relações científicas e diplomáticas que mantinha o Museu Nacional. As imagens do paraíso tornar-se-iam canal de fala entre as práticas científicas internas e externas¹¹². Nesse sentido chama a atenção Regina Gualtieri

(...) é pertinente concluir que o surgimento dos *Archivos* ocorreu em um contexto no qual estavam reservadas ao Museu algumas missões que colaborariam no processo de modernização do país, tanto nos campos científico e cultural como no econômico. A criação dessa revista foi especialmente associada à intenção de que seu conteúdo pudesse revelar o quanto o país estava sintonizado com os avanços científicos que estavam ocorrendo no mundo civilizado. (GUALTIERI, op. 2008, p. 37)

Em linhas gerais pode-se considerar que o descumprimento da periodicidade da publicação deve-se mais a questões materiais do que de produção científica. Ao percorrer a documentação existente na Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional é comum encontrar avisos e ofícios com pedidos de orçamento para o *Archivos*. Apesar de ter abandonado um pouco a situação de penúria dos anos anteriores às condições existentes no Museu à época ainda não eram perfeitas. As prometidas obras de ampliação arrastavam-se continuamente e a captação de coleções para o desenvolvimento de outras linhas de pesquisa esbarravam constantemente na falta de verbas. Vivia no oitocentos o Museu situação similar a muitos da atualidade: a ligação a um ou outro braço ministerial determina severamente as atividades desenvolvidas na instituição. Mesmo sendo espaço de produção científica reconhecido pelo Governo Imperial, e contar com grande simpatia do próprio Imperador, as dificuldades eram constantes.

O segundo volume seria publicado já no ano de 1877. Nele encontram-se os seguintes artigos: *Investigações experimentaes sobre a acção do veneno da Bothrops Jararaca* de João Batista de Lacerda; Addiantamento ás investigações precedentes pelo mesmo autor; *A correlação das flores versicolores e dos insectos pronubos* de Frederico Muller; *As maculas sexuaes dos individuos masculinos das especies Danais Eripus e D. Gilipus* pelo mesmo autor; *Os orgãos odoriferos das especies Epicalia Acontius Lin. e de Mycelia Orsis Dru.* pelo mesmo autor; *Os orgãos odoriferos nas pernas de cortos*

¹¹² No primeiro volume constam o expressivo número de 44 correspondentes, tanto nacionais quanto estrangeiros, dentre os quais se destacam Charles Robert Darwin, Jean Louis Armande Quatrefages de Bréau, Claude Henri Gorceix, Auguste François Marie Glaziou, Rudolf Virchow e o próprio Charles Frederick Hartt. Com o advento do periódico o número de membros em contato com o Museu aumentaria, assim como as suas contribuições e permutas.

Lepidoptores pelo mesmo autor (acompanhado de suplemento); *Apontamentos sobre os Ceramios do Pará de Domingos Soares Ferreira Pena* (acompanhado do apêndice Urnas do Maracá); *Observações sobre as duas urnas fig. 3ª e 4ª descritas* por João Barbosa Rodrigues em seu artigo – *Antiquidades do Amazonas*, inserto na revista Ensaio de Sciencia; *Contribuições para a Geologia da região do Baixo Amazonas* de Orville A. Derby e *Apontamentos sobre os Tembetás das collecções Archeologicas do Museu Nacional* de Ladislau Netto.

Nesse número já é perceptível o peso dos estudos nas áreas de zoologia e botânica, ainda assim com constante presença daqueles dirigidos às pesquisas em arqueologia e antropologia. É interessante perceber como o Diretor Ladislau Netto mantem-se presente nas práticas científicas da Instituição, especialmente no tocante a antropologia e arqueologia, que se mostraria no período subsequente uma grande fixação pessoal. Contava em seu segundo número já com grande reconhecimento e demarcava seu papel de elo nos diálogos entre o Museu e outras instituições. Sendo, inclusive, no exterior traduzidos alguns artigos nos Estados Unidos e Europa.¹¹³

O terceiro volume, publicado no ano seguinte, não traria composição muito diferente: *Os órgãos odoríferos da Antirrhoea Archaea* de Fritz Muller; *Estudos Geologicos e Mineralogicos sobre algumas localidades de Minas Geraes* de L. Dupré Junior e L. A. Corrêa da Costa; *Algumas experiencias com o veneno do Bufo icterius* de João Batista de Lacerda; *A prega costal das Hesperideas também* de Fritz Muller; *Investigações experimentaes sobre o veneno do Crotalus horridus* de João Batista de Lacerda; *A Geologia da região diamanterifera da provincia do Parana* de Orville A. Derby; *Larvas de Insectos Trichopteros* (com suplemento) de Frederico Muller; *Bacia Cretacea* também de Orville A. Derby; *Observação sobre a Geologia* de Richard Rathdun e *Resumo do curso de Botanica do Museu Nacional em 1878* professado por Ladislau Netto.

A periodicidade anual substituíra a proposta inicial, mas, ao que tudo indica sem prejuízo para a publicação e nem ônus para a comissão responsável. É notório que a satisfação do Governo com o periódico era enorme, uma vez que não se passa um único registro dos relatórios anuais no qual não apareça menção ao *Archivos* e seu papel de promotor dos debates científicos. A saber:

¹¹³ Relatório do Ministro da Agricultura Comércio e Obras Públicas – 1878. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1965/000125.html> acessado em 2/2/2012.

Mantem o Museu extensas e frequentes relações com analogos institutos estrangeiros, reciprocando communicações scientificas e d'estarte contribuindo para tornar o Brazil como merece. A troca da sua revista com as publicações estrangeiras de igual natureza tem já produzido a organização de uma escolhida bibliotheca, que dentro em pouco tempo será no seu genero a primeira do Imperio. De zelo e aptidão, quer do Director Geral, quer de toda a congregação, melhores testemunhos não se poderiam adduzir do que a mencionada revista, cujos artigos têm sido transladados a varias línguas, e os instructivos cursos a que acima alludi. Pena é que as circunstancias não nos permitam remunerar em tal maneira o pessoal, que todo o seu tempo pudesse ser consagrado ás applicações complexas que estabelecimento de tal ordem exige.¹¹⁴

A insuficiência de recursos, que aparentemente é uma constante, não vencia o ímpeto daqueles que estavam à frente das atividades desenvolvidas pelo Museu Nacional. Não que o sucesso do periódico representasse em expressão direta o e quantitativa as práticas científicas que estavam em pleno curso, mas já é um interessante indicativo. Mas não que a expressão não seja levada a cabo: esplendor e ostentação passam longe das possibilidades da Instituição.

No ano de 1879 era lançado o quarto volume do *Archivos*. Nesse número uma funesta nota dá início ao texto. Denominada de *Necrologia* faz referência ao falecimento de Charles Frederick Hartt. O óbito datado de 18 de março de 1878 deixaria seu discípulo Orville A. Derby a frente da terceira seção que ficava agora sem diretor. Hartt, que pela sua atuação pode ser considerado um dos principais nomes do Museu durante o século XIX seria lembrado pelas suas contribuições para o desenvolvimento pelas ciências no Brasil e pelo afeto que adquirira pelo Brasil

Carlos Frederico Hartt, alguns annos antes apenas iniciado do estado luminoso dos labores da sciencia, deixou inconclusos testemunhos de sua activa e fecunda intelligência nos trabalhos a que se havia ultimamente dedicado e cuja maxima parte aguarda a luz da publicidade. Cumpra este sagrado dever o Governo Imperial; empenhe-se n'isso a alta administração deste paiz que o illustre geologo chamava sua nova patria e que tão de coração idolatrava, que vai n'isso menos attributo de respeito devido ao sabio que succumbiu em afanoso labor ao serviço deste Imperio, do que um encargo empreendido em beneficio e honra do proprio paiz. (ARCHIVOS, 1879, VIII)

¹¹⁴ Relatório do Ministro da Agricultura Comércio e Obras Públicas – 1879. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1966/000160.html> acessado em 2/2/2012.

Contribuindo para o tom nefasto da nota continua fazendo referência a Carlos Luiz de Saules Junior, que era subdiretor da terceira seção e também falecera sete meses depois de Hartt em 11 de outubro daquele ano. Em sua memória também foram proferidas palavras de pesar

Si um feliz acaso parece havel-os enlaçado caprichosamente pela identidade de seu nome, pela homogeneidade de seu caracter e de sua florente juvenilidade e finalmente pela semelhança de seu amor á mesma sciencia, uma horrivel coincidencia dessa fatalidade, que é sempre logica nas angustias da morte como nas trevas da ignorancia, quiz que arrancados fossem ambos à vida, quasi a um tempo e sem que tempo houvessemos siquer a previnirmo-nos de tamanha perda! Carlos Saules Junior, faleceu a 11 de outubro de 1878, contando 28 annos e 4 meses de idade. (idem)

Na sequência temos os artigos: *Insectologia. Metamorfose de uma Heliconia* de Nicoláu Moreira; *Algumas palavras da lingua dos Aruans* de Soares Ferreira Penna; *Descrição do Elpidium Bromeliarum* de Fritz Muller; *Craneos de Maracá* de João Batista de Lacerda; *A Metamorphose de um Insecto Diptero* (Primeira parte – *Descrição do exterior da larva*. Segunda parte – *Anatomia da larva*. Terceira parte – *Anatomia da Larva*. Quarta parte – *Chrysalida e insecto perfeito*) também de Fritz Muller; *Contribuição para o estudo da Geologia do Valle do Rio S. Francisco* de Orville A. Derby; *Observações sobre algumas rochas Diamantíferas da provincia de Minas Geraes* também de Orville A. Derby e *Notas sobre as condições que favorecem a decomposição de ossos*, também por João Batista de Lacerda.

É, então, perceptível uma perenidade nas áreas do saber abrangidas: fisiologia, zoologia, antropologia e botânica são sempre presentes e, de certa forma, representam o carro chefe das atividades desenvolvidas no Museu.

O quinto volume, publicado em 1881, é todo dedicado à Flora Fluminense, escrita pelo frei José Mariano da Costa Velloso. Durante o vice-reinado de Luiz de Vasconcellos e Souza foi o Frei designado para fazer uma excursão pela província do Rio de Janeiro e que coligisse toda a pesquisa em uma obra conjunta. A obra, de fôlego reconhecível, traz as descrições e figuras de 1.640 vegetais da região além de inúmeras indicações dos níveis ecológicos da região, sendo concluída em 1790.

Antes do trabalho do referido Frei o diretor do Museu Nacional, Ladislau Netto, ocupa-se de uma apresentação que fora nomeada de *Algumas Palavras*. Nela sustenta a importância do trabalho e dos seus muitos alcances. Chama a atenção para o que

denomina de *erros* que podem ser encontrados no decorrer da obra, mas também ressalta o fato de que os grandes botânicos que se dedicaram a estudar a flora brasileira tomam como basal o esforço de Velloso para o desenvolvimento de seus trabalhos “St. Hilaire, Martius, Sellow, Pohl, Mikan, Schott, Raddi, Langsdorff, Gaudichaud e tantos outros botânicos e colleccionadores formaram n’esta quadra coleções de muitos milhares de espécies, innumeras das quaes tinham sido colhidas e determinadas por Velloso.” (ARCHIVOS, 1881, IX - X)

No final de cada número, a partir do segundo, constam as permutas que foram possíveis graças à publicação. O terceiro volume alcançou 61 localidades e o quarto 52. Com o quinto não seria diferente: 78 localidades. Apesar da multiplicidade que ganhara a publicação, daquelas que cobrem o período Imperial, a sexta é a mais instigante. O pesquisador que se dirigir a atual biblioteca do Museu Nacional, no prédio anexo ao do Palácio de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, e solicitar a consulta desse volume encontrará, talvez, uma das mais importantes publicações feitas pela instituição.

Tal volume fora dedicado à Exposição Antropológica Brasileira realizada no Museu Nacional em 1882. Considerada um dos eventos mais importantes realizados pelo Museu Nacional no século XIX, quiçá de maior destaque nas ciências brasileiras daquele século, era reflexo do ganho de campo dos estudos antropológicos, em especial, das teorias evolucionistas e raciais que reverberavam do velho continente. Com reconhecida atuação de Ladislau Netto, que cada vez mais fervorosamente dedicava-se aos estudos antropológicos, foi um evento de grande magnitude. Inaugurada em 29 de julho de 1892, e com duração de três meses, continha representações de todos os cantos do país que haviam sido enviadas como elementos que representassem a formação antropológica brasileira. De institutos, como o Museu Goeldi, a coleções particulares, como a do próprio Imperador, compuseram os oito salões de que se ocupou a exposição. Cada salão, ricamente ornamentado, recebeu o nome de um naturalista, ou missionário, com ligação à história do Brasil: como Pero Vaz de Caminha, Jean de Léry, Gabriel Soares de Sousa, José de Anchieta, Alexandre Rodrigues Ferreira, Martius, Hartt e Lund.

Netto apresentou o argumento de que somente o catálogo da exposição não fora suficiente para demonstrar sua magnitude e que uma edição do *Archivos* deveria dedicar-se a cumprir o papel de divulgação do grande evento. A pressão do Diretor foi bem sucedida: em 1885 era publicado o sexto volume do periódico laureando a

Exposição, e por sua vez, o trabalho de Ladislau Netto, sendo dividida da seguinte forma: primeiro capítulo – Contribuições para a Ethnologia do Valle do Amazonas; segundo capítulo – O homem dos sambaquis: contribuição para a anthropologia do Brazil; terceiro capítulo – Novos estudos craneometricos sobre os Botocudos e o quarto, e mais extenso, capítulo – Investigações sobre a Archeologia Brasileira.

O organizador do primeiro artigo fora Orville A. Derby que ordenou e complementou inúmeros fragmentos deixados por Hartt, o segundo coube a João Batista de Lacerda, o terceiro a José Rodrigues Peixoto e o último ao próprio Ladislau Netto. Uma leitura possível é a de que essa publicação seja uma continuação, ou até mesmo complementação, da Exposição, e certamente representa o fôlego dos envolvidos, capitaneados por Netto, em propagar o alcance da grande Exposição.

Como já foi dito, vivia a Instituição um período de grande fôlego produtivo e de propagação de suas atividades já consolidadas. Contudo alguns problemas antigos continuavam presentes. O aumento das coleções, geradas pelas contribuições e permutas, muitas das vezes utilizando o próprio *Archivos* como meio, gerava o problema da falta de espaço, o que se tornava um infortúnio para o pleno desenvolvimento de suas práticas científicas. No relatório apresentado por Ladislau Netto em 1885 ele já insiste na ampliação do prédio do Museu, ou mesmo a realocação da Instituição em um espaço mais adequado¹¹⁵. O crescimento alimentava velhos problemas.

O último volume publicado durante o período Imperial, o de número sete, veio a publico em 1887 foi feito em homenagem a Charles Frederick Hartt. Nele encontram-se os apontamentos do finado cientista coligidos durante sua temporada à frente da Comissão Geológica do Império, da qual tinha sido chefe, tendo passado pela organização e análise de Charlie A. White e foram intitulados *Contribuições à Paleontologia do Brazil*. Não era a primeira vez que um estudo póstumo de Hartt vinha a público: cabe lembrar que o primeiro capítulo do volume anterior fora composto por

¹¹⁵ Dedicou o Diretor parte do seu relatório a comentar sobre o periódico de que tratamos chamando a atenção para a sua funcionalidade e importância, mas salientando a necessidade de profissionais que fossem adequados às necessidades gráficas e pictóricas da publicação. Em parte o Ministro então em exercício repassaria as informações que considerou relevante ao Governo Imperial, mas cometendo o erro de chamar a publicação do Museu de *Annaes do Museu Nacional* ao invés de *Archivos do Museu Nacional*. Relatório do Ministro da Agricultura Comércio e Obras Públicas – 1885. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1971/000058.html> acesso em fevereiro de 2012 e Relatório do Museu Nacional – 1885. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1971/000725.html> acessado em 02/02/2012.

escritos seus complementados por Orville A. Derby. No *Prefácio* desse volume Netto chama a atenção para o intento de prestar à memória do antigo Diretor da Terceira Seção e para a importância do distinto cientista para o desenvolvimento das ciências no Brasil. O texto é apresentado em duas colunas, uma em português e a outra em inglês, idioma natural de Hartt.

Esse volume encerra a existência do periódico durante o segundo reinado e em análise mais alargada, é expressamente clara a posição que tomava crescentemente. A contribuição para o desenvolvimento do Museu Nacional era inestimável, assim como para o projeto corrente de construção dos elementos formadores da imagem de nação brasileira ao qual tanto se dedicaram os homens do século XIX. Em suas páginas, mais do que resultados de trabalhos científicos, estava o intento de construção de um país que depois de quatro séculos de intervenção europeia ainda estava por descobrir-se.

Mas o *Archivos do Museu Nacional* não encerraria a sua participação nas intenções imperiais com o texto de Hartt. Na afamada exposição de Paris de 1889, considerada a última das grandes exposições universais do século que inventara a ideia de centenário, o periódico receberia a medalha de ouro como premiação pela publicação de seus sete volumes.

O diploma da medalha de ouro encontra-se sob em degradado estado de conservação e está sob a tutela do SEMEAR do Museu Nacional. É o único registro restante da participação da Instituição na referida Exposição, um prêmio que corporifica mais do que o seu reconhecimento científico. É símbolo de um programa que em poucos anos seria vencido com as conturbações que trouxeram a tona um novo projeto político, uma nova construção de símbolos e elementos nacionais e uma nova compreensão de ciência no Brasil.

Considerações Finais

TABULETA NOVA

Referi-lo o que lá fica atrás, Custódio confessou tudo o que perdia no título e na despesa, o mal que lhe trazia a conservação do nome da casa, a impossibilidade de achar outro, um abismo, um suma. Não sabia que buscasse; faltava-lhe invenção e paz de espírito. Se pudesse, liquidava a confeitaria. E afinal que tinha ele com política? Era um simples fabricante e vendedor de doces, estimado, os fregueses do respeitado, e principalmente respeitador da ordem pública...

— Mas o que é que há? perguntou Aires.

— A república está proclamada.

— Já há governo?

— Penso que já; mas diga-me V. Ex^a: ouviu alguém acusar-me jamais de atacar o governo? Ninguém. Entretanto... Uma fatalidade! Venha em meu socorro. Excelentíssimo. Ajude-me a sair deste embaraço. A tabuleta está pronta, o nome todo pintado. — ‘Confeitaria do Império’ a tinta é viva e bonita. O pintor teima em que lhe pague o trabalho, para então fazer outro. Eu, se a obra não estivesse acabada, mudava de título, por mais que me custasse, mas hei de perder o dinheiro que gastei? V. Ex^a crê que, se ficar ‘Império’, venham quebrar-me as vidraças?

— Isso não sei.

— Realmente, não há motivo, é o nome da casa, nome de trinta anos, ninguém a conhece de outro modo.

— Mas pode pôr ‘Confeitaria da República’.

— Lembrou-me isso, em caminho, mas também me lembrou que, se daqui a um ou dous meses, houver nova reviravolta, fico no ponto em que estou hoje, e perco outra vez o dinheiro.

— Tem razão... Sente-se.

— Estou bem.

— Sente-se e fume um charuto.

Custódio recusou o charuto, não fumava. Aceitou a cadeira. Estava no gabinete de trabalho, em que algumas curiosidades lhe chamariam a atenção, se não fosse o atordoamento do espírito. Continuou a implorar o socorro do vizinho. S. Ex.^a, com a grande inteligência que Deus lhe dera, podia salvá-lo. Aires propôs-lhe um meio-termo, um título que iria com ambas as hipóteses, — “Confeitaria do Governo”.

— Tanto serve para um régimen como para outro.

Machado de Assis, Esaú e Jacó

O advento da Republica no Brasil deu-se de maneira abrupta, sem grandes agitações sociais. A quartelada que depôs D. Pedro II alcançou sucesso sem grandes

entraves. A desagregação do apoio que era dado à monarquia era significativa desde os idos da Guerra do Paraguai e somente intensificara-se durante a década de 80 do século XIX, culminando com a abolição do regime escravista. As tensões constantes entre o poder central e autarquias militares, em especial o exército, eram cada vez mais preocupantes, para além das pressões liberais e republicanas. A troca de gabinete que levou ao cargo de presidente do Conselho de Ministros o Visconde de Ouro Preto não foi suficiente para conter o avanço do movimento que deporia o velho Imperador em pouco tempo.

Em novembro de 1889 o monarca perdia a coroa, o cetro e o trono. Entorpecido pelos acontecimentos poucos pedidos foram feitos pelo último dos Bragança a governar o Brasil, após aceitar a inviabilidade de conter o movimento republicano. Dentre o pequeno espaço que ainda restava para exigências encontram-se os pedidos de distribuição de suas coleções particulares entre os institutos, que escolhera D. Pedro II, com o nome de Coleção Teresa Cristina, a, então, ex-Imperatriz. Em parcialidade tal pedido foi cumprido e o IHGB, o Museu Nacional, a Biblioteca Nacional e outros congêneres foram agraciados com essa última benfeitoria imperial. Outro pedido, o de junto com a sua família, de não deixarem o Brasil às escuras, podendo parecer uma fuga não foi atendido. O governo provisório não poderia dar atenção a devaneios do antigo governante. Na madrugada do dia 17 de novembro uma lancha do arsenal da Marinha levava a família e o ex-Imperador a bordo do cruzador Parnaíba de onde prosseguiram até Ilha Grande para embarcarem no vapor Alagoas.

Se o regime deposto não apresentava mais a mesma força agregadora que outrora as lembranças a cerca da monarquia deveria ser afastadas. Maurice Halbwachs em *Memória Coletiva e Memória Individual* (HALBWACHS, 1999), faz um contraponto entre as duas perspectivas no intuito de sustentar a tese de que a memória individual existe sempre a partir da constituição de uma memória coletiva, visto que ambas constituem-se a partir de um grupo, originando-se e referenciando-se o ato da memória nos aspectos coletivos. Além disso, é indelével o fato de que toda memória imprime um esquecimento: só se é capaz de criar a memória pela eloquência do esquecimento. Sendo assim, não se pode tratar da memória como uma composição bruta, dada, pronta. Ela é, sempre, reescrita, reinterpretada e rearticulada socialmente, de acordo com os agentes específicos envolvidos.

O afastamento dos antigos símbolos e o erguimento de novos era prática no Novo Mundo desde a sua inclusão nas rotas atlânticas ainda no século XVI. Nos lugares

dos antigos templos astecas igrejas em louvor a Nossa Senhora de Guadalupe, em lugar das cidades incas o espanhol ergueu as suas, a língua dos Tupis suprimida deu lugar a um tosco português para entoar cânticos jesuíticos. Com a transição da monarquia para a república não seria diferente.

Machado de Assis em seu último romance publicado em vida sintetiza, com fina ironia, os acontecimentos. Suas personagens discutem sobre a natureza do que deveria ser colocado na tabuleta recém-pintada da confeitaria com os termos “do Império”, que não serviam mais naquele contexto. De solução encontram uma nomeação que não conduzisse a algum tipo de retaliação. Ao colocar a expressão “do Governo” resolveria os pormenores. Resolveria, pois o interpelante chama a atenção para as possíveis oposições ao governo que levariam à sua porta agitadores ou selváticos.

Para muitos não se tratava mais do que a troca de um nome nas tabuletas das lojas, mas para outros, aqueles envolvidos com os certames políticos, tratava-se da construção de um novo que ocuparia o lugar do velho afastando as suas lembranças. O referido escritor conhecera intimamente o processo de transição política. Não que representasse nome de influência direta aos novos nomes da política nacional, mas conhecia os entraves burocráticos de perto: nos idos de 1889 era funcionário do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e não é difícil encontrar ofícios, avisos e afins que tenham a sua assinatura. José Murilo de Carvalho percebe da seguinte maneira tal processo:

o instrumento clássico de legitimação de regimes políticos no mundo moderno é, naturalmente, a ideologia, a justificação racional da organização do poder. Havia no Brasil pelo menos três correntes que disputavam a definição da natureza do novo regime: o liberalismo à americana, o jacobinismo à francesa e o positivismo. As três correntes combateram-se intensamente nos anos iniciais da República, até a vitória da primeira delas, por volta da virada do século. Embora fundamentalmente de natureza discursiva, as justificativas ideológicas possuíam também elementos que extravasavam o meramente discursivo, o cientificamente demonstrável. Supunham modelos de república, modelos de organização da sociedade, que traziam embutidos aspectos utópicos e visionários. (CARVALHO, 1990, p. 9)

No início do novo regime a ocupação dos antigos espaços da monarquia fora intenso. O Palácio de São Cristóvão seria casa da primeira constituinte após uma série de leilões dos antigos bens da Família Imperial realizados no mesmo. O Paço Imperial, a Fazenda de Santa Cruz, o Palácio de Petrópolis, e até mesmo o Imperial Colégio de Pedro II sofreriam transformações.

Não se pode dizer que o Museu Nacional passaria por essa transição sem grandes mudanças, em verdade o que se pode afirmar é exatamente o contrário. Em verdade as interferências diretas chegavam ao quadro de funcionários e cientistas do Museu. Uma das ordens vindas do Governo era para que fossem dadas fim aos contratos entre a Instituição e Cientistas estrangeiros. Nesse sentido perderiam suas cadeiras Orville A. Derby e Emilio Augusto Goeldi¹¹⁶.

Em aviso, o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas comunica-se com a direção do Museu Nacional, em abril de 1890, informando acerca da impossibilidade de renovar os contratos com os dois naturalistas por falta de verba orçamentária¹¹⁷. Ocupavam, respectivamente, os cargos de diretor da 3ª Seção e sub-diretor da 1ª Seção e foram importantes colaboradores para o desenvolvimento das atividades científicas. Os esforços do Conselho Diretor para manter os dois naturalistas nos quadros funcionais da Instituição não logrou sucesso, não sendo positiva a resposta do Ministério. Já em 23 de abril daquele ano, é recebido o comunicado para que fossem todas as providências cabíveis para serem pagos os vencimentos e abonos previstos aos dois lentes.

Os debates estender-se-iam até o mês de junho de 1890 para que fosse efetivado o ressarcimento de ambos. Derby seguiu prestando serviços a diversas comissões e instituições até suicidar-se em 1915; Goeldi tornar-se-ia diretor do Museu Paraense de História Natural e Etnografia, que hoje carrega seu nome, depois retornando em 1907 para Europa onde faleceria na Suíça depois de um ataque cardíaco.

Como aqui visto, nas últimas décadas do Império, o Museu ocupara um lugar de destaque nos projetos imperiais, constituíra-se enquanto lugar simbólico de fala das ciências nacionais e contribuiu enfaticamente para o delineamento para o projeto de formulação das identidades nacionais, de (re)descobrimento do Brasil. Vivia a Instituição, durante a década de 80, um intenso período. As exposições, nacionais e internacionais, as publicações, as expedições científicas, conviviam com uma intensa vida administrativa que passaria em 1888 por uma nova reformulação. Nesse ano, o Museu teria mais uma vez o seu regulamento reformulado. As seções foram novamente

¹¹⁶ Goeldi ingressou no Museu Nacional por convite de Ladislau Neto em 1884, trabalhando à Seção de Zoologia, na qual desenvolveu um grande número de trabalhos ligados ao estudo de répteis, mamíferos, aves, insetos, aranhas e crustáceos. Juntamente com Derby e com Amaro Ferreira das Neves Armond, compôs a comissão que recebeu a incumbência de preparar as coleções que integraram a mostra preparatória para a Exposição Universal de Paris no ano de 1889.

¹¹⁷ BR. MN. MN. DR.CD. 03 f.132 v.

reorganizadas em quatro. A primeira de Zoologia Anatomia e Embriologia Comparada; a segunda de Botânica; a terceira de Mineralogia, Geologia e Paleontologia e a quarta de Antropologia, Etnologia e Arqueologia. Não se tratava de uma mudança somente de denominação das Seções e sim de uma ressignificação das atividades que seriam desenvolvidas por cada uma, com destaque para a quarta que representa o crescimento constante de importância e dedicação aos estudos antropológicos, etnológicos e afins.

Em 1890, nova organização e regulamento. O novo regime determinaria um gradativo aumento das disposições burocráticas e organizacionais. As seções permaneceriam as mesmas, mas o decreto assinado por Benjamin Constant determinaria novos limites para a publicação da Instituição:

CAPITULO V

DA REVISTA

Art. 27. A revista, denominada Archivos do Museo Nacional, será o órgão e o repositório dos trabalhos desta repartição, de conformidade com o que dispõem os arts. 14 e 15 do regulamento do Museo.

Art. 28. Nenhum trabalho poderá ser aceito e publicado nos Archivos do Museo nas seguintes condições:

§ 1º Quando envolver questões pessoais;

§ 2º Quando não oferecer interesse real e não tiver o cunho de investigações originaes;

§ 3º Quando versar sobre assumptos alheios ás materias que constituem as quatro secções do Museo.

Art. 29. Cabe particularmente ao director geral determinar o modo de impressão, o volume, a illustração, etc. de cada fasciculo, conforme lhe parecer mais em harmonia com o credito da revista e posses do Museo.¹¹⁸

Nesses dias Benjamin Constant organizava uma grande reforma educacional que acabaria conhecida pelo seu nome¹¹⁹. A referida reforma fazia parte de um plano do governo provisório, com destaque para o próprio ministro proponente, de se estabelecer um novo parâmetro para os entendimentos acerca da função da educação no Brasil. E, indubitavelmente, as estruturas e funcionalidades passaram pelo interesse do governo recém-instituído.

A ampla autonomia que fora alcançada no período anterior, no tocante a publicação, e mesmo o apoio dado pelo regime mudaram de figura. Inclusive não se

¹¹⁸ Decreto n. 810 – de 4 de outubro de 1890.

¹¹⁹ Decreto n. 981 – de 8 de novembro de 1890.

encontrava mais o Museu sob a tutela do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, mas sim sob o novo Ministério da Instrução Pública Correio e Telégrafos¹²⁰.

A publicação do periódico tornar-se-ia inconstante. O reconhecido papel desempenhado até 1889 não seria mais perceptível na publicação. Não que o esmero para utilizar o *Archivos* como veículo de diálogo científico tenha diminuído com relação ao corpo científico da Instituição, entretanto, sua funcionalidade não seria mais a mesma.

A transição política interferira na vida do Museu e os impactos eram perceptíveis. A nova batalha que travava o Museu era para a sua realocação. Pode-se afirmar que a situação da Instituição era delicada nesse início de república. Em ata de 9 de abril de 1890 ponderava o então conselho diretor:

O Snr. Presidente communicou ao Conselho que, tendo de entender-se com o Snr. Ministro da Agricultura sobre as despesas, que teriam de ser feitas com a mudança desta repartição para o edificio do Paço de São Christóvão as tinha calculado em vinte contos de réis no mínimo, contando para isso com a grande redução a que tem direito ao Governo, no transporte que terá de fazer a companhia de S. Christóvão nos seus carros especiaes, para o que esta se obriga a estabelecer os trilhos necessários desde a frente do Museu até junto ao Paço de São Christóvão. O conselho concordou com o algarismo desse orçamento que pode, entretanto, ser modificado conforme as eventualidades naturaes em um serviço de difficil apreciação¹²¹.

O interesse principal figurava sobre o Palácio de São Cristóvão, que ainda guardava parte do acervo pessoal do Museu do Imperador. Entre 1890 e 1892, ano que o Museu Nacional ocupa o referido Palácio, são inúmeras as estratégias adotadas pela direção do Museu, principalmente, para sua melhor alocação¹²².

Com a transferência final do Museu Nacional para o Palácio de São Cristóvão encontrar-se-iam duas trajetórias muito próximas, porém, separadas espacialmente. Ambos guardam grande ligação com a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil, com o processo de independência com a consolidação do regime monárquico, com seu apogeu e com seu ostracismo.

O visitante que hoje percorre os salões do Museu Nacional encontra na exposição sua vasta coleção, que se aumentava desde os oitocentos, poucas referências

¹²⁰ Em dezembro de 1892 seria novamente conduzido ao Ministério dos Negócios, com a nova denominação de Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

¹²¹ BR. MN. MN.DR.CD. 03/ f.131

¹²² Para maiores esclarecimentos ver SILVA, 2009.

diretas ao período monárquico. Com exceção de duas, a dos Diplomatas Estrangeiros e a do Trono, quase nenhuma outra locação transmite ao passeante a mesma imponência que o conjunto externo imprime.

Tampouco ali registra-se, de fato, a trajetória da Instituição, assim como de sua produção científica, dos reconhecidos botânicos, zoólogos, paleontólogos, antropólogos e demais homens das ciências que por ali passaram e que lá se encontram. O mesmo ocorre com a sua mais conhecida publicação: o *Archivos do Museu Nacional*.

A publicação de cunho científico mais antiga ainda em circulação no Brasil parece viver dias de cansaço. Desde a década passada sem um número novo, continua sendo considerado seu valor, histórico e científico, entre os seus pares. No sítio da Instituição é possível encontrar os mais “recentes”, sendo o último do ano de 2009. Ao que tudo indica não se trata de uma falta de interesse de seu corpo científico, tampouco pelo descrédito no canal, mas a pergunta que fica é: em suas páginas, porque não mais tem se escrito?

Referências Bibliográficas

1. Fontes Manuscritas

Seção de Memória e Arquivo – Museu Nacional

Avisos e ofícios

BR. MN. MN. DR, CO. AO 2

BR MN MN.DR, CO.AO.9

BR. MN. MN. DR. AO, CO.4248

BR.MN.MN.DR.AO,CO.4289

BR. MN. MN. DR. CO, AO. 4302

BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1779

BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1780

BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1783

BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1859

BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1863

BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1867

BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1876

BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1879

BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1929

BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1935

BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1939

BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1954

BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1957

BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1959

BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1962
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1965
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1967
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1968
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1972
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1976
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1979
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1980
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1982
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1991
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1995
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1996
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1997
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 2001
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 2002
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 2028
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 2061
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 2068
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 2088
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 2119

Livros de Registro de Avisos e Ofícios

BR MN MN.DR.CO, RA.2/111, f.41v-46v
BR MN MN. DR. CO, RA. 9/f.151-151v.
BR MN MN.DR.CO, RA.9/f.169-169v.
BR MN MN.DR.CO, RA.10/f.29-29v.

BR MN MN.DR.CO, RA.10 f.42.

BR MN MN.DR.CO,RA.10/f.43v, 44 e 44v.

BR MN MN. DR.CO,RA.10/f.54

BR MN MN.DR.CO,RA.10/f.58

Relatórios da Diretoria 1868 – 1892

Diploma Medalha de Ouro – conferido ao Museu Nacional por ocasião da participação dos sete primeiros volumes do *Archivos do Museu Nacional* na Exposição Universal de Paris em 1889.

2. Fontes Impressas

Livros

ALMEIDA, Ignacio Pinto de. **Discurso**. Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Nacional, 1828.

BARBOSA, Januário da Cunha. **Discurso**. Revista do IHGB, Rio de Janeiro: 1839. p. 12

LACERDA, João Baptista de. **Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

NETTO, Ladislau. **Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Philomático, 1870.

VON MARTIUS, Carl Friedrich Philipe. **Como se deve escrever a história do Brasil**. Revista do IHGB. Rio de Janeiro: Jan-1845, pp. 381-403.

Periódicos

Archivos do Museu Nacional, Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1876 – 1887.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro: Tomo I – LII. 1839 – 1889.

Legislação

Coleção das Leis do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

Catálogos / Guias

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **D. Pedro II e a cultura**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977.

Guia da Exposição Antropológica Brasileira do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1882.

Trabalhos Acadêmicos

Trabalhos Publicados em Anais de Congressos

BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. **Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: Oficina de Homens**. Anais Eletrônicos do XVIII Encontro de História da Anpuh-rio - Identidades. Seropédica: 2008.

DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. **A Casa do Rei**: reflexões sobre a moradia de d. João VI no Brasil. Congresso Internacional e interdisciplinar evocativo da Guerra Peninsular. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008. v. 1. p. 475-499.

_____, SANTOS Nadjá Paraense dos. **Quando um botânico se envolve com a antropologia**: reflexões sobre Ladislau Netto. Congresso Scientiarum Historia IV. Rio de Janeiro: 2011, p. 653-659.

Monografias

SILVA, Paulo Vinícius Aprígio da. **A ocupação do Palácio de São Cristóvão: estratégias em prol do apagamento da memória monárquica.** Rio de Janeiro: IFCS, Departamento de História, 2009.

Dissertações

BARRA, Sérgio Hamilton da Silva. **Entre a corte e a cidade: o Rio de Janeiro no tempo do Rei (1808-1821).** Rio de Janeiro : PUC, Departamento de História, 2006.

DANTAS, Regina Maria Macedo Costa Dantas. **A Casa do Imperador: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional.** Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado. UNI-RIO, 2007.

LACLETTE, Paula Pereiras Horta. **Do ontem ao hoje: Do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional.** Rio de Janeiro, UNI-RIO, 1995.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. **A “Gazeta do Rio de Janeiro” e o impacto na circulação de idéias no Império luso-brasileiro (1808-1821).** Campinas: UNICAMP: 2006.

Teses

BARBOSA, Marialva Carlos. **Imprensa, Poder e Público: Os diários do Rio de Janeiro (1880-1920).** Niterói: UFF, 1996.

3. Livros

ABREU, Márcia. **Duzentos anos: os primeiros livros brasileiros.** In ABREU, Márcia e Bragança, Anibal. **Impresso no Brasil: Dois séculos de livros brasileiros.** São Paulo: Editora Unespe, 2010.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas.** São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

ALONSO, Angela. **Apropriação de ideias no Segundo Reinado** in: O Brasil Imperial Volume III: 1870-1889. Organização Keila Grinberg e Ricardo Salles. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

- AZEVEDO, Fernando. **As Ciências no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1994.
- BRIGOLA, João Carlos Pires. **Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no século XVIII**. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- CANDIDO, Antonio **O romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanitas -FFLCH, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- _____. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade, da invasão francesa até a chegada da Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2004.
- CERTEAU, Michel de. **A operação historiográfica**. In: A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.
- CUNHA, Dulce F. Fernandes da. **A Biblioteca do Museu Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1966. (Série Livros, 3)
- DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. **A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e as Ciências Naturais do Brasil Império**. In: DANTES, Maria Amélia. (org.) **Espaços da Ciência no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2001.
- ELIAS, Nobert. **Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução dos habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- FIGUEIRÔA, Silvia F. de M.(org.). **Um olhar sobre o passado: História das Ciências na América Latina**. Campinas: Editora Unicamp/Imprensa Oficial, 2000.
- GARCIA, João. **O Caminho do Ouro uma Nova Bandeira pela Trilha do Anhanguera**. São Paulo: EPTV, 2004.
- GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. **Evolucionismo no Brasil: ciência e educação nos museus 1870-1915**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2008.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil**. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. **Historiografia e Nação no Brasil: 1838 – 1857**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.
- HOBBSBAWN, Eric & TERENCE, Ranger (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). **Leopold Von Ranke: história**. S. Paulo: Ática, 1979.
- KHATLAB, Roberto. **Mahjar: saga libanesa no Brasil**. Líbano: Mokhtarat Zalka, 2002.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006.
- KURY Lorelai, (org.). **Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813 – 1814)**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2007.
- LISBOA, Karen Macknow. **A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1997.
- LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 2009.
- LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- MALERBA, Jurandir. **A Corte no exílio: Civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência**. Cia das letras: São Paulo, 2000.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.
- MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- MOREIRA, Ildeu de Castro; MASSARANI, Luisa. **Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil**. In: MOREIRA, Ildeu de Castro; MASSARANI, Luisa; BRITO, Fátima (org.). **Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da UFRJ. Fórum de Ciência e Cultura, 2002.
- NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000.
- OLIVEIRA, José Carlos de; **D. João VI: adorador do Deus das Ciências? A Constituição da Cultura Científica no Brasil (1808 – 1821)**. Coleção Engenho & Arte – Vol. 8. Rio de Janeiro: e-papers, 2005.
- SANJAD, Nelson. **A Coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2010.

SANTOS, Afonso Carlos Maques dos. **A Invenção do Brasil: Ensaio de história e cultura.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **As barbas do Imperador.** Um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SUANO, Marlene. **O que é museu.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

4. Publicações em periódicos

BEDIAGA, Begonha. **Conciliar o útil ao agradável e fazer ciência: Jardim Botânico do Rio de Janeiro – 1808 a 1860.** História, Ciências, Saúde-Manguinhos. Rio de Janeiro: Vol.14, pp.1131-1157. 2007

CARVALHO, José Cândido de Melo. **Museu Nacional.** Boletim do Conselho Federal de Cultura, n. 28, p. 29-68, 1977.

DANTES, Maria Amélia Mascarenhas. **As ciências na História Brasileira.** Ciência e Cultura. São Paulo: vol.57 no.1. Jan./Mar, 2005.

DÉBORA, El-Jaick Andrade. **Semeando os alicerces da nação: História, nacionalidade e cultura nas páginas da revista Niterói.** Revista Brasileira de História. São Paulo: v. 29, nº 58, p. 417- 442, 2009.

DOMINGUES, Ângela. **Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos.** História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro: vol. VIII (suplemento), p. 823-38, 2001.

FEIO, José Lacerda de Araújo. **O Museu Nacional e o Dr. Emílio Joaquim da Silva Maia.** Publicações Avulsas do Museu Nacional. Rio de Janeiro: n. 35, 1965.

FIGUEIRÔA, S. F. de M., Silva, C. P. da e Pataca, E. M. **Aspectos mineralógicos das Viagens Filosóficas” pelo território brasileiro na transição do século XVIII para o século XIX.** História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro: vol. 11(3): 713-29, set-dez. 2004

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Nação e civilização nos trópicos: O IHGB e o projeto de uma História Nacional.** Rio de Janeiro, Estudos Históricos 1(1) 1988, 5-27.

HERMAN, Jacqueline. **The King of America notes on the late acclamation of D. João VI in Brazil.** TOPOI - Revista de História, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, July/Dec. 2007.

KURY, Lorelai. **Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810).** História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro: v.11, supl. 1, p.109-129. 2004.

SÁ, Magali Romero; DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. **O Museu Nacional e o ensino de ciências naturais no Brasil no século XIX.** Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência, n. 15, pp. 79-87, 1996.

SANJAD, Nelson. **Os Jardins Botânicos Luso-Brasileiros.** Ciência e Cultura. São Paulo: vol.62 no.1, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. **O Museu do Imperador: quando colecionar é representar a nação.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo: n. 46, fev. 2008, p. 123-165

VESSURI, Hebe C. **Universalismo y Nacionalismo. Uma aproximación desde ele caso venezolano.** Quipu, vol. 8 n. 2, maio-agosto, p. 255 – 271, 1991.

WEGNER, R.. **Livros do Arco do Cego no Brasil Colonial.** História, Ciências, Saúde Manguinhos. Rio de Janeiro: vol. 11 (suplemento 1), p. 131-40, 2004.

5. Sítios da internet

<http://www.crl.edu/brazil/ministerial> - Relatórios Ministeriais

<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica> -Conjunto de Alvarás, cartas régias e demais ordenanças

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta.htm - Gazeta do Rio de Janeiro

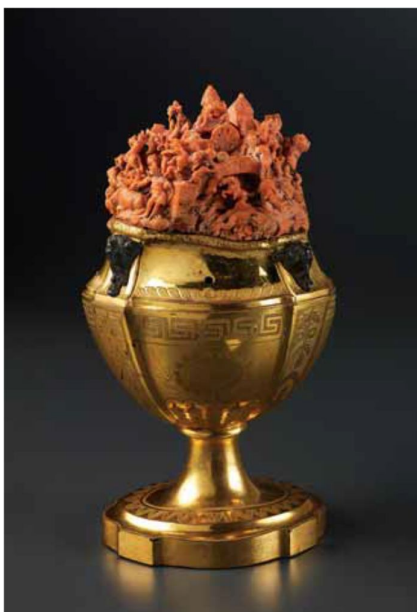
<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/64> - O Patriota

<http://www.archive.org/stream/instrucoparaosvi00riod#page/n1/mode/2up> - Instruções Botânicas

<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00175800#page/13/mode/1up>- Cartas de José de Alencar

<http://www.crl.edu/brazil/almanak> - Almanaque Laemert

Anexo – Caderno de Imagens



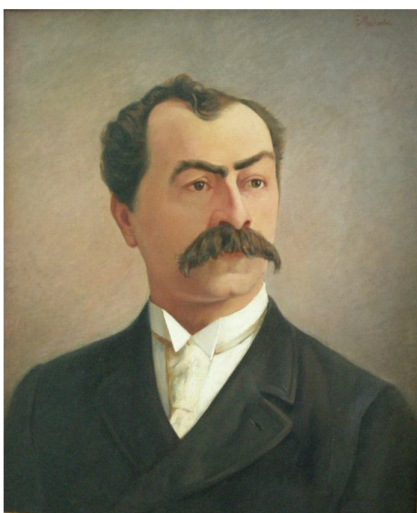
Taça-cofre “Batalha de Constantino”. Doado por D. João VI por ocasião da fundação do Museu Nacional



Amostras da Coleção Werner. A Coleção foi comprada no século XVIII pela Coroa Portuguesa e transportada para o Brasil pela Corte de D. João VI, sendo uma das primeiras coleções do Museu Nacional. Coleção de Mineralogia do Departamento de Geologia e Paleontologia.



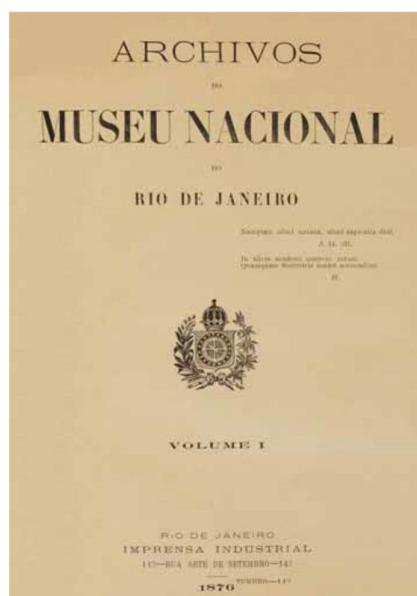
Frei José da Costa Azevedo. Primeiro diretor do Museu Nacional no período 1818-1822. Formado em Coimbra em Teologia e Ciências Naturais especializou-se, posteriormente, em mineralogia.



Ladislau de Souza Mello e Netto. Diretor do Museu Nacional entre 1874-1893, foi o mais atuante diretor da Instituição no oitocentos, sendo criado em sua gestão o Archivos do Museu Nacional e realizada a Exposição Antropológica de 1882.



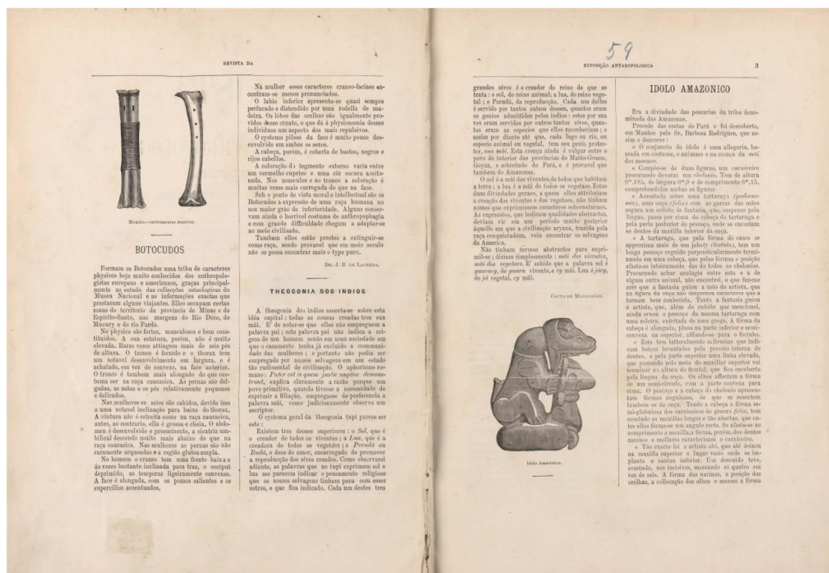
Fachada do Museu Nacional quando ainda era instalado no Campo de Santana (Atual Praça da República).



Capa do primeiro número do Archivos do Museu Nacional.



Estampas do primeiro número do Archivos do Museu Nacional.



Revista da Exposição Antropológica de 1882.

